UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS – FFLCH

ALESELMA SILVA PEREIRA

**PORTO SEGURO-BA: O COTIDIANO DO TRABALHADOR E A ESPACIALIDADE DA
CIDADE-MERCADORIA**

São Paulo

2017

ALESELMA SILVA PEREIRA

**PORTO SEGURO-BA: O COTIDIANO DO TRABALHADOR E A ESPACIALIDADE DA
CIDADE-MERCADORIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de concentração: Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Léa Francesconi

São Paulo

2017

PEREIRA, A. S. **O Cotidiano do Trabalhador e a Espacialidade da Cidade-Mercadoria.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

RESUMO

Este trabalho traz uma análise sobre a vida cotidiana do trabalhador que habita na cidade de Porto Seguro, sobretudo o trabalhador migrante grapiúna que migrou para aquele espaço urbano a partir do final de 1980 e tornou-se morador da periferia e principal mão-de-obra das atividades características do turismo (ACT), estas marcadas pela instabilidade da sazonalidade – baixa e alta temporada. Como pano de fundo para a análise do cotidiano do trabalhador está a cidade que recebe o fluxo anual de cerca de um milhão de turistas. Nesta cidade consagrada a partir de 1980 como “lugar de férias”, o trabalhador local relaciona-se, através do trabalho, com outros trabalhadores, indivíduos da classe média, que desfrutam do tempo do não-trabalho; são consumidores desse espaço-tempo que, nesse sentido, é também, mercadoria. Nesta cidade, espaço produzido pela racionalidade, os agentes hegemônicos se utilizam dos recursos da metalinguagem para afirmá-lo como “espaço de lazeres”. Com isto, a alienação do trabalhador se amplia, assim como amplia-se, também, o consumo da/na cidade turística e o consumidor deste espaço fica distante das contradições e conflitos da realidade local. Mas, este trabalhador da cidade-mercadoria, ainda que diante da privação da vida urbana e do direito à cidade, elabora estratégias práticas, no plano individual ou coletivo, e através destas, vivencia o uso do espaço. Nesse sentido, a práxis urbana, enquanto processo, se dá na apropriação que é uma experiência espacial, segundo aborda Lefebvre na teoria da *produção do espaço*. O trabalhador não supera, efetivamente, a cisão trabalho-lazer, mas produz resíduos e resistências que se opõe às forças homogeneizantes.

Palavras-chave: cotidiano - trabalhador – cidade-mercadoria - Porto Seguro - turismo

ABSTRACT

This study presents an analysis of the daily life of workers living in the city of Porto Seguro, especially the “grapiúna” migrant worker - those workers from the cocoa region - who migrated to that urban space from the end of 1980, becoming a resident of the periphery and main labor force of the activities relative to the tourism (ACT), which are marked by the instability of seasonality - low and high season. As background for the analysis of the worker's daily life, it is the city that receives the annual flow of about one million tourists. In this city, which has been consecrated since 1980 as a "holiday place", the local worker is related to other middle-class workers who enjoy the non-work time through work; they are consumers of this space-time which, in this sense, is also, commodity. In this city, a space produced by rationality, hegemonic agents use the metalanguage resources to affirm it as a "space of leisure". With this, the alienation of the worker is amplified, as well as the consumption of/in the tourist city is also increased, and the consumer of this space becomes far removed from the contradictions and conflicts of the local reality. But this worker, even when faced with the deprivation of urban life and the right to the city, elaborates practical strategies, at both individual and collective level and, through these strategies, experiences the use of the space. In this sense, urban praxis, as a process, takes place in the appropriation that is a spatial experience, as Lefebvre approaches in the theory of the production of space. The worker does not effectively overcome the labor-leisure breakup, but produces residual and resistances that oppose the homogenizing forces.

Keywords: daily life - worker - city-merchandise - Porto Seguro - tourism

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO 1 – O LUGAR, O PROBLEMA, A PESQUISA.....	10
1.1 Meandros e percalços da pesquisa de campo.....	23
1.2 As Famílias.....	30
CAPÍTULO 2 – OUTEIROS, PLATÔS E BOQUEIRÕES: GEOGRAFIAS PRETÉRITAS E DO PRESENTE.....	36
2.1 Baianão, Complexo do Baianão e expansão da periferia da cidade.....	49
CAPÍTULO 3 – A FESTA NA CIDADE-MERCADORIA.....	67
3.1 A Festa religiosa.....	70
3.2 Festejos juninos.....	78
3.3 A Festa profana: o lúdico e o uso do espaço.....	81
3.4 Outras festas.....	87
3.5 Lazer.....	93
3.5.1 Feijões e peixes: encontros na periferia e na praia.....	99
CONCLUSÃO.....	106
REFERÊNCIAS.....	108

INTRODUÇÃO

Porto Seguro é uma cidade do Sul da Bahia muito conhecida pelos brasileiros e por estrangeiros, também. É uma cidade com pouco mais de 80 mil habitantes (IBGE, 2010) considerada um dos principais destinos turísticos do Nordeste. Na “guerra de lugares” ganha para capitais nordestinas como espaço de férias, de lazer e de turismo “praia e sol”. Recebe cerca de um milhão de turistas buscam além de praia e sol, a diversão traduzida por festas e outros entretenimentos. São consumidores de uma “cultura urbana” produzida exclusivamente para esses consumidores externos. Os agentes hegemônicos se utilizam dos recursos da metalinguagem para vender a cidade como “espaço de férias e de lazers”.

Uma cidade onde a cultura e a identidade se transformam em álbis para ser vendida aos seus consumidores; onde esses dois elementos – cultura e identidade – deixam de ser vividos para serem representados. E, nessa representação, ela se esvazia e assim é vendida no mercado nacional e internacional – para sujeitos de classes de renda média (os dados oficiais do receptivo turístico comprovam a origem desses sujeitos). O contexto desses processos permite analisar como se dão as relações sociais entre trabalhadores e consumidores do espaço e do tempo que, nesse sentido é, também, mercadoria.

Na contramão dos discursos hegemônicos - que forjam duas narrativas que ressaltam a cidade turística, a cidade histórica - há narrativas subterrâneas. Há espaços da cidade cuja realidade social não será vista, conhecida, apreendida. Nas redes – internet, redes sociais – ressaltam-se a visão dos turistas e dos que mercadejam esse espaço. Mas, para além dos espaços destinados ao lazer e entretenimento que estão dentro (mediados pelo trabalho) e fora do circuito turístico. Identifiquei grupos de indivíduos que representam o outro lado da cidade turística: indígenas, pescadores que ainda habitam as margens do Rio Buranhém, moradores antigos remanescentes do período pré-turismo e os migrantes que, na sua maioria são grapiúnas que residem na periferia da cidade, espaço denominado, recentemente como Complexo do Baianão.

Neste trabalho, essa cidade com muitas narrativas, é materialidade de contradições da atual sociedade capitalista; é um espaço onde se reproduzem as relações sociais que se realizam enquanto relações espaciais; é um espaço produzido para ser consumido. Pretende-se aqui tomar como ponto de partida o cotidiano do trabalhador, sobretudo, do migrante que habita na periferia dessa cidade turística, pois o cotidiano é um nível de da realidade, um nível da prática social que permite entender o processo de reprodução das relações sociais capitalistas em sua amplitude atual.

O texto que se segue se inicia com um capítulo onde é apresentada a problematização, a construção e o processo de realização da pesquisa, com um relato pormenorizado sobre a realização da pesquisa de campo, na cidade de Porto Seguro, Bahia. O segundo capítulo tem como objetivos: analisar o processo das práticas de apropriação espacial que começou no século XVI, com os colonizadores portugueses e foi profundamente redefinido nas últimas décadas com empreendedores, mercadores de terras urbanas – brasileiros e estrangeiros - e gestores do setor público; destacar a dinâmica do mercado de terras nos últimos trinta anos, ressaltando a incorporação de terras urbanas na periferia da cidade - Projeto Mangabeira, área de ocupação através do movimento social - e os novos loteamentos em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário. Através da explicação desse processo, pretende-se evidenciar a produção da extensa área periférica, cujo bairro central é o Baianão, onde residem os trabalhadores migrantes, na sua maioria, oriundos da antiga Região Cacaueira, no Sul da Bahia. A abordagem terá como fio condutor os processos de apropriação do espaço durante cinco séculos tomando como pano de fundo as unidades geomorfológicas do sítio urbano de Porto Seguro que torna a sua paisagem diferenciada. Para tanto, utilizou-se um estudo publicado em 2000, o Projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabralia, pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM. Assim, o segundo capítulo, em linhas gerais e com suporte de mapas e imagens, indicará como a cidade surgiu e como se tornou o que é hoje: uma cidade turística com uma extensa periferia, destacando-se o bairro Baianão, uma centralidade dessa periferia. Nos citados capítulos são evidenciados alguns processos que revelam como a cidade de Porto Seguro se tornou um espaço turístico e qual a dimensão sócioespacial disso.

Nos primeiros capítulos foram explicitados os processos de produção desse espaço-mercadoria num período que compreende o século XVI ao XXI. A partir do final da década de 1980 novos protagonistas surgem neste espaço urbano: os trabalhadores migrantes, sobretudo grapiúnas, assustados pelo desemprego da sua região em crise e atraídos pelas possibilidades de emprego em Porto Seguro que se consolidava enquanto espaço turístico. O trabalho era o mediador principal de todos os aspectos da vida desses trabalhadores. Assim, deixaram ou levaram famílias e imergiram num novo contexto com novas formas de trabalho, contudo, com os mesmos ou piores níveis de precarização com relação ao trabalho nas roças de cacau ou em outras atividades nas pequenas cidades da Região Cacaueira. Da mesma forma, continuaram sem envolvimento em lutas trabalhistas com vistas à sua emancipação enquanto trabalhadores.

Há uma narrativa hegemônica sobre a festa em Porto Seguro, enquanto cidade turística. Uma narrativa disseminada pelo ambiente midiático que alcança os sujeitos de todas as classes e localização – os de longe, os turistas; os de perto, moradores da cidade. Pretende-se, portanto, no último capítulo, analisar as festas realizadas em Porto Seguro – as do calendário oficial, dos cartéis de entretenimento, do circuito alternativo, da periferia – enquanto elemento para entender alguns processos: a relação do trabalhador com o cotidiano; a dinâmica do “tempo espetacular” neste espaço; as práticas de apropriação espacial dos sujeitos hegemônicos e do trabalhador. Ainda: compreender melhor os circuitos dessa cidade fragmentada e identificar algum irredutível contido nas festas. Ainda no contexto das festas, será destacado o Carnaval de Porto Seguro e a sua fragmentação: a festa “oficial”: produzida e patrocinada pelo setor público; o Carnaporto (da Axé Moi/Grupo Hills), a festa do setor privado; o carnaval cultural dos blocos alternativos; o carnaval do Baianão.

CAPÍTULO 1 - O LUGAR, O PROBLEMA, A PESQUISA

Há um lugar onde acontecem os processos abordados neste trabalho. Aliás, a cidade de Porto Seguro, enquanto materialidade produzida desde o embrião do núcleo de povoamento no século XVI, constitui um espaço-tempo importante no contexto dessa pesquisa, portanto, importa destacar algumas especificidades do lugar, não para ressaltar a localização dos processos, pois como argumenta (CARLOS, 2011, p. 53), é necessário fazer a “superação analítica” da idéia de que a localização é a “finalidade e o sentido último do termo ‘geográfico’”.

Para fins de contextualização e de melhor entendimento sobre a cidade de Porto Seguro, é preciso considerar duas escalas: a da Região Extremo Sul da Bahia e a escala do município homônimo que é muito extenso, 2.287 km², como a maioria dos municípios brasileiros cujas cidades foram sede das Capitanias Hereditárias. Desde as primeiras décadas do século XVI, houve definições e redefinições quanto à divisão administrativa das terras que constituem Porto Seguro. Na segunda década do século XX ainda ocorreram desmembramentos como os que deram origem a três municípios vizinhos: Guaratinga (1961), Eunápolis (1988), Itabela (1989). Com relação a configuração interna, somente em 2005 foi definida a atual configuração dos cinco distritos que constituem o município: Porto Seguro, Arraial D'Ajuda, Trancoso, Caraíva e Vale Verde, sendo que a sede de todos os distritos, exceto de Vale Verde, situa-se no litoral. (MAPA 1).

A parte costeira do município foi ocupada pelo colonizador, de forma esparsa, desde os primórdios do século XVI. Essa porção territorial de ocupação mais antiga ficou isolada por séculos por não dispor de vias de circulação para estar conectada com as demais áreas dos territórios regional, estadual, nacional. Com a inauguração da BR 101, em 1973, as interações econômicas do município foram voltadas para a hinterlândia onde era possível acessar uma das principais rodovias do país, pela qual se fortaleceriam as articulações com o Sudeste próximo – o estado do Espírito Santo, cujos empreendedores do setor madeireiro já estavam colonizando o extremo sul do estado da Bahia desde 1960.

Enquanto as vilas costeiras e a cidade de Porto Seguro eram consideradas como simples “aldeia de pescadores” até o início dos anos 1980, o espaço rural do município e demais espaços da sua hinterlândia¹ e da Região Extremo Sul² da Bahia se fortaleciam com a extração de madeira, agricultura capitalista, complexo floresta-indústria e expansão da pecuária. Essas últimas mudanças provocaram migrações internas na região uma vez que houve alterações na estrutura fundiária. Assim, o aumento das taxas de urbanização fez surgir novos centros urbanos na região ampliando-se os empregos nos setores de serviços e comércio. (PEREIRA, 2005).

No final da década de 1980 o turismo foi se constituindo, através de estratégicos mecanismos político-institucionais orquestrados pelo Estado capitalista e pela iniciativa privada, como um eixo econômico centrado nos núcleos urbanos costeiros, principalmente de Porto Seguro. Contudo,

é preciso considerar que os dois mais relevantes eixos de crescimento econômico da região Extremo Sul diferem em termos de capital e de padrões de emprego. O volume de capital do complexo floresta-indústria é bem maior que o do turismo, porém, este último gera mais empregos, mas com o agravante dos baixos rendimentos devido a baixa qualificação exigida, como ficou comprovado através da renda mensal dos migrantes. Se em tese, o turismo demanda grande contingente de mão-de-obra treinada, além de necessitar de um nível mais qualificado da oferta em educação formal, num contexto como o de Porto Seguro, o turismo com os seus múltiplos sub-setores, favorece a ampliação do setor informal e dos empregos com baixos rendimentos. (PEREIRA, 2005, p. 149).

A partir de 1990 o planejamento estatal focalizou os núcleos urbanos da faixa costeira de uma área maior denominada Costa do Descobrimento que compreende os municípios costeiros de Belmonte, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, sendo que a cidade de Porto Seguro seria o “portão de entrada da Costa do Descobrimento”³.

A Costa do Descobrimento é uma região turística do Estado que se destacou na última década pela atração de investimentos. Em 1999, atingiu a cifra de 176 milhões de dólares. No período de 1999 a 2012, foram previstos um volume de investimentos de 1,7 bilhão, entre concluídos, em execução e projetados. Desse total, US\$ 227 milhões de origem pública e US\$ 1,46 bilhão de origem privada, segundo a SUDETUR/SCT. (PEREIRA, 20015, p. 34)

Neste contexto, o município de Porto Seguro recebeu a maior parte dos investimentos públicos e privados que foram destinados, sobretudo, para a provisão de infraestrutura,

e sua economia passou a gravitar em torno do turismo. Os núcleos urbanos costeiros – a cidade e as vilas – passaram a ser divulgadas como destinos turísticos. Configurou-se no município um espaço turístico costeiro que possui características distintas, apesar de serem destino do tipo “praia e sol”: a cidade recebe o maior fluxo do turismo doméstico, sobretudo de São Paulo e de Minas Gerais; as vilas ao sul – Arraial D’Ajuda e Trancoso - possuem outros atrativos e meios de hospedagem mais caros, sendo, portanto, espaços mais seletivos.

A implantação de *resorts* de grupos internacionais como o Barceló, Club Med (em 2003) e Terravista, são indicativos de mudanças no turismo receptivo de Porto Seguro no sentido da ampliação do espaço turístico do município e da segmentação do setor através da inclusão de meios de hospedagem com preços mais elevados. Os citados equipamentos foram implantados nos núcleos urbanos no sul do município: Arraial D’Ajuda, Trancoso e Caraíva. São espaços contíguos que distam, respectivamente, 5, 30 e 67 km da cidade, e tem uma dependência com relação à sede, que é o portão de entrada, haja vista a presença de equipamentos relevantes como o aeroporto. (PEREIRA, 2005, p. 66).

Assim, enquanto a faixa costeira do município, com 85 km de extensão, está voltada, majoritariamente, para duas atividades econômicas, o turismo e a pesca, na sua hinterlândia, cujos núcleos urbanos – vilas e povoados – são pouco citados nos canais midiáticos, desenvolvem a extração mineral, a pecuária e na agricultura destacam-se o plantio do mamão e do coco.

A partir dos anos 1990, o entendimento da produção de Porto Seguro enquanto espaço urbano, pode ser compreendido pela correlação de processos desenvolvidos em escalas próximas e distantes: desde a favorabilidade locacional capturada pela lógica do mundo da mercadoria à emergência da classe média brasileira, consumidores em potencial que alimentam os fluxos e receitas do turismo doméstico no Brasil; do contexto de reestruturação da Região Extremo Sul da Bahia nas últimas décadas aos novos rumos das políticas estatais na década de 1990; das transformações da sociedade global ao novo modo de reprodução e acumulação do capital.

Considera-se aqui Porto Seguro como uma “cidade-mercadoria”, posto que, no cenário da globalização, o espaço transforma-se numa mercadoria estratégica e política e o acesso e o uso deste adquirem outros sentidos: no plano mundial e regional, é a

mercantilização dos espaços voltados à atividade do turismo. Assim, a discussão sobre a produção desse espaço passa pela tendência segundo a qual “cada vez mais, os espaços urbanos são destinados à troca” (CARLOS, 1999, p. 64). O turismo, uma atividade pós-industrial, entendida como uma nova necessidade produzida pela virtual urbanização total da humanidade (LEFEBVRE, 1991), é aqui considerada como “atividade que se articula à tendência da transformação do espaço em mercadoria, traz profundas mudanças, visto que redefine singularidades espaciais e reorienta o uso com novos modos de acesso” (*Ibidem*, p. 65).

As transformações ocorridas em Porto Seguro, após a atividade turística, atingiram as relações sociais, as relações de trabalho e a estrutura urbana, principalmente pela demanda da inserção de novos equipamentos ou da ampliação ou reforma dos já existentes: aeroporto, píer, praças, estradas, recuperação do conjunto do patrimônio histórico cultural da Cidade Alta, dentre outros. Dois indicadores quantitativos são importantes para mensurar a dimensão da rapidez do processo: a) a evolução da oferta de meios de hospedagem - MHs: em menos de uma década a oferta desse equipamento triplicou, salto de 193 em 1992 para 497 em 2000; em 2012 contabilizaram 572 MHs em Porto Seguro. No mesmo ritmo, a oferta de leitos passou de 6.853 em 1992 para 31 mil em 2000, superando a oferta do principal destino turístico do estado da Bahia, a capital Salvador. Em 2012 foram contabilizados 43 mil leitos. (BAHIA, 2004; 2012). b) o crescimento demográfico (GRÁFICO 1): em quarenta anos (1940-1980), a população da cidade duplicou, mas com valores absolutos muito baixos - de 2.117 passou a 5.000 habitantes. Porém, em 1990 ocorreu o maior incremento demográfico: passou de 16.594 mil habitantes em 1991 para 64 mil em 2000. Em 2010 o município possuía 126 mil habitantes, sendo que 80. 267 habitavam, precisamente na cidade (IBGE, 2010).

Esse incremento demográfico, ocorrido a partir da década de 1990, é explicado, sobretudo, pelo fluxo migratório oriundo da vizinha “região cacauera” em crise – Porto Seguro dista 265 e 295 km, respectivamente, das principais cidades da citada região, Itabuna e Ilhéus. Estima-se que, na década de 1990, cerca de 100 mil trabalhadores deixaram as fazendas de cacau e migraram para as cidades próximas. Naquele momento, a Região Extremo Sul do estado, recebia investimentos no setor da produção de celulose (capital privado) e o turismo (iniciativa estatal, sobretudo).

Gráfico 1: Porto Seguro-BA: Crescimento da População, 1940-2017

Fonte: IBGE. Elaborado por Aleselma Pereira, 2017.

Assim, explica-se, resumidamente, o fluxo migratório, majoritariamente, composto por grapiúnas, que deixaram as roças de cacau e migraram para a cidade de Porto Seguro. Assim, ocorreu uma mobilidade da “força de trabalho” mediante os ditames do capital, em seu processo de reorganização a fim de se reproduzir. Como diz Heidemann (2003, p. 27) sobre as migrações contemporâneas “não podemos confundir os movimentos populacionais com qualquer deslocamento na história pré-moderna. Ser migrante não é nenhuma condição humana ontológica de um suposto *homo migrans*.”.

Na condição de cidade turística, continua consolidada como espaço-mercadoria e, como tal, foi exposta como “produto Porto Seguro”, em 2015 na feira do setor, juntamente com outros destinos do estado da Bahia, como o seu “produto” principal, a capital Salvador. A Expo Internacional de Turismo é uma das maiores feiras de turismo do mundo e a principal da América Latina; acontece anualmente em São Paulo e é promovida pela Associação Brasileira de Agências de Viagens – ABAV.

No contexto do estado da Bahia, após Salvador, Porto Seguro é a cidade que apresenta os maiores números relacionados ao turismo: fluxo de turistas, oferta de meios de hospedagens, atrativos de lazer e entretenimento. É um produto consolidado nos

mercados nacional e internacional – termos usados por especialistas do Turismo e do Marketing. Mas, ainda há um entrave – a sazonalidade. Os gestores locais, em consonância com os planejadores do turismo do estado da Bahia (Secretaria Estadual de Turismo – Setur, por exemplo), tem criado algumas estratégias para minimizar os efeitos desse turismo de “baixa e alta temporada”. Apontam como fator corretivo da sazonalidade, o turismo de negócio e de evento, mas a cidade ainda não tem estrutura para esse segmento. Inclusive, a última festa criada para aquecer a economia local na baixa temporada, o São João Elétrico, em junho, ainda não corresponde às expectativas em termos de aumento de fluxo de turistas e geração de lucro.

As atividades característica do turismo – ACT correspondem a 70% do PIB do município de Porto Seguro (IBGE, 2015), mas em termos absolutos e comparando-se com outros destinos turísticos do litoral da Bahia – Ilhéus, por exemplo – indica que Porto Seguro é muito dependente do turismo então, a sazonalidade, constitui-se um sério agravante.

Porto Seguro, enquanto cidade (MAPA 2) constitui-se um espaço para as indagações sobre processos relativos ao trabalho e suas novas morfologias, que revela o trabalhador, sujeito dessa espacialidade. Neste trabalho, serão contemplados os trabalhadores residentes na área periférica da cidade. Esta população de migrantes que se inseriu num novo feixe de relações, constitui-se um conjunto de sujeitos que, na condição de trabalhadores migraram para vender a sua força de trabalho, num mercado com formas “estranhas” de trabalho - complexificada, fragmentada, multifacetada.

O universo do trabalho no novo lugar é marcado pelas atividades características do turismo – serviços, lazer, entretenimento – que constitui um setor com importante papel na expansão do capitalismo do século XX. O turismo demanda diversas sub-atividades (hospedagem, transportes, restaurantes e entretenimentos, comércio turístico, etc.), que se inter-relacionam de forma sincronizada e complementar, apesar de executadas por diferentes atores. Por ser uma atividade com muitos “números”, comumente criam-se expectativas com relação ao turismo considerando-o como atividade salvadora de regiões economicamente opacas. Para a Setur/Bahia, por exemplo, “o turismo é um vetor econômico capaz de gerar emprego e renda numa velocidade maior e com custos menores que muitas outras atividades.” (SECRETARIA DO TURISMO DA BAHIA, 2011, p. 93).

Mapa 2: Cidade de Porto Seguro – BA, 2017.

Mas, o que é o turismo para a economia urbana de Porto Seguro? Como modificou o mercado de trabalho? Para além das características específicas das atividades características do turismo, um aspecto a se considerar é que o índice geral de absorção da força de trabalho de migrantes, na economia urbana, está atrelado também aos fatores de expulsão dos mesmos (SINGER, 1998). Grande parte do fluxo migratório à cidade de Porto Seguro foi produzida por fatores de estagnação da economia do local de procedência. Para Singer (1998) nestes casos “é de se esperar que os problemas de marginalização do migrante sejam particularmente graves”. O nível de absorção da força de trabalho se dá em proporções reduzidas, “permanecendo a maioria à margem da divisão social do trabalho, usufruindo parte do excedente produzido pela economia urbana mediante a prestação de serviços domésticos ou atividades autônomas” (*Ibidem*).

Os problemas relacionados ao mercado de trabalho em Porto Seguro, também devem ser contextualizados em processos específicos de escalas próximas como a reconfiguração da Região Extremo Sul, que obviamente afetou a estrutura dos postos de trabalho tanto nas áreas rurais como nos espaços urbanos dessa região. As transformações não se limitaram às localizações dos vetores de crescimento econômico, que em quatro décadas mudou do litoral para a hinterlândia retornando para o litoral novamente. Além disso, há que se considerar a mudança nos padrões de empregos gerados nessa região devido às rápidas mudanças de atividades econômicas. No espaço rural, a população, já era impactada com essas mudanças, pois se sucederam várias atividades em pouco tempo: a extração de madeira, pecuária, agricultura capitalista, complexo floresta-indústria e expansão da pecuária. Essas últimas mudanças provocaram migrações internas uma vez que houve alterações na estrutura fundiária. Assim, o aumento das taxas de urbanização fez surgir novos centros urbanos na região ampliando-se os empregos nos setor de serviços e comércio. Por último, surgiu outro eixo dinâmico de crescimento – o turismo – também centrado nos núcleos urbanos costeiros, principalmente em Porto Seguro. Ainda é preciso considerar que os dois mais relevantes eixos de crescimento econômico da região diferem em termos de capital e de padrões de emprego. O volume de capital do complexo floresta-indústria é bem maior que o do turismo, porém, este último gera mais empregos, mas com o agravante dos baixos rendimentos devido a baixa qualificação exigida, como ficou comprovado através da renda mensal dos migrantes. Se em tese, o turismo demanda

grande contingente de mão de obra treinada, além de necessitar de um nível mais qualificado da oferta em educação formal, num contexto como o de Porto Seguro, o turismo com os seus múltiplos subsetores, favorece a ampliação do setor informal e dos empregos com baixos rendimentos.

Diante do contexto exposto, foram levantadas algumas questões relacionadas aos migrantes no contexto da cidade de Porto Seguro; sujeitos que foram envolvidos em dois processos: migração campo-cidade e mobilidade dentro do próprio universo do trabalho – do contexto da produção de *commodity* no campo ao contexto do trabalho no setor de serviços, na cidade turística e se inseriram em “novas” formas de trabalho – flexibilizada, fragmentada, precarizada.

Considerar esse trabalhador a partir da sua vida cotidiana é um caminho para pensá-lo no contexto mais amplo em que está inserido – a atual sociedade mercantil. Esse sujeito sujeito pode ser analisado a partir do seu cotidiano em Porto Seguro, considerando que o cotidiano é um nível da realidade de onde se pode compreender as relações sociais e as contradições. A análise do cotidiano revelará como é ser trabalhador num espaço de consumo e como se dá a relação desse trabalhador com os sujeitos que vivem, na cidade turística, um tempo do não-trabalho. Para Debord (1997), o burguês e o trabalhador são sujeitos “contempladores do espetáculo”. O primeiro faz um sacrifício mítico; o segundo, um sacrifício real.

O cotidiano, com todas as suas banalidades, foi capturado pelo capitalismo à medida que este sistema foi se transformando e apropriando-se das esferas da sociedade para o seu uso (LEFEBVRE, 2012). A economia totaliza a vida social, tornando-se estratégico colonizar a vida humana inteira, incluindo o cotidiano. A ampliação do mundo da mercadoria invade a vida cotidiana e o cotidiano, que emerge com o consumo, torna-se espaço programado, normatizado, fragmentado - trabalho, vida privada, lazeres. Mas, há um escape: no plano do cotidiano há “os ‘irredutíveis’, as contradições que nascem ou renascem, embora abafadas, afastadas, desviadas”. (LEFEBVRE, 1991, p. 74).

O cotidiano é eleito por Lefebvre, enquanto categoria de análise, pois é um nível da prática social e permite entender o processo de reprodução das relações sociais capitalistas em sua amplitude atual. A totalização da vida cotidiana se fragmenta nos momentos dessa dimensão social – trabalho, vida privada, lazeres, deslocamentos. O cotidiano que emerge na *sociedade burocrática de consumo dirigido* produz uma vida

cotidiana burocratizada, normatizada, atomizada, regulada. O cotidiano se realiza no urbano – “uma cotidianidade programada num ambiente urbano adaptado para esse fim” (LEFEBVRE, 1991, p. 73). E o fim é a busca pela satisfação que, em vão, “o consumo e o consumidor enchem esse vazio, ocupam esse oco.” (Ibidem, p. 89). Mas, o que será dessa sociedade burocrática de consumo dirigido se não tentar romper os limites que traz em si mesma? Lefebvre aponta o caminho da destruição:

Aonde vai essa sociedade com suas modificações, cujo caráter pouco profundo contrasta com a pretensão à mudança perpétua que passa por essencial no ‘espírito moderno’? Nem ela sabe. Talvez procure a fuga para frente, de olhos fechados, às apalpadelas, no túnel, à noite, esperando encontrar a saída do labirinto, se não ficasse patinando no mesmo lugar. Mas não, não se trata apenas de patinar: trata-se da autodestruição no próprio lugar em que se encontra. (Ibidem, 1991, p. 91)

No entanto, as características do cotidiano definidas por forças hegemônicas do mundo do capital tensionam com outras forças que se dão nesse nível do “irredutível”. É a possibilidade de um devir, de uma historicidade consciente dirigida.

O tempo dos lazeres, como um dos fragmentos desse cotidiano programado, é um elemento que suscita reflexões sobre os complexos desdobramentos do mundo da mercadoria, a ampliação desse mundo que colonizou o espaço e o tornou, também, mercadoria. O seu entendimento começa com o nexo da *produção do espaço* que avançou para outro estágio, o do *consumo do espaço*, ambos assentados na questão maior – a reprodução do capital. Lefebvre (1991, p. 61), analisando aquele momento da sociedade de consumo (idos dos anos 60 na França) diz que “os lazeres entrem nas necessidades e modificam as necessidades preexistentes” e destaca que os “teóricos do lazer” afirmavam: “as férias, um fenômeno recente em toda escala social, modificaram essa sociedade, deslocaram as preocupações, tornando-se o centro das preocupações.” (Ibidem, p. 61). Mas, de fato, o lazer, enquanto realidade e conceito, foi inventado nos anos 30 (contexto da França), segundo Lefebvre (2012, p. 208):

Até a essa altura, o que havia? As boas e velhas distrações, os divertimentos e as atrações artísticas, as festas tradicionais, as

danças e os bailes de máscaras; para a burguesia e uma parte da classe média, havia as 'férias'.

A busca pelo turismo e outras atividades de lazer e entretenimento, começa com a contradição entre satisfação-insatisfação, o mal-estar, a necessidade de fugir do cotidiano e, nesse movimento de busca de um escape, mediante o tédio causado pelas normatizações e proibições, dá-se o inverso e volta-se para o início, o consumo:

Daí decorre a autodestruição do objeto e do objetivo: a cidade pitoresca, a região turística, o museu desaparecem sob o afluxo dos consumidores, que acabam consumindo apenas a sua própria presença e a sua própria acumulação. (Ibidem, p. 94).

Assim, além do momento de lazer ser programado e normatizado ele acontece, geralmente, em espaços do consumo onde a prática do lazer passa a ser um momento de reprodução do capital que acontece num espaço-mercadoria. O cotidiano de milhares de trabalhadores se relaciona, diretamente, com a ruptura (momentânea) do cotidiano de outros trabalhadores. E todo esse movimento diz respeito à reprodução capitalista atual quando o capital financeiro demanda uma nova relação espaço-tempo e o espaço adquire valor de troca, tornando-se, também, mercadoria.

A *teoria do espetáculo* do Debord (1997) possibilita um aprofundamento da questão-chave, pois ilumina o entendimento da relação entre mercadoria e espaço e, sobretudo, no movimento dessa relação, compreender a colonização do cotidiano e o consumo dirigido na "sociedade do espetáculo". Se Lefebvre, nos idos de 1960 viu o cotidiano ser capturado pelo consumo, Debord sinaliza o acirramento desse processo, contudo, não enfatizando as classes médias – a que tem mais acesso ao consumo – mas, a todos os sujeitos da sociedade do espetáculo que é aquela sob o reino da mercadoria. Neste sentido, penso que os mergulhos filosóficos desse autor - que em algum momento atuou com o Lefebvre no embate prático de questões da sociedade mercantil - contribuem para aprofundar o entendimento da lógica do cotidiano, da cotidianidade em tempos modernos, quando impera uma inversão: "no

mundo realmente invertido, a verdade é um momento do que é falso” (DEBORD, p. 16), onde a representação e não a realidade é que se objetiva. (Ibidem, p. 28).

Para Debord, a linguagem do espetáculo se torna a linguagem do cotidiano (Ibidem, p. 15). O espetáculo é a linguagem da alienação e, como linguagem comum, conecta os espectadores, “mas os reúne como separado”. A falsa realidade de estar junto, interligado, conectado, quando esta realidade, de fato, é uma representação dialética dos tempos modernos (Ibidem, pp. 23, 24). Neste sentido, a colonização do cotidiano é total, posto que “o espetáculo é o *capital* em tal grau de acumulação que se torna imagem.” (Ibidem, p. 25) e ainda “o espetáculo é o momento em que a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social (Ibidem, p. 30. Grifos do autor). Se todas as relações sociais são mediatizadas pela mercadoria, então, há sérias implicações disso para a vida cotidiana.

Ele destaca, sobretudo, os termos da alienação do trabalhador e o quanto isso implica no processo de reprodução da vida:

“O trabalhador não se produz a si mesmo, produz uma força independente (...). Com a acumulação de seus produtos alienados, o tempo e o espaço de seu mundo se tornam *estranhos* para ele.” (Ibidem, p. 24).

“O espetáculo na sociedade corresponde a uma fabricação concreta da alienação.” (Ibidem, p. 24).

E apresenta uma dialética da produção da cotidianidade no contexto da sociedade do espetáculo:

“O homem separado de seu produto produz, cada vez mais e com mais força, todos os detalhes de seu mundo. Assim, vê-se cada vez mais separado de seu mundo. Quanto mais sua vida se torna seu produto, tanto mais ele se separa da vida.” (Ibidem, p. 25).

A sujeição do valor de uso pelo valor de troca, no mundo da mercadoria, se desdobra em termos práticos na vida cotidiana e aprisiona os sujeitos na “riqueza ilusória da sobrevivência ampliada” (Ibidem, p. 33). Se Debord auxilia no aprofundamento da problemática levantada por Lefebvre, por outro lado, parece que o primeiro enfatiza o poder que a sociedade burocrática de consumo dirigido produz,

enquanto que o segundo destaca o poder do “irredutível” na capacidade do ser humano extrapolar os limites da colonização plena desse cotidiano. Mas, ambos convergem na ênfase da superação da filosofia pela práxis, de um projeto, e é nesse sentido, sobretudo, que empreenderam as suas reflexões sobre a sociedade mercantil. Se não é possível fazer o fusionamento das ideias de ambos, é possível utilizá-las em termos de uma interessante complementaridade.

Pode-se pensar, então, na contribuição lefebvriana para o entendimento dos trabalhadores hoje, no contexto do processo de reprodução das relações sociais e seus novos contornos mediante a extensão do mundo da mercadoria, com base em conceitos como cotidiano, vida cotidiana e espaço. Creio que se destaca, sobretudo, o método, as possibilidades da dialética e da postura teórico-prática – conhecimento para além da filosofia especulativa e como estratégia política. E, no caso da dialética lefebvriana, a possibilidade de extrapolar o economismo e alguns limites do materialismo histórico-dialético de Marx, como a supremacia do tempo e a ausência do espaço, da espacialidade.

Destaca-se, também, a contribuição à crítica do estado crítico da atual sociedade capitalista que absorve o ser humano e o espaço. Nesse sentido, o cotidiano se constitui como um nível necessário de análise da prática social, incluindo crise da possibilidade de configuração do proletariado como sujeito da história.

1.1 Meandros e percalços da pesquisa de campo

A pesquisa empírica é um dos pilares desse trabalho, portanto, é interessante relatá-la com pormenores. De modo geral, perscrutei a cidade, os trabalhadores – migrantes ou não – e os turistas e isto se deu em dois momentos. No primeiro momento, para fins de sondagem geral e início do levantamento de dados *in loco* estive duas vezes na cidade de Porto Seguro – BA: em fevereiro de 2014 (um dia) e em setembro de 2015 (sete dias). Fiz essa sondagem no campo com a perspectiva de que tenho como “real concreto” uma nova realidade capitalista empírica que deve ser estudada mediante uma “reprodução teórica do concreto”. Penso que experienciei um primeiro momento sensitivo-perceptivo e depois pausei num “intervalo gnosiológico” (utilizo os termos de Edmilson Carvalho, 2008) que significa

um momento, na produção do conhecimento em que o pesquisador transita entre o “momento sensitivo-perceptivo e o da produção categorial” (p. 136). Ainda: “é o espaço que comporta, como pressuposto da produção do conhecimento científico, de um lado, o afastamento e, de outro, a ligação do ser pensante em relação ao ser pensado. Afastamento e ligação constituem, no curso gnosiológico em questão, uma relação de negação e unidade sem a qual não pode haver produção do verdadeiro conhecimento.” (p. 136).

No primeiro momento, percorri uns trechos da periferia da cidade a fim de conferir a sua dinâmica e contatar alguns trabalhadores. Conversei, informalmente, com cinco pessoas – três que eu já conhecia da pesquisa anterior (2002) e dois trabalhadores desconhecidos. Também, percorri espaços adjacentes à cidade, mas que fazem parte do espaço turístico de Porto Seguro – distrito de Coroa Vermelha e Santa Cruz de Cabrália, cidade vizinha, que formam um *continuum* de espaços costeiros totalmente voltados ao turismo. Esses municípios fazem parte da Costa do Descobrimento⁴ – região turística que compreende três municípios da Bahia: Belmonte, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro.

Em setembro de 2015, voltei à cidade de Porto Seguro e fiz um exercício de contra-turismo. Percorri novas áreas pavimentadas e novos espaços de moradia, produzidos nos últimos cinco anos: Outeiro da Glória – loteamento de classe média, nas imediações da Cidade Alta; Vila Valdete, localizada no Loteamento João Carlos, periferia da cidade – espaço de condomínios do Programa “Minha Casa, Minha Vida”, destinado aos trabalhadores de renda baixa.

Conversei com sete trabalhadores - migrantes grapiúnas, isto é, indivíduos oriundos da Região Cacaueira do Sul da Bahia - e levantei informações sobre o seu cotidiano na cidade, trabalho e moradia. Considerei-os como “sujeitos sujeitados”, envolvidos em processos ocorridos em escalas superpostas que, certamente, eles desconhecem a sua dimensão. Processos que se relacionam com uma crise no contexto de uma *commodity* – o cacau – e com novas formas de reprodução e acumulação do capital como a mercantilização dos espaços voltados à atividade do turismo.

Dos setes trabalhadores citados acima, seis migraram há mais de uma década e residem na periferia da cidade, o que me fez levantar algumas questões: os que migraram jovens e começaram a trabalhar no novo lugar criaram outras referências e estão totalmente adaptados à cidade? Como foi, para os mais velhos, criar uma “terceira via de entendimento da cidade” e “reformular o futuro a partir do entendimento novo da nova realidade que o cerca”? (Termos de Milton Santos, 1999). Essas questões foram contempladas nas entrevistas realizadas no segundo momento da pesquisa de campo.

Através das conversas com esses trabalhadores - com alguns, conversei mais de uma vez - obtive informações sobre situações de outros trabalhadores - pessoas da relação familiar ou de amizade com o entrevistado - como de lavadeiras que apresentam quadro clínico de alergias; a dificuldade das mães, casadas ou solteiras, em conseguir com quem deixar os filhos para irem trabalhar uma vez que não há como pagar uma babá nem há vagas nas poucas creches públicas; alguns arranjos entre vizinhos como entre duas mães: uma trabalha durante o dia e deixa as suas crianças com a avó, mas à noite, a partir das 18h, cuida da criança da vizinha, e recebe algum dinheiro por essa tarefa extra. A outra mãe trabalha com o seu companheiro, à noite, numa barraca de drinques, na Passarela do Álcool – importante avenida do Centro da cidade, circuito dos turistas e onde trabalham muitos ambulantes das 18h às 24h ou até a madrugada, a depender da dinâmica da temporada. Os falares desses e de outros trabalhadores de Porto Seguro podem iluminar os meandros de muitos dados oficiais e, sobretudo, a dimensão da precarização do trabalhador nesse momento de rearranjos do capital foram nos situando na vida dos trabalhadores.

Sobretudo, a visita realizada em setembro de 2015 foi importante, pois revelou pormenores dantes não percebidos sobre nuances do objeto da pesquisa. Foi um momento preparatório para a segunda fase da pesquisa empírica realizada a partir de maio de 2016.

No segundo momento, habitei na cidade de Porto Seguro por dez meses, de maio de 2016 a março de 2017. Nesse ínterim, tentei fazer uma imersão para capturar várias dimensões desse espaço urbano a partir das relações sociais que nele se concretizam. O ato de habitar exige demandas que por si só provocam uma imersão,

pois é necessário circular, comprar, estabelecer relações com sujeitos de circuitos centrais, periféricos, subterrâneos.

Mas, no ato de habitar é possível circunscrever a circulação e as relações sociais de acordo com as demandas e interesses pessoais o que pode torná-las bem restritas. Assim, é possível habitar numa cidade e criar um circuito muito específico para o seu cotidiano sem que o este faça intersecção profundas com o circuito de outros sujeitos. Mas, nem sempre se trata de quererem ou definições conscientes. As classes mais abastadas podem definir os seus circuitos, mas os trabalhadores, geralmente, são obrigados a fazer circuitos definidos com base no binômio local de moradia - local de trabalho. No meu caso, era interessante ampliar o máximo possível a circulação por vários circuitos. Assim, habitei na Orla Norte e circulei por toda a cidade, por diversas finalidades, sendo a principal, a pesquisa, ou melhor, tudo foi direcionado para esta. Na oportunidade, fiz um levantamento de dados secundários na Prefeitura Municipal de Porto Seguro, precisamente na Secretaria Municipal de Turismo, Secretaria de Obras e Secretaria de Tributos, quando obtive uma cópia do Plano Diretor Urbano - PDU, informações sobre o preço da terra urbana, o projeto da oficialização da divisão de bairros e outras informações que subsidiaram a produção de alguns mapas que serão utilizados nesse trabalho.

Ao circular pela cidade, realizando observações para fins da pesquisa, identifiquei vários circuitos. Há um espaço bem delimitado, o dos turistas. É a parte da cidade onde se concentram os atrativos turísticos, mas é, paralelamente, percorrida por trabalhadores que atuam em atividades ACT⁵ e fazem trajetos diários nesse espaço, mas por outra finalidade – trabalhar. Compreende a Orla Norte, espaço de balneários, com seus clubes de praia que oferecem atrações diurnas e noturnas – Axé Moi, TôaTôa e Barramares; casas noturnas para além da Orla Norte como a Bombordo, no Centro, e atrações da Ilha dos Aquários, um espaço de lazer e entretenimento ao sul da cidade; o passeio noturno clássico pela Passarela do Descobrimento, cujas atrações são os restaurantes à beira-mar, lojas e barracas de souvenirs e quiosques de drinks como o “capeta”.

As classes de renda média habitam no Centro e em condomínios da Orla Norte, destinados quase que exclusivamente a residências. Em muitos casos, faz-se o uso temporário das unidades habitacionais para fins de veraneio e casas de temporada

alugadas em qualquer época do ano, principalmente em “feriadões”, por grupos de excursão. Então, os sujeitos dessas classes habitam em espaços residenciais específicos na Orla Norte – Outeiro da Glória e Outeiro de São Francisco – e em outros condomínios onde além do morador fixo, existe a presença do turista de temporada. Há supermercados, restaurantes, bares e barracas de praia indicados como “espaço frequentado por moradores” e há aqueles estabelecimentos que são frequentados, sobretudo, por turistas. Os espaços de lazer dos sujeitos dessas classes de renda média também são uma terceira via dentro das centenas de opções formatadas para os turistas. Contudo, o circuito desses sujeitos faz uma intersecção com o circuito dos turistas que circulam em táxis, automóveis (alugados; particulares) e, às vezes, em ônibus coletivos diferenciados – a tarifa é mais alta, possui boa estrutura, inclusive, tem ar condicionado.

Há um circuito periférico cujos contornos são muito bem definidos e percorridos por trabalhadores de renda baixa, sobretudo, de ônibus coletivos, moto-táxi e lotações. A configuração geomorfológica do sítio urbano facilita o “sumiço” da periferia dos olhares dos turistas. Há duas direções: da periferia para o Centro; da periferia para a Orla Norte. São trajetos diários, seis dias na semana, que intercalam dois pontos: casa-trabalho. Há, também, uma circulação intensa de trabalhadores na periferia – dentro dos bairros periféricos do mesmo circuito. Estes quase nunca saem dessa circunscrição, pois trabalham e tem as suas demandas atendidas na periferia.

Os moradores antigos formam um enclave específico na parte baixa da cidade, num espaço dissociado de migrantes e turistas. Habitam em ruas do Centro, em ruas próximas ao Rio Buranhém onde muitos ainda atuam em atividades ligadas ao mar e ao rio: pesca e atividades relacionadas a esta, estaleiro, transportes aquáticos. Interagem entre si com festas tradicionais como a de São Pedro – padroeiro dos pescadores -, festas religiosas promovidas pela paróquia da cidade baixa, frequentam botecos etc. Formam uma comunidade que tem relações bem endógenas e com quase nenhuma articulação com os moradores do chamado “Complexo do Baianão” – extensa área periférica da cidade que compreende os bairros Baianão, Paraguai, Parque Ecológico e adjacências – onde reside a massa de trabalhadores migrantes, sobretudo, grapiúnas.

Identifiquei circuitos subterrâneos pelos quais não consegui transitar, mas sobre os tais ouvi relatos e tive acesso através de alguma pessoa que me foi apresentada por meio de algum conhecido. Refiro-me aos universos do comércio de drogas ilícitas e da prostituição, sobretudo de mulheres e de crianças. A dinâmica desses dois universos permeiam todos os espaços da cidade, todos os seus bairros centrais e periféricos e envolvem indivíduos de todas as classes sociais. Produzem territórios paralelos onde não é muito fácil penetrar, embora essas duas atividades estejam muito relacionadas com os ambientes de lazer e entretenimento da cidade e das vilas ao sul, Arraial D'Ajuda e Trancoso – extensão do espaço turístico de Porto Seguro, no sentido euclidiano, pois no sentido mercadológico, talvez já sejam produtos com vida própria.

Como a cidade só possui 80.267 habitantes, segundo o último Censo (IBGE, 2010), esses circuitos tão diferentes indicam uma grande fragmentação sócio-espacial. A conformação geomorfológica do sítio urbano e a concepção de espaço consumível são elementos que fortalecem esse processo.

As festas na cidade são elementos dinâmicos que indicam práticas de apropriação espacial. São como momentos extraordinários na vida cotidiana. Mas, as festas em Porto Seguro são realmente momentos extraordinários ou ordinários, produtos formatados do circuito da mercadoria? Entendi que era preciso perscrutar as festas a fim de compreender melhor os circuitos dessa cidade fragmentada e identificar algum irreduzível contido nas festas.

Há um calendário oficial das festas que ocorrem durante todo o ano. Festas promovidas pelos gestores do município, com dinheiro público e outras promovidas pelo setor privado, entram no calendário oficial e são um chamariz para os turistas: o Réveillon, o Carnaporto, o São João Elétrico são exemplos dessas grandes festas.

Nos maiores clubes de praia acontecem grandes shows com nomes da Axé Music e do Sertanejo Universitário durante o ano todo, além de festas paralelas ou conjugadas com as festas do calendário da Prefeitura Municipal. E, durante o ano todo, em datas semanais fixas, acontecem festas para turistas como o Luau da Tôa Tôa, um badalado clube de praia.

Mas, há outras festas com outras conotações. Frequentei algumas festas a fim de identificar os seus aspectos – religioso, comercial, folclórico – e verificar as práticas de apropriação espacial durante a festa. Além de algumas festas de largo promovidas pela Prefeitura Municipal – São João Elétrico e Réveillon -, conferi algumas festas como: festas juninas de bairro de classe média, realizadas pela Igreja Católica em parceria com lideranças dos bairros, como o São João do Mundaí e o Arraiá do Village; festa de romaria Nossa Senhora da Pena; Feijoada Beneficente, na periferia onde a beneficência é um pretexto para uma festa animada; festa de igreja evangélica. Há muitas festas dos evangélicos na cidade – 35% da população de Porto Seguro se declaram cristã evangélica, segundo dados do IBGE, 2010.

Contudo, as duas festas religiosas mais grandiosas são as festas das padroeiras de Porto Seguro e de Arraial D'Ajuda, posto que são tradicionais, seculares e acontecem nos mais antigos santuários da fé católica do Brasil. Há também outros eventos festivos na cidade como o Desfile Cívico do 7 de setembro que foi reativado na atual gestão pública municipal.

Outros espaços, outras festas: acontecem algumas festas que atraem um público misto - moradores locais que residem no Centro e em outros bairros da cidade baixa, alguns turistas que buscam um circuito mais alternativo etc. São espaços como o Empório Nordestino, na Cidade Alta, que promove o Forró da Lua, uma vez ao mês, no sábado de lua cheia; o Clube da Amizade que promove bailes para um público da terceira idade; a Praça do Relógio onde acontecem bailes de lambada, todas as noites de domingo que atraem turistas e moradores locais saudosistas do ritmo que marcou os anos 1980 em Porto Seguro; a Lambateria do Berg que promove o bienal Congresso Internacional de Lambada. A comunidade universitária, por sua vez, está se consolidando na cidade, através da Universidade Federal do Sul da Bahia– UFSB, fundada em 2013, e promovendo um circuito alternativo de festinhas universitárias como os saraus promovidos num espaço privado, o Livreiro de Porto Seguro, assim como pelas festas promovidas pelo bloco de carnaval, fundado por professores dessa instituição, o Bloco Sovaco do Cabral.

1.2 As famílias

Nesta segunda etapa, a parte mais significativa da pesquisa de campo foi a imersão num ambiente privado específico. Inicialmente não havia a pretensão de usá-lo como elemento-chave no processo da pesquisa, mas este acabou sendo elemento revelador para capturar nuances do cotidiano e da sociabilidade dos trabalhadores que residem na periferia da cidade, pois as dinâmicas do ambiente privado revelaram questões de vários outros ambientes: do trabalho para além da moradia, da igreja, da escola, da política local, do bairro, da cidade.

Foi muito marcante e significativo o contato com a vida doméstica de duas famílias de trabalhadores (DIAGRAMA 1): uma família com sete membros morando na mesma casa: um casal sexagenário; uma filha adulta, mãe de duas crianças; duas adolescentes, netas do casal. A outra família é chefiada por uma senhora sexagenária, também. Ela tem três filhos adultos, sendo que dois são seus vizinhos. Por morar só, ela agrega parentes e amigos na sua casa; geralmente jovens da família ou filhos de amigos que moram lá, temporariamente, enquanto arranjam emprego e se estabelecem – se casam ou encontram outra moradia. No período da pesquisa três agregados moraram lá, sendo que um jovem, sobrinho dela, foi o morador fixo durante todo esse período.

Essas duas famílias centrais, cujas chefas são duas irmãs, formam dois núcleos importantes num contexto, onde gravitam outros familiares – especificamente, mais oito famílias: um casal jovem, com uma criança pequena; um casal quase da terceira idade, com filhos e netos; uma mulher com dois filhos jovens; um casal muito jovem, com três crianças pequenas; uma mulher com a sua filha adolescente; um homem recém-casado, que está no terceiro casamento; um casal e um bebê; um casal e uma criança com oito anos de idade; um homem solteiro que mora sozinho. Ao todo, são trinta e cinco pessoas, sendo dezoito adultos com idades entre trinta e cinco a sessenta e três anos; cinco jovens, três adolescentes e nove crianças.

Diagrama 1: As Famílias

Todos os membros desse coletivo tem laços parentais. Todos circulam nas casas centrais-articuladoras. As relações entre eles são amistosas em diferentes graus, pois há conflitos entre alguns. Mas, no geral, há apoio entre todos, principalmente no tocante às informações sobre vagas em determinados postos de trabalho. É possível encontrar dois ou três membros da mesma família trabalhando no mesmo local: seja numa lavanderia, hotel ou casa noturna; ou dois ou três membros congregando na mesma denominação evangélica.

Convivi com esse coletivo durante dez meses, circulando mais nas duas casas centrais por onde todos passavam, em vários momentos. Essa convivência diz respeito a participar das atividades da casa, da família como fazer refeições, inclusive, ajudando a prepará-las; ir à feira-livre com membros da família; ir a cultos de igrejas evangélicas; estar presente durante conflitos entre alguns membros (avó com netas; tia com sobrinhas); ir à festinha de escola de criança da família; contar e ouvir histórias de Camacan, cidade da região cacauera onde residimos em tempos idos, dentre outras interações. Através de uma senhora dessa família, conheci e

participei por três meses do Projeto Vida & Movimento, uma proposta da Secretaria Municipal de Saúde e outros parceiros, de prática de atividade física, que acontece duas vezes na semana na Praça Buraco da Gia, no bairro Baianão. Por fim, entrevistei cinco membros da família: dois adultos (pioneiros no processo migratório) e três jovens.

Além do contato direto com a citada família numerosa, composta por migrantes grapiúnas e seus descendentes, tive contato direto, com diálogos ou observação dos falares, com dezenas de outros migrantes grapiúnas, pois eles trabalham em todo tipo de estabelecimento relacionado à ACT, assim como na construção civil, atividades domésticas e, sobretudo, como vendedores ambulantes nas praias da Orla Norte. Nos dias atuais, ser ambulante nas praias ou ser motorista de lotação – um transporte ilegal que tem gerado muitos conflitos entre várias partes: os trabalhadores da lotação, taxistas e empresários do transporte coletivo – é um escape para o desemprego.

Além dos trabalhadores migrantes grapiúnas, contatei os seguintes tipos de pessoas: moradores antigos, pescadores, migrantes mineiros e cariocas que moram em condomínios da Orla Norte ou no Campinho – bairro da cidade baixa -, pastores, padre, taxistas, feirantes.

A perspectiva dos taxistas é muito interessante para ajudar a entender aspectos da sazonalidade, da dinâmica do fluxo de turistas, das nuances dos circuitos subterrâneos da cidade como a localização de “bocas” (pontos de venda de drogas ilícitas), de espaços de prostituição, bem como o grau de periculosidade de determinados logradouros. Contudo, constatei que pastores de igrejas evangélicas podem ser, também, ótimos informantes ou pelo menos, parceiros para ajudar o pesquisador acessar alguns locais da periferia da cidade que possuem códigos de acessibilidade desconhecidos dos externos. Um pastor disse-me, com certa jactância “Você sabe que pastor entra em qualquer lugar, né?”. Valendo-me da potencialidade do conhecimento dos taxistas e pastores, circulei com alguns e entrevistei um taxista e um pastor que são, sobretudo, trabalhadores migrantes.

Foi interessante, também, contatar e entrevistar uma mulher, liderança de um significativo movimento social que atua com ocupações de terras. Dantes, atuava

com o MST, em frentes de lutas indígenas e acabou na periferia de Porto Seguro liderando a ocupação de uma grande área. Através dela pude compreender muitos elementos do processo de expansão urbana. O mapa e a imagem de satélite deixavam uma grande incógnita; as informações obtidas em órgãos oficiais, também; mas, ao conjugar todos os fragmentos de informações e fazer duas incursões ao local.

Dois moradores antigos, de 70 e 80 anos, respectivamente, foram, também, entrevistados. O primeiro é o Sr. Romeu Fontana, porto-segurense, escritor de vários livros publicados sobre Porto Seguro. Foi o idealizador e primeiro secretário da Secretaria de Turismo, criada em 1974. Forneceu-me informações valiosas sobre a cidade antes do boom do turismo: anos de 1970, 1980. Através dele acessei a octagenária D. Maria Boneca, fundadora, nos idos de 1974, do primeiro e ainda ativo bloco de carnaval da cidade o “Fantástico”. Seguindo a linha dos informantes sobre a cidade antes do turismo e as festas, entrevistei o Frei Marcos, responsável pela Paróquia local e pela organização da secular festa da Padroeira Nossa Senhora da Pena. Valiosa também, foi a entrevista concedida por um taxista que é migrante grapiúna, morador da periferia e fundador do Clube do Feijão, uma confraria que agrega amigos e vizinhos, cujo propósito é o lazer e o entretenimento com base na feijoada e na cerveja, mas que fazem parcerias com outros grupos que produzem festas beneficentes no bairro.

Em todas as entrevistas realizadas utilizei um roteiro com questões estruturadas e as demais questões foram sendo desdobradas para contemplar melhor o assunto abordado. Fiz uso do gravador e de bloco para anotações complementares. Também utilizei as redes sociais – Facebook e WhatsApp – para contatar alguns entrevistados, marcar horários e detalhes sobre as entrevistas. Foram ferramentas que me auxiliaram no quesito sociabilidade. Contudo, ocorreram desventuras e, nestes momentos, o uso das redes sociais não foi proveitoso.

Com essa imersão na cidade, fui redefinindo os alguns rumos e estratégias do que eu havia planejado para a pesquisa de campo. Fui além e fiquei aquém, em alguns aspectos. Por exemplo: desejei entrevistar alguns sujeitos, pois percebi que trariam informações significativas, mas não tive êxito em algumas tentativas: aguardei por meses o contato com uma idosa, que seria uma ótima informante, mas quando

consegui marcar a entrevista, ela adoeceu e faleceu; contatei, várias vezes, alguns migrantes grapiúnas cuja história me interessava, mas ficaram ressabiados e não se dispuseram a conceder a entrevista; entrevistei dois migrantes, mas tive que descartar as entrevistas, pois ao final do processo, fui assediada por um e o outro fez exigências que fogem aos interesses da pesquisa.

Planejei trabalhar com grupo focal. A estratégia era conhecer uns jovens e promover encontros coletivos, um sarau e, por fim, aplicar a técnica. Mas, tive que cancelar esse plano. Tive contratempos com relação aos interesses dos jovens não se afinarem com os meus. Eles tinham interesse em festas da igreja evangélica, cinema, sair para zoeiras etc.; por outro lado, percebi que teria problemas naquele condomínio da Orla Norte caso fosse realizar esse tipo de atividade com jovens da periferia ou outro evento atrativo para eles como um churrasco. A diferença de faixa etária, a localização díspare da moradia dos dois sujeitos – pesquisador e pesquisado – aproximou e afastou, de certa forma. Assim, consegui entrevistar quatro jovens em locais e momentos distintos. Ao entrevistá-los, focalizei em questões relacionadas à “representação” do trabalho e ao pertencimento (identificação com a cidade).

Além da pesquisa de campo foi necessário realizar uma pesquisa documental e de dados secundários, sobretudo no IBGE e instituições públicas que trabalham com dados sobre o turismo – Bahiatursa, por exemplo – e outros assuntos tratados neste trabalho que precisam ser corroborados com dados oficiais. As interpretações desses dados serão cuidadosas para evitar generalizações, folclorizações e pistas equivocadas, pois para analisar o universo do trabalho e do trabalhador migrante em Porto Seguro é preciso descolar o turismo do economismo e capturar elementos mais densos que dê conta de explicar as novas dinâmicas do capital e suas concreções no local de estudo.

Dado o caráter dessa pesquisa, pensamos ser interessante produzir mapas, pois entende-se que estes são instrumentos eficientes no processo de interpretação e análise de questões da pesquisa, além de serem um suporte visual que permite um melhor entendimento das questões aqui apresentadas.

Notas:

¹ Essas atividades eram desenvolvidas em áreas da hinterlândia de Porto Seguro que no final da década de 1980 se consolidaram como territórios municipais: Eunápolis (1988) e Itabela (1989). Pode-se considerar, também, Guaratinga, cuja emancipação se deu em 1961 e foi um espaço colonizado por capixabas para fins da extração da madeira.

² Até o final da década de 1980, dois municípios da hinterlândia da Região Extremo Sul da Bahia – Eunápolis e Itabela – faziam parte do território de Porto Seguro. Portanto, parte da dinâmica relatada acima, constitui-se um amálgama entre o município de Porto Seguro e a citada região onde este município está inserido.

³ Fazia parte do plano de intervenção estatal o zoneamento turístico. Assim, no início dos anos 1990, ficaram definidas as áreas turísticas prioritárias: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos (incluindo Salvador), Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. Os critérios de seleção foram: “a constatação da qualidade dos atrativos turísticos, a existência de um produto turístico já conhecido e colocado à venda pelos operadores turísticos, além de recursos naturais preservados com áreas disponíveis para a implantação de complexos turísticos e a capacidade de implantação de infra-estrutura receptiva sem prejuízos aos recursos naturais e ao meio ambiente” (MENDONÇA *et al*, 2000, p. 58).

⁴ Em Porto Seguro, as ações do poder público foram pré-idealizadas e efetivadas via PRODETUR/BA - que é um desdobramento do grande plano estatal para a zona litorânea do país, o PRODETUR/NE, que foi instituído por meio de diploma legal em 29 de novembro de 1991. O planejamento da intervenção iniciou-se com o zoneamento de áreas turísticas prioritárias, cujos critérios de seleção foram: “a constatação da qualidade dos atrativos turísticos, a existência de um produto turístico já conhecido e colocado à venda pelos operadores turísticos, além de recursos naturais preservados com áreas disponíveis para a implantação de complexos turísticos e a capacidade de implantação de infraestrutura receptiva sem prejuízos aos recursos naturais e ao meio ambiente” (MENDONÇA *et al*, 2000, p. 58). Com base nesses critérios delimitou-se as sete zonas turísticas no estado da Bahia, atribuindo-lhes a seguinte denominação: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos (incluindo Salvador), Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. (PEREIRA, 2015, p. 62).

⁵ Dentre as atividades características do turismo (ACT), 57% correspondem a alimentação (restaurantes, bares, lanchonetes); 16% alojamento e 9% cultura e lazer, segundo o Observatório do Turismo da Bahia, 2015, p. 18, <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/publicacoes/>>. Acesso em set. 2015.

CAPÍTULO 2 - OUTEIROS, PLATÔS E BOQUEIRÕES: GEOGRAFIAS DA CIDADE-MERCADORIA

E, velejando nós pela costa, obra de dez léguas do sítio donde tínhamos levantado ferro, acharam os ditos navios pequenos *um recife com um porto dentro, muito bom e muito seguro, com uma mui larga entrada*. E meteram-se dentro e amainaram. As naus arribaram sobre eles; e um pouco antes do sol posto amainaram também, obra de uma légua do recife, e ancoraram em onze braças. (CAMINHA, 1500, p. 2. Grifo nosso.)

Esta terra, Senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até à outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvesmos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. *Tem, ao longo do mar, nalgumas partes, grandes barreiras, delas vermelhas, delas brancas*; e a terra por cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta, é toda praia parma, muito chã e muito formos. (CAMINHA, 1500, p. 14. Grifo nosso.)

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque, *a estender olhos, não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa*. (CAMINHA, 1500, p. 14 Grifo nosso)

Nos idos de 1503, à revelia da população que ali habitava, edificaram naquele morro, que entenderam ser um outeiro, o primeiro núcleo para marcar o início do povoamento da Colônia Portuguesa. As edificações foram derribadas durante um conflito dos colonizadores com os indígenas. Restaram ruínas da primeira igreja católica romana edificada nas Américas, a Igreja da Glória. Em 1534, seguindo a lógica lusitana de edificar acrópoles nos territórios colonizados, fundaram outro núcleo que seria a sede da Capitania de Porto Seguro, dando origem ao que seria, mais tarde, o sítio urbano de Porto Seguro:

A cidade devia ser posta em situação de fácil defesa contra os indígenas ou contra os inimigos vindos do mar. Aliás, uma das poucas regras urbanísticas dadas pelo português às nossas vilas era a defesa através das alturas. Quase todas eram postas no cimo do morro.” (OMEGNA, 1961, p. 11).

Desta vez, o núcleo de povoamento foi instalado mais ao sul, nas bordas de um platô, após um daqueles vales formados pela rede de drenagem: o vale do Rio da Vila. Não era um simples ponto de fixação, uma sede, ou uma vila despretensiosa,

cujo fundo era a densa mata ombrófila. Naquelas paragens, os “plantadores de urbes” edificaram a concreção da intencionalidade da Metrópole que, naquele momento, executava estratégias do capitalismo mercantil. Os edifícios como os templos da religião católica romana e a cadeia evidenciam que:

Os colonos armados de ferro, espiritualizados pela fé, senhores de instrumentos que dominavam os elementos e que sondavam os céus, práticos na economia dos mercados, amantes da moeda metálica, querem um lugar para a sua cultura estatal, eclesiástica, militar, policial, mercantil, humanista, monetária e legalista.(OMEGNA, 1961, p. 6).

Neste espaço inicial, a "cidade alta" (FOTOGRAFIA 1), ficaram concentradas por séculos as instituições administrativas. Atualmente é denominado Cidade Histórica e, sobretudo, hoje funciona como cenário para a apreciação turística, pois é um espaço onde concentra-se parte do patrimônio histórico-cultural de Porto Seguro, um conjunto arquitetônico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional - IPHAN em 1974. Para além desse uso, que promove uma circulação às vezes intensa, durante o dia, a Cidade Histórica é o local da habitação de moradores remanescentes dos tempos pré-turismo. Em 2010 o IBGE contabilizou apenas 137 habitantes que habitam nessa parte da cidade, marco inicial da apropriação espacial a partir do século XVI.

Entre 1535 e 1891, a sede da Capitania de Porto Seguro perdurou como vila, até ser elevada à categoria de cidade. Desde o século XVI, a geomorfologia¹ do local foi adequada para as necessidades do colonizador e, séculos depois, para outros tipos de apropriação espacial, todos relacionados ao processo de reprodução e acumulação do capital. No século XVI, tanto o atracadouro natural produzido pelos recifes de arenitos de praia como as bordas íngremes do tabuleiro dissecado – estruturas adequadas para fundar uma cidade-fortaleza -, atraíram o colonizador d'além mar. Nas últimas décadas, “as falésias do grupo Barreiras que consistem em escarpas erosivas dos tabuleiros devido a erosão marinha” (DANTAS; MEDINA, 2000), compõem cenários muito atrativos para os turistas e para grandes empreendimentos imobiliários de alto padrão².

Fotografia 1: Cidade Alta, Porto Seguro – BA, 1957

Fonte: Acervo do IBGE

Em primeiro plano, o mar, as escarpas do tabuleiro costeiro e as edificações da Cidade Alta: Igreja Nossa Senhora da Pena, Igreja da Misericórdia, casario antigo etc.; à direita, o vale do Rio da Vila; à esquerda, a planície do vale do Rio Buranhém; ao fundo, extensa área de mata ombrófila onde à esquerda foi construído o aeroporto e à direita foram fundados os bairros Cambolo e Fontana, no final de 1980; a partir de 1992, consolidou-se no fundo do platô, a extensa periferia da cidade com o surgimento dos bairros Baianão, Paraguai, Parque Ecológico, Ubaldinão etc.

O objetivo de trazer essas informações não é descrever a história da cidade de Porto Seguro, mas, ressaltar através dos processos históricos, algumas nuances das formas de apropriação do território durante quase quinhentos anos que resultou na atual conformação desse espaço citadino. Os fatos históricos evidenciam o processo de produção da cidade quando a temporalidade se concretiza na espacialidade. A geomorfologia teve um sentido no século XVI e tem outros sentidos nos tempos atuais, porém, mentem-se a marca de uma apropriação atual sobre a hegemonia de outros dominantes econômicos e culturais.

Em meados do século XIX a parca população desceu as escarpas do tabuleiro e buscou espaço na planície flúvio-marinha, principalmente os pescadores que por questões de praticidade precisavam habitar mais perto do rio e do mar. Habitar na orla, em séculos passados, não tinha a mesma conotação de tempos recentes,

então, a população mais empobrecida, estabeleceu-se às margens do rio e, posteriormente, de frente para o mar – onde hoje é a Passarela do Álcool. A vila de 1535, quando alçada ao patamar de cidade, em 1891, cresceu para o sul, no sentido do estuário do Buranhém e assim surgiu o Pacatá e a Ponta de Areia, este último compreende, na atualidade, a Passarela do Descobrimento, um dos cartões postais da cidade.

Os outeiros, assim como outras “partes altas” – bordas das escarpas do tabuleiro - ficaram descampados, sem uso social, até que no século XX, tiveram ocupação esparsa. O alto do Mundaí, por exemplo, era ocupado por caboclos e negros que viviam em situação precária. Um desses habitantes relatou que quando criança, idos de 1974, residiu no Mundaí “numa casinha de taipa, em condições de extrema pobreza.” Uma portossegurense octogenária relatou que frequentava a parte baixa do Mundaí, a praia. Nos idos 1960 ela organizava divertidos piqueniques que mobilizavam dezenas de moradores do Centro da cidade, cercanias do rio, e aconteciam no melhor balneário da época – a praia de Mundaí.

Na década de 1980 as terras do Alto do Mundaí foram loteadas e o local foi apropriado por moradores que tentam construir elementos indenitários de um bairro de classe de renda média. Constituíram uma Associação de Moradores, implementaram um rígido sistema privado de segurança e realizam uma festa junina que já entrou no calendário de festas da cidade. Avisos sobre o monitoramento via câmeras 24 h estão nas áreas limítrofes do bairro, inclusive na parte de trás (FOTOGRAFIA 2) onde surgiu, há poucos anos, um movimento de apropriação irregular e ilegal de uma extensa área de mata hoje denominada Projeto Mangabeira. É preciso avisar aos pobres que estão colonizando a parte de trás que o Alto Mundaí, espaço vizinho, cuja via principal dá acesso à orla, passa por um bairro de classe média. É preciso garantir aos moradores do Mundaí, a sensação de segurança, uma vez que não conseguem impedir o trânsito de alguns moradores da nova área de expansão da periferia da cidade. É preciso garantir que os preços dos imóveis do Mundaí não vão despencar porque o bairro é local de trânsito de um pequeno fluxo de trabalhadores de renda baixa que habitam nos fundos do platô³.

Fotografia 2: Aviso de Monitoramento do Bairro Alto Mundaí.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Os dois outeiros foram, também, loteados e hoje são dois enclaves conhecidos como Outeiro da Glória e Outeiro de São Francisco, sendo este último considerado a “área mais nobre da cidade”, status certamente baseado no preço da terra e na renda dos seus habitantes. O Outeiro da Glória, condomínio fechado, situa-se no local do já citado primeiro núcleo de povoamento dos idos 1503. De espaço abandonado e esquecido passou em meados de 1980 a um loteamento privado onde até as ruínas da primeira igreja católica romana das Américas ficaram encerradas nos seus domínios.

O processo de ocupação da orla norte da cidade se deu a partir dos anos 1970/80 quando da implementação da Rodovia 367, um prolongamento da BR 101, que conecta a hinterlândia com o litoral, precisamente, parte da cidade de Eunápolis até o município costeiro, a norte de Porto Seguro – Santa Cruz Cabralia.

Mas, os habitantes dos bairros do miolo do tabuleiro costeiro, que trabalham na Orla Norte, usaram, por algum tempo, vias alternativas para deslocamentos mais rápidos, sem ter que dar a volta no Trevo do Cabral – rotatória que marca o acesso ao Centro da cidade e à Orla Norte. Uma dessas vias, passa na borda do citado condomínio. Após uso insistente dessa estrada alternativa e devido a demanda de circulação de fluxo de trabalhadores, oficializou-se a passagem através da

pavimentação do logradouro e os trabalhadores que precisam circular da orla norte, planície costeira, para os bairros do miolo do tabuleiro – em momentos de trabalho ou de lazer - sabem bem a diferença entre o itinerário do transporte, seja ônibus ou lotação, “via outeiro”, isto é, uns cinco a oito quilômetros a menos.

No outro condomínio – Outeiro de São Francisco – o preço da terra urbana³, também é elevado, para os padrões regionais, chegando a R\$ 343,00 o m², e não há conexão direta com os bairros da periferia da cidade – em termos de vias de acesso. Boqueirões e vales esculpidos pela rede de drenagem o separam do vizinho Outeiro da Glória. Distancia-se dos bairros periféricos por um muro e por outros condomínios que surgem ao fundo, como um dos mais recentes loteamentos, o Vila Pádova, cujo preço do m² estava em torno de R\$ 200,00 no primeiro trimestre de 2016, segundo a oferta no mercado de terras, via imobiliárias. Estes, limítrofes do epicentro da periferia – o Baianão, precisamente em uma das suas extremidades denominadas Mercado do Povo.

E no meio da cidade-mercadoria há uma fazenda. Por enquanto, Fazenda Itacimirim (MAPA 2 op. cit)., em vias de ser loteada e incorporada como terra urbana. Atrás da fazenda e dos outeiros, está o miolo do tabuleiro costeiro dissecado que foi apropriado, a partir de 1992, de uma forma conflituosa envolvendo questões políticas, desemprego em massa na vizinha Região Cacaueira, dinâmica dos mercadores de terras urbanas, dentre outros. Neste espaço, habita a maioria dos trabalhadores que vendem a sua mão-de-obra para as atividades relacionadas direta ou indiretamente ao turismo.

Da parte de trás do tabuleiro – área periférica da cidade – não é possível ver o mar. Isto só é possível nas bordas dos tabuleiros – onde se localizam os “outeiros” e em áreas de escarpas mais elevadas⁵. Todos, trabalhadores com vários níveis de renda, habitam a mesma unidade geomorfológica – tabuleiro costeiro dissecado -, e estão euclidianamente próximos, mas social e economicamente muito distantes. As distâncias são aprofundadas pelas barreiras naturais como os sulcos feitos pela rede de drenagem, os muros dos condomínios fechados e pela distribuição estratégica das vias de circulação que direcionam os trajetos dos indivíduos na cidade.

No espaço periférico há vários sulcos resultantes da dinâmica natural da rede de drenagem – os boqueirões. Abundam no platô, precisamente, no bairro Baianão (MAPA 3) e últimas etapas do bairro Parque Ecológico. A população local usa esse termo constantemente, nas suas narrativas sobre o cotidiano do bairro. Perguntas do tipo “Onde aconteceu o tiroteio de ontem à noite?”, “Onde mora aquele rapaz?”, podem gerar uma resposta simples “No boqueirão”. Não há uma compreensão da definição geomorfológica do termo, mas um entendimento do que esses espaços representam: visualmente falando são áreas íngremes, com remanescentes de vegetação e por onde são escoadas as águas pluviais e águas utilizadas em domicílios; são locais de habitações mais precárias, portanto, com preços mais baixos; mas, sobretudo, são territórios específicos dos “meninos”, isto é, dos jovens ligados ao universo do comércio de drogas ilegais. Os boqueirões são locais de adversidade – declividade, umidade, insalubridade, ilegalidade e insegurança mais acentuada. Mas, também, é lugar de festa. Moradores ambientados com o todo o contexto, realizam festas em seus domicílios, como em qualquer lugar do bairro.

O ritmo da apropriação do espaço considerado hoje sítio urbano de Porto Seguro foi abrupto no momento inicial, século XVI, com a chegada do colonizador. Com a decadência da Capitania, o processo de ocupação e desenvolvimento dos núcleos urbanos desacelerou voltando a ter outras mudanças abruptas no final do século XX. Nesse interregno, a cidade de Porto Seguro ficou desconectada dos grandes eixos dinâmicos da economia, assim como outras várias cidades costeiras que foram núcleos urbanos da Colônia Portuguesa. Neste contexto, as articulações locais se davam entre vilas e povoados do extenso município de Porto Seguro, principalmente nos períodos das festas religiosas que promoviam deslocamentos da população entre as vilas: Arraial D’Ajuda, Trancoso e Vale Verde.

A cidade de Porto Seguro adentrou o século XX como uma vila de pescadores, uma típica “cidade colonial” esquecida na costa, enquadrando-se, com algumas ressalvas, na descrição de cidade colonial de Omegna (1961) ou como a definição de Moraes (1999, p. 35): “cidade morta” – que são algumas cidades brasileiras, situadas no litoral, habitadas por comunidades tradicionais que “vão constituir-se zonas de assédio do surto de ocupação da zona costeira que ocorre na segunda metade do século XX”. Nesse período, foi acordada por alguns acontecimentos que

Mapa 3: Cidade de Porto Seguro-BA.

se sucederam ao longo do século: construção do aeroporto federal em Arraial D'Ajuda, em 1937, para fins de circulação de aviões do Correio Aéreo Nacional; o evento promovido por Assis Chateaubriand em 1939; a presença de 1.500 soldados durante a Segunda Guerra Mundial; a caravana de 300 homens, contratados pela Construtora Industrial Ltda. – CILA, para a construção da rodovia que ligaria Porto Seguro à futura BR 101; a criação da Secretaria de Turismo em 1974, por Romeu Fontana (FONTANA, 2004). O cenário das grandes rupturas só começou a ser desenhado em meados da década de 1980 com o *boom* do turismo e a intervenção estatal e privada para concretizar as mudanças socioeconômicas que aconteceram a partir desse momento.

A partir de 1990, Porto Seguro se consolidou como uma cidade turística. Como produto turístico, é mercadejada em feiras nacionais e internacionais, posto que é um espaço de consumo para indivíduos, principalmente das classes de renda média, desfrutar o tempo do não-trabalho. E esse tempo faz parte do “tempo social, contrapartida do tempo dedicado à produção, mas domina a economia porque é tempo de consumo, daí a importância da indústria turística hoje no mundo, uma vez que enormes setores produtivos se constroem a partir do não-trabalho.” (CARLOS, 1999, p. 121).

O turismo, entretanto, pode ser considerado como uma prática social. A ascensão das receitas que comprovam o crescimento da atividade turística, a partir das três últimas décadas, é resultado de mudanças da sociedade global. A ideia de modernidade desenvolvida no cenário da globalização provocou “transformações nas relações espaço-temporais” ocasionando o surgimento de uma nova mentalidade, de outros modos de vida, de novos comportamentos, necessidades, valores e o consumo de bens imateriais como a cultura e as “novas raridades” (LEFEBVRE, 1999; CARLOS 1999). O espaço passa a ser consumido como mercadoria uma vez que entra no circuito da troca e transforma-se numa mercadoria estratégica e política. Dado o aspecto mercadológico do espaço, o acesso e o uso do mesmo adquirem outros sentidos. “No plano local, a consequência direta desse fato é o aprofundamento da separação entre público/privado. No plano mundial e regional, é a mercantilização dos espaços voltados a atividade do turismo” (*Ibidem*, 1999).

Enquanto o tempo social compartimentalizado inclui, hoje, o tempo do ócio, quer seja diário, semanal, anual (férias) e existencial (aposentadoria), o capitalismo na sua fase de acumulação flexível desenvolveu mecanismos para capturar esse tempo livre, criando novas necessidades para os indivíduos ou submetendo as antigas ao mundo da mercadoria. Mercadorias e objetos que adquiriram outros sentidos e não mais estão associadas ao suprimento de necessidades imediatas. A atividade turística não é nova, mas hoje, a forma de produzir os espaços turísticos é tecnologicamente mais arrojada e mais moderna. O hedonismo consumista é uma das características da sociedade pós-industrial e, através dessa ideologia, aumentou-se consideravelmente o consumo dos espaços turísticos incluindo-se aí o consumo da cultura e de outros bens imateriais. (CAMARGO, 1986; RODRIGUES, 1999; RODRIGUES, 2001; CARLOS, 1999).

A produção desse espaço urbano, enquanto cidade-mercadoria, a partir de 1990, pode ser compreendida pela correlação de processos desenvolvidos em escalas próximas e distantes cujo cerne são as transformações da sociedade global e novo modo de reprodução e acumulação do capital que se desdobram na escala local a processos como captura da favorabilidade local pela lógica do mundo da mercadoria; a emergência da classe média brasileira, consumidores em potencial que alimentam os fluxos e receitas do turismo doméstico no Brasil; o contexto de reestruturação da Região Extremo Sul da Bahia nas últimas décadas aos novos rumos das políticas estatais na década de 1990 e as estratégias do Estado neoliberal no processo de produção do espaço, através de políticas estatais do turismo. (PEREIRA, A. 2005).

Capturada pelas tendências liberalizantes que definem a atual economia global e o Estado brasileiro, a cidade foi reestruturada para atender a uma nova função: “espaço para o consumo”. Para além do turismo de “praia e sol” que aparece nas peças publicitárias de venda da cidade, consolida-se o consumo de um produto denominado “cultura urbana”, hoje tão expressiva como atrativo turístico e um termo apontado por Sassen & Roost (2001) que analisa: “desde os anos 80, tem ocorrido um rápido crescimento no uso da urbanidade como arma de propaganda, ao mesmo tempo em que a música e os estilos de vida urbanos ascendem como objetos de consumo”.

No conjunto de mudanças que ocorreram em 1990, a intervenção estatal foi um divisor de águas no processo de desenvolvimento do turismo em Porto Seguro, que uma vez incorporada ao processo de “periferização do turismo”, demandou forte presença do Estado através de injeções de recursos para a realização de obras de infraestrutura urbana e de equipamentos de acessibilidade, criando assim, um suporte para a atração de investimentos do setor privado. Essa intervenção faz parte de direcionamentos da política econômica do Estado, pois na década de 90, o estado baiano passou a adotar o turismo como “uma relevante estratégia para o seu desenvolvimento”. Num contexto marcado pela crise do setor petroquímico, a dificuldade de ancorar o crescimento econômico em grandes projetos, encaminha à busca de novas alternativas, dentre elas, o turismo (SILVA, 1996, p. 132).

A definição dessa política estatal tem origem em processos mais amplos que se concretizam, na escala nacional, em políticas de megaprojetos turísticos que se desdobram em escalas regionais e estaduais como o Programa de Desenvolvimento Turístico - PRODETUR/NE e o PRODETUR/BA. Assim, propagou-se o discurso que a atividade turística seria uma excelente alternativa para alavancar o desenvolvimento econômico das regiões periféricas do estado e, sobretudo, da capital. (PEREIRA, 2005).

O planejamento da intervenção estatal iniciou-se com o zoneamento de áreas turísticas prioritárias, cujos critérios de seleção foram: constatação da qualidade dos atrativos turísticos, a existência de um produto turístico já conhecido e colocado à venda pelos operadores turísticos, além de recursos naturais preservados com áreas disponíveis para a implantação de complexos turísticos e a capacidade de implantação de infra-estrutura receptiva sem prejuízos aos recursos naturais e ao meio ambiente” (MENDONÇA *et al.*, 2000). Com base nesses critérios, delimitou-se as sete zonas turísticas, atribuindo-lhes a seguinte denominação: Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos (incluindo Salvador), Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina. No conjunto das zonas turísticas do estado, a Costa do Descobrimento, compreendida pelos municípios de Belmonte, Santa Cruz de Cabrália e Porto Seguro foi contemplada como local prioritário para a implantação do programa de intervenção.

Os diversos investimentos realizados na Costa do Descobrimento foram concentrados principalmente no suprimento da infraestrutura. As ações do programa concentraram-se, sobretudo, no município de Porto Seguro. Do total de 31 projetos, 17 foram implementados, especificamente, nessa localidade, principalmente na sede, que é o espaço turístico mais representativo da região, pois exerce o papel de portão de entrada das localidades que compõem a Costa do Descobrimento. Assim, no final da década de 1990, com a urgência para a realização da comemoração dos “500 anos do Descobrimento”, a cidade de Porto Seguro foi transformada num canteiro de obras, com a realização de obras estruturais como o sistema de esgotamento sanitário; sistema de abastecimento de água; ampliação do aeroporto (1993 e em 1996); pavimentação de vias da área central; construção do píer que dinamizou a oferta de passeios turísticos realizados por escunas, dentre outras obras que demandaram milhões de dólares do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID via PRODETUR/BA⁶.

O turismo capturou os vestígios das geografias anteriores num movimento de mudanças das estruturas urbanas produzidas em tempos pretéritos, redefinindo os seus usos, a exemplo da Cidade Histórica, antiga centralidade, hoje um cenário para a apreciação turística. Outros sujeitos hegemônicos, respaldados pelas ações do Estado, se articularam de modo a redefinir novas espacialidades: os agentes imobiliários, os proprietários de terras urbanas e de das empresas de lazer e entretenimento e de outros subsetores da atividade turística, enfim, sujeitos participantes do processo de produção do espaço turístico de Porto Seguro. Assim, a produção desta cidade, como um produto mercadejável, oferecido em feiras nacionais e internacionais do setor, aparentemente está diretamente relacionada ao desenvolvimento da atividade turística, mas é uma óbvia concreção da reestruturação produtiva do capital ocorrida nas últimas décadas, devidamente corroboradas pelo Estado capitalista, através dos estratégicos mecanismos político-institucionais.

Mas, a cidade que não é divulgada na mídia é o lugar onde habitam comunidades distintas, em espaços específicos, às vezes estigmatizados ou invisíveis – aos olhos dos turistas -, como o Complexo Baianão ou o “fundo da cidade baixa” onde se localiza o bairro Campinho – neste último alguns turistas vão, às vezes, a um local específico, o Mercado Municipal, que para os moradores locais é simplesmente a

Feira do Campinho, um espaço sem nenhum glamour, apenas uma feira-livre com alguma estrutura física.

Durante a pesquisa de campo, chamou-nos a atenção a condição social de trabalhadores que estão na mesma faixa de renda, mas que não se articulam ou se reconhecem como iguais: os trabalhadores que habitam no platô – os migrantes – e os que habitam em partes da planície flúvio-marinha, precisamente no fundo da cidade baixa. Estes últimos são descendentes de caboclos (índios); de moradores antigos – migrantes tão territorializados que se consideram portossegurense, isto é, migrantes que chegaram antes dos anos 1990; pescadores; enfim, são moradores ou descendentes destes que habitavam na cidade antes do *boom* do turismo, isto é, nos anos 1980 quando o platô, onde hoje existem cerca de quinze bairros³, era apenas uma área de mata ombrófila que resguardava a rede de drenagem que dissecava o tabuleiro e cujos rios desaguam no mar da Orla Norte (FOTOGRAFIA 3).

Fotografia 3: Cidade de Porto Seguro-BA na década de 1980.

Fonte: Acervo de Romeu Fontana.

■ Área de Mata Atlântica ocupada a partir do final da década de 1980. Na parte de trás, em 1992, uma ocupação conflituosa deu origem ao bairro Baianão. ■ Rodovia 367. ■ Aeroporto. ■ Trevo do Cabral e atual Avenida do Descobrimento. ■ Cidade Histórica.

2.1 Baianão, Complexo do Baianão e expansão da área periférica

No contexto da periferia de Porto Seguro, o Baianão é um espaço representativo pelo conjunto de suas características: é bairro mais populoso da cidade, apresenta altos índices de violência relacionada ao tráfico e comércio de drogas ilegais, é o lugar da maior concentração de migrantes baianos que chegaram à cidade em dois grandes fluxos – nos últimos anos da década de 1980 e a partir de 1992. Além das narrativas orais, há publicações locais que explicitam parte da perspectiva externa sobre o bairro. Fontana (2004, p. 15), um escritor portossegurense, ao descrever as transformações da cidade de Porto Seguro, diz que “De meados da década de 1980 até os dias de hoje, a coisa foi ficando incontrolável, intolerável e incontornável”. E considera os dois bairros periféricos - Cambolo e o Baianão - como “a grande tragédia urbana, tanto na área cultural, econômica, ecológica e principalmente, ocupacional”. E sobre os migrantes grapiúnas ele discorre:

Estas pessoas que trabalhavam na lavoura cacaueteira deixaram aquela região desqualificada e vieram desqualificar uma outra, cujo potencial é o turismo, onde muitos não tinham a mínima noção do que era. E o Baianão, que de verdade é o bairro Frei Calixto, passou a ser um pequeno centro comercial e de mão-de-obra de trabalhadores braçais. Hoje, esses bairros, já que foram criados, ao contrário da época da invasão, precisam de toda a infraestrutura possível e necessária. (p. 16)

Atribuem aos migrantes grapiúnas a origem do bairro que se deu através de processos conflituosos e ilegais da ocupação de terras públicas nos pontos mais altos do platô. Contudo, Pereira (2005), constatou que houve um emaranhado de situações e de ações intencionais de outros protagonistas que explicam o surgimento do Baianão, bem como da expansão da periferia de Porto Seguro, na primeira metade da década de 1990.

O Baianão tem sua origem nas ações de agentes ligados ao poder público local que atraíram migrantes pauperizados, com promessas de empregos e doações de lotes em troca de votos e outros interesses que é possível identificar através da análise de todo o processo que começa com a aquisição de terras públicas. Na verdade, foi um conflito

com três campos de força. De um lado, a população de baixa renda necessitando de emprego e moradia, do outro, agentes políticos almejando votos e especuladores fundiários criando meios para a valorização da terra urbana. (PEREIRA, A., 2005).

Questões maiores como novas formas de reprodução do capital se desdobravam localmente com os arranjos para a consolidação da cidade enquanto destino turístico nacional. Por outro lado, cerca de 100 mil trabalhadores migraram do campo para as cidades próximas por causa de uma crise sem precedentes na Região Cacaueira, no final da década de 1980. Parte desse contingente fixou-se nas duas cidades médias da região – Itabuna e Ilhéus – e outra parte migrou para vários destinos, inclusive para Porto Seguro, que, na época, estava se afirmando como cidade turística e recebendo grandes investimentos dos setores público e privado.

No final dos anos 1980, os migrantes grapiúnas e de outras regiões que chegaram a Porto Seguro, alocaram-se, sobretudo, em imóveis do bairro Campinho, nos arredores do Centro da cidade, onde pagavam aluguel de imóveis exíguos e com péssima estrutura. Muitos dividiam esses imóveis com vários moradores a fim de suavizar o peso do aluguel. Logo descobriram o manguezal, nos fundos da cidade, às margens do Rio Buranhém onde surgiu a Favela da Paz. Segundo a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER (2000), em 2000 havia nove favelas e 1.588 famílias habitando em palafitas, em condições subumanas. Nos primeiros anos da década de 2000 o Governo do Estado da Bahia e o Governo Federal através do MET (Ministério do Esporte e Turismo) e MMA (Ministério do Meio Ambiente) elaboraram um amplo programa de recuperação ambiental para essa área contemplando além da recuperação ambiental, extinguiu todas as favelas das margens do Rio Buranhém e transferiu as famílias para um conjunto habitacional no platô – Vila Vitória. Porém, alguns resistiram à imposição de deslocar-se para a periferia, devido a distância dos locais de trabalho – o Centro, a Orla – e se arranjaram em imóveis precários do bairro Campinho, como uma família identificada durante a pesquisa de campo. Esta família migrou de Camacan, município importante no contexto da produção cacaueira do Sul da Bahia, e resistiu à mudança para a Vila Vitória, imediações do Baianão. Atualmente, após atuarem em vários postos de trabalho, o casal trabalha com poda em jardins de condomínios

e hotéis e, para completar a renda, depositam toda madeira recolhida das podas no quintal, onde o marido atua como lenhador. A lenha produzida no quintal, às margens do manguezal, é vendida nas pizzarias do Centro da cidade.

Em 1989 foi iniciado, da parte dos agentes políticos locais, um processo para prover moradias para os migrantes, com óbvias conotações eleitoreiras: realizaram um cadastramento para doação de mais de mil lotes de 120 m². Esta promessa estava ancorada em um amparo legal produzido em 1989: o Artigo 10 da Lei Orgânica Municipal que dava poderes ao Prefeito para comprar, vender e lotear terras do município sem efetuar licitações. “Na época, uma das intenções, na visão do Presidente da Câmara, era agilizar o processo de aquisição de terras para beneficiar a população mais carente.” (PEREIRA, 2005). Assim,

“... a prefeitura efetuou a compra de seis mil hectares de terras da empresa Floresta Rio Doce, com a intenção de montar, com parte das terras, um sistema de abastecimento de alimentos e um loteamento popular, a 5 km de distância do Centro, no meio de um bosque de Mata Atlântica (...). As sobras seriam alienadas prescindindo de licitação, como assegura a legislação municipal. Grande parte da Área de Proteção Permanente - APP de Mata Atlântica foi devastada e iniciou-se o traçado do loteamento (o local hoje é denominado “Casas Novas”), sem a aprovação dos órgãos competentes – IBAMA e CRA - o que resultou em embargos e conflitos posteriores. Paralelo ao “ensaio” do loteamento destinado à propalada beneficência, efetuou-se a venda de grande parte da área adquirida para os citados fins, e, coincidentemente, os compradores – empresas Enecol e Minas Brasil – são familiares do prefeito, o que suscitou conflitos na elite política local de oposição e manifestações populares insufladas por alguns desses agentes, bem como ações judiciais.” (PEREIRA, 2005, p. 92)

O loteamento projetado pela Prefeitura tinha 317.880 m de “área verde” e proposta de arruamento, praças e escolas. Algumas casas de 36 m² foram edificadas (Fotografia 4), mas permaneceram no meio da mata, sem uso social, enquanto que nas bordas do Centro, os migrantes pagavam aluguel e outros moravam nas “favelas do mangue”. Então, em 1992 – ano de pleito eleitoral -, ocorreram as primeiras apropriações: cerca de duas mil pessoas se apropriaram das casas de 36 m² e derrubaram 1.350 hectares de mata. Foram insuflados, sobretudo, por agentes políticos da oposição. Contudo, os dois lados tinham fins eleitoreiros que, inclusive, foram concretizados.

O processo de apropriação continuou durante os finais de semana quando chegavam trabalhadores da cidade vizinha, Eunápolis, e mais migrantes da Região Cacaueira. Logo a proposta do loteamento deu lugar a um espaço sem definição de arruamento e com uma morfologia que denunciava a apropriação irregular. No primeiro ano, 1992, a população viveu sob muita tensão com a violência interna e com as ameaças de despejo devido ao embargo do IBAMA e da Promotoria Pública local. (PEREIRA, 2005)

Fotografia 4: Rua das Casas Novas, Baianão, Porto Seguro - BA.

Fonte: PEREIRA, André, 2002.

A violência local – homicídios, principalmente – era derivada das formas ilegal e irregular da apropriação da terra que geraram conflitos entre os “cadastrados” e os “invasores”; entre os posseiros que realizavam transações irregulares com os lotes como vender o mesmo terreno para dois compradores diferentes. Ocorreram conflitos, também, entre os envolvidos na ocupação da área do loteamento da Prefeitura e os proprietários das terras do entorno que logo foram fatiadas e vendidas aos trabalhadores que chegaram de meados de 1990 em diante, após o surgimento do Baianão. (PEREIRA, 2005).

Os conflitos e as tensões do primeiro ano, 1992, foram mediados e compartilhados com candidatos a vereadores e prefeituráveis que compareciam ao local mesmo com o acesso tão difícil – através da lamacenta “Ladeira do Baianão”, aquela única via de acesso que mergulha no vale do Rio da Vila. O Jornal do Sol (out-nov, 1992, p. 8) descreveu o local como “uma cidade feita de gente, barracas e mal traçadas ruas.”.

Em 1993, já com cerca de cinco mil habitantes, os conflitos e a tensão continuavam por causa da segunda ordem judicial para a retirada da população mediante a força da Polícia Militar; por sua vez, o IBAMA propôs uma medida mais suave – o remanejamento das famílias mediante cadastramento prévio. Essas ações não foram efetivadas; o cenário político na cidade ficou favorável – os grupos envolvidos foram vitoriosos em importantes pleitos eleitorais entre 1992 e 1994; as terras do entorno do Baianão, foram loteadas e postas à venda – não por acaso eram de familiares de agentes da gestão pública da época; o IBAMA emitiu multa para um protagonista do processo de ocupação; por fim, as questões ambientais relativas ao desmatamento da Mata Ombrófila com prejuízos para o Rio da Vila e a micro bacia do Rio do Mangue, preocupações que embasaram o pedido da Promotoria, ficaram em suspensão.

Dois anos depois se formou um dinâmico mercado de terras no local. Trabalhadores migrantes que chegaram no final de 1980 ou nos dois primeiros anos de 1990 e que pagavam aluguel no Campinho, conseguiam negociar a compra de lotes na mão de terceiros. Foi assim que o Sr. A. M., em 1993, adquiriu um lote de 132 m². e fez negócio com duas pessoas da sua família; hoje, nesse lote, há três casas de três irmãos da mesma família. Outro migrante, chefe de uma grande família, chegou ao Baianão em 1993 e conseguiu comprar alguns lotes. Já tinha algum capital proveniente das suas atividades anteriores – panificadora e aluguel de imóveis – e assim continuou expandindo o seu negócio: produzir e comercializar pães e comprar lotes e casas para obter renda com aluguel de imóveis. Os filhos, na época, eram jovens e seguiram a mesma trajetória do pai. Um deles fez um curso técnico numa escola do Centro da cidade e implementou novas ideias aos negócios da família. Após vinte e quatro anos, continuam habitando no Baianão e vivem, sobretudo, da

renda de aluguéis de imóveis, um negócio administrado pessoalmente, sem a mediação de imobiliárias.

Já em meados de 1990, o Baianão ficou encerrado entre os limites dos novos loteamentos que inibiram as formas de apropriação ilegal. O desenho sinuoso das ruas do Baianão não é visto nos loteamentos vizinhos – Parque Ecológico, Paraguai, por exemplo – indicando a apropriação via mercado de terras legal. Os migrantes que chegaram em 1996, 1997 em diante tinham a possibilidade de adquirir lotes na periferia da cidade e pagá-los em prestações. Contudo, a dinâmica do Baianão sobrepujou os bairros vizinhos de tal forma que se tornou uma centralidade na periferia (PEREIRA, A, 2005).

No contexto atual da cidade de Porto Seguro, o Baianão é um bairro com predicados e estigmas. Alguns estigmas foram construídos durante o processo inicial da ocupação conflituosa da área quando a população envolvida era descrita na imprensa local como “baderneiros” e “arruaceiros”. Uns estigmas são passíveis de serem comprovados por dados oficiais; outros são frutos da percepção e do imaginário de sujeitos de grupos e lugares externos: moradores do Centro da cidade e de condomínios fechados da Orla Norte, por exemplo. A perspectiva dos sujeitos endógenos e exógenos é diferenciada, em parte porque os de fora se baseiam nas narrativas veiculadas no ambiente midiático que elege alguns temas que são abordados de forma sucinta – ocorrências policiais e fatos relacionados à atividade dos políticos locais, geralmente para fins eleitoreiros como as passeatas e inauguração de alguma obra.

Constata-se que o olhar direcionado para a periferia da cidade é viciado e limitado, pois, no geral, se enxerga fatos relacionados à violência e ao tráfico de drogas e se desconhece a complexidade das teias nas quais os habitantes do bairro vivenciam o seu cotidiano que inclui situações de vulnerabilidade devido a violência e pobreza material como, também, de sociabilidade, de redes de apoio entre os migrantes em processo de territorialização.

É possível afirmar que o Baianão é centralidade na periferia de Porto Seguro; que é o bairro mais populoso da cidade. Hoje, após vinte e cinco anos de fundado (1992), é um espaço com 23.634 habitantes (IBGE, 2010) o que corresponde a quase 1/3

da população de toda a cidade. É populoso e densamente povoado desde o seu início: no Censo de 2000 a população do bairro já era de 19 mil habitantes, numa cidade cuja população total era de 64.295 habitantes (IBGE, 2000).

Em se tratando da violência e tráfico de drogas, Soares (2016) realizou uma pesquisa que revela várias nuances da dinâmica do comércio ilegal de drogas em Porto Seguro, com informações sobre as duas facções, uma sediada no Baianão e a outra no bairro Campinho - cercanias do Centro da cidade. O pesquisador denomina esse comércio de “economia da morte” e o associa, diretamente, ao turismo local que classifica como “predatório”. Sobre a facção do Baianão, Soares, A. M.(2016) destaca:

É considerado o bairro em que se originou o M.P. A – Mercado do Povo Atitude, facção que atua no sul e extremo sul da Bahia, e segundo depoimento de membro da facção e de policias, possui vinculação com o P.C. C – Primeiro Comando Capital, que além de emprestar os princípios ideológicos de funcionamento, operacionaliza a distribuição de armas de fogo e de drogas atacado para a comercialização. (p.10).

A violência na cidade de Porto Seguro, sobretudo, está relacionada ao tráfico de drogas. É possível confirmar essa afirmação através de dados da Secretaria de Segurança Pública–SSP que são divulgados anualmente e através de dados do Ministério da Justiça como o Mapa da Violência. O município de Porto Seguro lidera o *ranking* de um indicador emblemático da violência urbana: o número de homicídios por 100 mil habitantes. Neste quesito, Porto Seguro, encontra-se na 10^a. posição nacional e na 5^a. posição estadual com maior taxa de homicídios juvenis: em 2012, foram 115,5 (WASELFISZ, J., 2015).

O Baianão é uma unidade territorial no contexto da cidade de Porto Seguro que apresenta algumas especificidades: é o lócus dos migrantes de baixa renda, oriundos, sobretudo de duas regiões da Bahia: Região Sul, dantes “região cacauera” e da Região Extremo Sul (IBGE, 2000/2010; PEREIRA, 2005). Dentro desse espaço consolidaram-se outros espaços com tamanha representatividade identitária que a imprensa sempre os cita como se fossem bairros e não espaços dentro do Baianão (MAPA 4): além da área central cuja referência espacial é a Praça Caixa D’Água e onde se consolidou um subcentro comercial, há mais quatro

espaços: Gravatá – é uma área que começou na praça homônima e estende-se até os limites do Parque Ecológico; Casas Novas – é uma área no entorno da primeira rua aberta na mata, no início dos anos 1990, onde foram construídas algumas casas que seriam doadas, mas que acabaram sendo apropriadas pela população que estava na demorada fila da doação de casas. É um espaço próximo às ruas centrais do bairro, mas também às margens de boqueirões; Praça do Coelho – uma parte do bairro nas bordas de boqueirões limítrofes de bairros vizinhos: Paraguai, Vila Valdete e Parque Ecológico. Um espaço recantado e conhecido pela dinâmica atividade do tráfico de drogas ilícitas; Mercado do Povo – um dos espaços mais conhecidos e citados por ser o local onde ainda no final da década de 1990 foi criada a facção Mercado do Povo Atitude - M.P.A. cujos membros dizem ter articulação com o PCC.

Até o início do ano 2000, o local denominado Mercado do Povo era uma das bordas do Baianão que acabava na mata. Por trás da mata, um condomínio fechado – o Outeiro da Glória, cujo acesso se dava pela planície e não pelo platô - a BR 367, a orla, o mar e parte do espaço de trabalho da maioria dos migrantes: a praia para os vendedores ambulantes, os clubes de praia, hotéis, restaurantes e demais espaços relacionados ao turismo. Assim, uma estrada alternativa foi aberta, na mata, e dava acesso à orla. Quem se aventurava por lá não teria que dar a volta no Trevo do Cabral para trabalhar na Orla Norte. Na última década essa área passou a ser loteada e em 2013 foi inaugurada a Praça do Trabalhador e a Avenida homônima que mudaram totalmente a paisagem local e legitimaram o acesso à orla pela ladeira do Outeiro da Glória. É a via mais rápida para descer a escarpa e acessar a orla. Emblemática é a placa que informa o acesso a espaços tão dispares.

Este espaço do Baianão, denominado Mercado do Povo, é colonizado pelo tráfico de drogas ilícitas, sede da facção MPA, mas, também, é um local bastante frequentado pela população do próprio bairro e de bairros vizinhos, pois é onde se localiza a Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24). É, também, a principal saída do fluxo de trabalhadores da periferia para a Orla Norte. O grande fluxo de moradores no Mercado do Povo se dá, efetivamente, por ter vias importantes que garantem a acessibilidade ao local de trabalho: a Rua Dezenove de Novembro e a Avenida do Trabalhador.

Nessa parte do bairro Baianão ocorrem festas beneficentes, elaboradas, executadas e frequentadas por moradores locais e convidados de outros bairros da periferia e até por políticos, se for época de pleito eleitoral. O tipo de evento mais comum é a Feijoada Beneficente quando se vende o prato de feijoada por um preço acessível – R\$ 10,00 em 2016 -, assim como bebidas. Começam ao meio-dia e se estendem até às 22 ou 23 horas, com muita música ao vivo executadas num palco por artistas locais. São eventos mediados ou apoiados, também, pelos agentes do tráfico de drogas.

Mapa 4: Bairro Baianão, Porto Seguro-BA.

A Praça Caixa D'Água é um marco do processo inicial da apropriação da área que deu origem ao citado bairro. Foi assim denominada porque havia um reservatório de água bem no meio do largo que virou praça e isto era muito significativo, posto que não havia abastecimento de água nos domicílios através da rede oficial. No seu entorno surgiram as ruas que compõem o subcentro comercial que se configurou na periferia da cidade num polígono que encerra os seguintes logradouros: Rua da Matriz, Rua 19 de novembro, Rua da Paz e Travessa Princesa Isabel. Nestes logradouros o preço do m² é relativamente alto se comparado a outras áreas do mesmo bairro ou ao preço do m² de loteamentos privados vizinhos. A Prefeitura estabeleceu como valor de referência para efeito de cobrança de IPTU, nos citados logradouros, R\$ 78,00/ m². Para logradouros do Parque Ecológico (Loteamento João Carlos), R\$ 21,00/m². Para efeito de comparação, segundo a tabela da Prefeitura, os maiores valores de referência são do m² de lotes em logradouros do Centro da cidade e em loteamentos de alto padrão, na orla, como o Outeiro da Glória – R\$ 195,00e 170,00, respectivamente.

Atualmente a Praça da Caixa D'Água continua sendo uma referência no Baianão, devido a sua centralidade. É um espaço territorializado de várias formas: durante o dia apresenta grande fluxo de transeuntes, pois é um ponto de articulação das principais vias do subcentro comercial; comporta dois pontos de ônibus coletivo, moto-táxi e lotação (*explicar o transporte "lotação"*); na sua circunscrição, lojas de confecções, calçados, eletrônicos, supermercado, farmácia, banca de jogo do bicho e maior concentração do bairro de estabelecimentos como lanchonetes, e restaurantes. À noite, a praça continua com intenso fluxo de pessoas, pois os pontos dos citados meios de transportes funcionam até tarde, uma vez que muitos trabalhadores encerram bem tarde o seu turno de trabalho nos restaurantes, bares, hotéis, casas noturnas ou como ambulantes na Passarela do Descobrimento – um espaço que funciona das 17h às 24h e cuja visita noturna é um dos atrativos para os turistas; além disso, é ponto de encontro de muitos moradores que se abancam embaixo das árvores ou nos bares do local. Aos sábados e domingos, há uma efervescência e o fluxo de pessoas aumenta: com o trânsito dos evangélicos que atravessam a praça para acessarem os templos no horário dos cultos, geralmente, à noite; com a presença das famílias que levam as suas crianças para brincar nos brinquedos de aluguel que são instalados na praça nos finais de semana

– piscina de bolas, pula-pula e outros; com os clientes das barracas de comidas de rua que se instalam naquele espaço: churros, pastéis, acarajé, churrasco-de-gato, pipoca, etc. O som alto dos bares se mistura com os gritos das crianças, as vozes dos adultos, os latidos dos cães que circulam com seus donos ou sozinhos. Alguns trabalhadores que moram nas cercanias da praça, fazem um giro, conversam com algum conhecido e saem; outros se demoram mais observando o movimento. Assim, a praça é frequentada, nos finais de semana até altas horas. Mas, há dias em que a praça fica completamente deserta dos seus costumazes frequentadores e é colonizada pela polícia – é quando os traficantes proclamam o “toque de recolher”, como retaliação a alguma ação da Polícia Militar.

Bem próximo à Praça da Caixa D'Água localiza-se outro espaço que, também, é uma referência no Baianão e adjacências, principalmente para a Etapa I do Parque Ecológico, bairro vizinho: é a Praça Buraco da Gia⁷. Segundo moradores antigos, a praça recebeu esse nome porque no local havia um charco, uma grotta, algo assim. Neste espaço há uma quadra coberta onde acontecem algumas festas como baile funk e festa junina para a comunidade local. É usado, também, para a realização das atividades do Projeto Movimento & Vida⁸. Em um bairro densamente povoado, onde reside cerca de ¼ da população da cidade, só havia até pouco tempo, esses dois espaços públicos de maior dimensão. Mesmo assim, bastante precários em termos de equipamentos que favoreçam o lazer da população local, portanto, locais pouco atrativos.

Anos atrás ainda aconteciam alguns eventos na Praça Caixa D'Água – comícios, showmícios, algumas festas religiosas etc. – mas, o espaço é pequeno para comportar um público grande, então, eventos maiores como o carnaval⁹, acontecem na quadra do Parque Ecológico, o bairro vizinho. Neste espaço, um largo sem pavimentação e com iluminação precária, ocorrerem partidas de futebol desde meado dos anos 1990. Neste período o bairro estava começando a ser povoado, enquanto que o vizinho Baianão vivia uma explosão demográfica. Assim, o futebol da periferia começou a acontecer neste espaço que, à noite, é um ermo e local de alta periculosidade dado o número de assaltos a mão armada e outros tipos de ações violentas como homicídios.

Em maio de 2014 foi inaugurada, no Baianão, a Praça do Trabalhador (MAPA 4), localizada em uma borda do bairro, em uma das suas saídas sentido orla norte. Esse espaço público possui boa estrutura física, aliás, é o único bem equipado de toda a periferia da cidade. Está localizado fora dos eixos de grandes fluxos de transeuntes da periferia. Localiza-se nas bordas de um dos mais fortes territórios do comércio de drogas ilícitas, o Mercado do Povo. O espaço tem sido usado para a realização de alguns eventos diurnos como torneios esportivos, concurso de pipas e para eventos de igrejas evangélicas, como “cruzadas evangelísticas”, eventos que reúnem uma multidão de fiéis de várias denominações.

Os bairros do Complexo Baianão e demais bairros da periferia de Porto Seguro possuem uma quantidade altamente desproporcional de equipamentos urbanos de lazer e interação social como praças e parques. O Baianão, uma centralidade na periferia, o bairro mais populoso do município, possui os três espaços citados: Praça da Caixa D'Água, Praça Buraco da Gia e Praça do Trabalhador. Exceto essas, só alguns minúsculos espaços chamados de praças que são usados como pontos de ônibus ou espaços colonizados pelos “meninos” do tráfico de drogas ilícitas: Praça do Coelho, Praça do Gravatá, por exemplo.

Em 2006, através do Plano Diretor Urbano de Porto Seguro, foram instituídas cinco Regiões Administrativas na sede municipal, com o objetivo de “aumentar a eficácia da gestão administrativa, incentivar a participação popular e a criação dos Conselhos Comunitários” (PDU, 2006, p.). O critério de definição dessas áreas foi abarcar “bairros vizinhos e de características semelhantes”. Assim, fazem da composição da Administração Regional 5 os seguintes espaços: Baianão, Casas Novas, Mercado do Povo, Paraguai, Vila Vitória, Ubaldinão, Parque Ecológico 1, 2 e 3 e Porto Alegre 1 e 2. Em 2006 ainda não tinham sido lançados os dois condomínios do Projeto “Minha Casa, Minha Vida” – Vila Valdete 1, 2 e 3 e Vila Parracho. Estes se situam hoje dentro da Região Administrativa 5 ou como denomina a imprensa e os gestores municipais, o Complexo Baianão (MAPA 5).

Mapa 5: Complexo Baianão.

Do ponto de vista dos termos e definições legais há uma confusão quanto à definição das unidades que compõe a Região Administrativa 5, por exemplo, Casas Novas e Mercado do Povo são duas subáreas do bairro Baianão; o Parque Ecológico e suas três etapas é um “bairro” do Loteamento João Carlos que, por sua vez, é onde estão situadas a Vila Valdete (concluída em 2014) e a Vila Parracho (concluída em 2016). Questiona-se o nível de conhecimento dos elaboradores do planejamento territorial. Contudo, percebe-se a fragmentação da cidade enquanto espaço urbano e as narrativas diferenciadas e produzidas de acordo com a subjetividade do habitante, da sua relação imediata com o seu espaço vivido; por outro lado, as narrativas de sujeitos hegemônicos e do ambiente midiático. Em se tratando de Porto Seguro, as informações ficam mais confusas porque ainda não há uma delimitação oficial de bairros. A proposta que tramita na Câmara Municipal é a que apresentamos aqui através dos mapas.

Uma vez consolidada a extensa área periférica da cidade, a expansão da malha urbana se deu no sentido norte, com o surgimento dos loteamentos e condomínios residenciais e em áreas da orla mais próximas do Centro da cidade, um espaço que interliga a planície com o platô – os condomínios Outeiro da Glória e Outeiro de São Francisco. Então, por trás de toda parte visível enquanto se transita pelas principais vias da cidade, sobretudo pela BR 367 que passa nos pontos de acesso aos bairros periféricos e por toda a extensão dos balneários; enquanto o bairro Taperapuan se consolida para além de espaço para turistas, mas, também, como espaço residencial para migrantes de classe média; enquanto os impasses da sazonalidade preocupam trabalhadores e empresários, novos movimentos acontecem na mata atrás do Alto do Mundaí, liderado por sujeitos ligados a movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST e movimentos relacionados à retomada de terras indígenas.

Em 2007 surgiu o Projeto Mangabeira (MAPA 2. *op. cit.*), área ocupada com o objetivo de estabelecer sítios nos arredores da cidade. O movimento foi se ampliando e surgiram várias associações que promoveram a ocupação de terras da área – fazendas cujos proprietários estavam com dívidas junto ao Estado. Atualmente há um híbrido de associações, de interesses e usos da terra: estocagem de terra, venda de lotes, habitação e alguns sítios produtivos com moradores fixos.

Se o propósito inicial fosse cumprido – a provisão de moradia para trabalhadores de baixa renda e o estabelecimento de sitiantes na borda da cidade – se configuraria um tipo de cinturão verde, mas esse processo não se concretizou dessa forma. Há uma ocupação de uma vasta área, com lotes demarcados, mas com poucos sitiantes habitando no local.

No momento existem cinco associações que dividem as terras da extensa área denominada Projeto Mangabeira: Projeto Mangabeira, Nova Jerusalém, Monte das Oliveiras, Brasil para o Futuro, Associação Mangaba¹⁰. O que seria uma área rural bem próxima da cidade está em vias de ganhar status de bairro, segundo o parâmetro do Plano Diretor Urbano de Porto Seguro/2006 que estabelece como perímetro urbano toda a área compreendida nos limites de 10 km a partir da linha de costa. Em termos de distância euclidiana, essa área está bem próxima do mar. Se é limítrofe do bairro Paraguai, também o é do Alto Mundaí e Vila Xurupita, estes últimos, bairros de classes de renda média. A implantação do Semi Anel Rodoviário, com extensão de 9 km, facilitou a mobilidade dos moradores desse local, pois essa via de circulação conecta o “bairro” à BR 367 e à Orla Norte. Mas, ainda não há linhas de transportes públicos, então, a população que habita na área se locomove através de bicicletas ou percorre um longo trecho a pé até o ponto de ônibus mais próximo. Alguns possuem motocicletas e automóveis.

Vários moradores que habitam na extensa área denominada Projeto Mangabeira têm jornada dupla de trabalho: atuam como garis, jardineiros ou trabalham em hotéis e pousadas; a segunda jornada de trabalho é no sítio onde cultivam alguns tipos de frutos e criam animais - atividades que complementam a renda da família.

Um dos movimentos pioneiros nas áreas próximas à cidade foi o movimento que originou a Agrovila, em 1982, considerada hoje, bairro rural de Porto Seguro, pois está fora do perímetro urbano, contudo, tem alguns equipamentos urbanos e é servida pela linha de transporte coletivo urbano. Depois, o movimento que originou a Roça do Povo, espaço localizado num ponto alto do tabuleiro. Em 2007 surgiu o Projeto Mangabeira e outros movimentos que originaram as demais associações. Cada entidade faz a gestão da área equivalente a um projeto. As seis associações, incluindo a Roça do Povo, estabelecem comunicação, trocas, mas são independentes quanto ao processo de ocupação, divisão dos lotes e gestão.

O miolo do platô continua sendo apropriado pelos trabalhadores, de forma conflituosa, em dois sentidos: pelo processo da apropriação da terra, mediante ocupação ilegal; porque essa frente de expansão se avizinha de terras urbanas que estavam estocadas ou sendo loteadas, enfim, terras muito valorizadas no mercado imobiliário local por estarem numa área de amenidades, bem próximas das bordas do tabuleiro. Assim, a periferia da cidade se expande e roça nos bairros de classes de renda média, cujos moradores pensam que estão longe desses trabalhadores e de seus contextos. Esta sensação se dá pelo tipo de relação social estabelecida entre esses sujeitos; pelo traçado das vias de circulação da cidade que forçam trajetos que favorecem a separação. Mas, por trás das escarpas do tabuleiro costeiro dissecado, de onde não se pode ver o mar azul, há muita dinâmica, há muitos trabalhadores que protagonizam mais um momento de expansão da cidade.

Notas:

¹ Especificamente, a geomorfologia de Porto Seguro é “caracterizada pela presença de três unidades morfoesculturais: Tabuleiros Costeiros, Superfície Pré-Litorânea e Planícies Flúvio-Marinhas. A maior parte é ocupada pelos tabuleiros costeiros, sustentados por rochas e sedimentos pliocênicos do grupo Barreiras.” (DANTAS; MEDINA, 2000, p. 6).

² Refiro-me às bordas do tabuleiro costeiro dissecado na Orla Norte da cidade de Porto Seguro e a apropriação das falésias do sul do município, Trancoso, onde há complexos hoteleiros como o Terravista e o Club Med, além de empreendimentos imobiliários.

³ Bairros do platô: sobretudo, são os bairros periféricos do Complexo Baianão: Frei Calixto (Baianão), Paraguai, Parque Ecológico (e seus desdobramentos: Etapas I, II, III e IV; e os condomínios do Projeto “Minha Casa, Minha Vida”: Vila Valdete e Vila Parracho), Vila Jardim (“Ubalдинão”).

⁴ O levantamento do preço da terra urbana foi feito, considerando-se o valor do m², em dois tipos de fontes: a Secretaria de Obras do Município de Porto Seguro forneceu, em novembro de 2016, a tabela (de 2011) que fundamenta os cálculos do IPTU do município. Contudo, o valor do m² para fins desse cálculo difere muito dos preços apresentados no mercado imobiliário. Por exemplo: o preço do m² no Outeiro da Glória, pela tabela do IPTU é R\$ 170; no circuito do mercado de terras é cobrado até R\$ 476,00 por m². De qualquer forma, as informações das duas fontes evidenciam a discrepância nos valores dos lotes.

⁵ Localização atual de condomínios como Vila Xurupita.

⁶ Foram investidos cerca de US\$ 117 milhões em obras nos três municípios da Costa do Descobrimento, sendo que cerca de 80% foram alocados em Porto Seguro.

⁷ Gia é o nome dado a um tipo de rã. É comum, nas cidades nordestinas, ter algum espaço denominado pela população como “Buraco da Gia”. Geralmente é um charco, pântano ou grota onde existem sapos e rãs.

⁸ O Projeto Movimento & Vida é resultado de uma parceria do Ministério da Saúde com a Secretaria de Saúde de Porto Seguro. Na cidade, é desenvolvido em dois bairros: Campinho e Baianão. Consiste na prática de atividades físicas em espaços públicos a fim de garantir mais bem-estar e qualidade de vida à população. No Baianão, acontece na Praça Buraco da Gia e é destinado ao público da Terceira Idade, mas não há restrições para pessoas de qualquer faixa etária. Em 2016, o

projeto acontecia duas vezes por semana e era fomentado por um vereador cujo reduto eleitoreiro era o Baianão. O edil é migrante de Potiraguá, município do Sul da Bahia, e tem relações com muitos migrantes do seu município de origem que, inclusive, são seus eleitores.

⁹ Porto Seguro tem um famoso carnaval que atrai muitos turistas. É a grande festa que marca o fim da alta temporada. É promovida pelos gestores da administração pública local, acontece no Centro, (na Passarela do Descobrimento) e traz ícones da Axé Music, Arrocha e outros ritmos da moda e, no momento, a moda é o Sertanejo Universitário. É uma festa de rua, mas, sobretudo, para turistas. Após o carnaval oficial, acontece o Carnaporto, na Arena Axé Moi, espaço privado do Grupo Hills, empresa que promove o evento. No calendário oficial reservam o último dia para o Carnaval do Baianão, com atrações regionais.

¹⁰ A Roça do Povo é um espaço derivado de um movimento similar, contudo, na divisão de bairros, apresenta nos mapas desse trabalho, está situado na área do bairro Paraguai. Mas, na entrevista com uma das lideranças do Projeto Mangabeira, foi dito que a Roça do Povo faz parte do citado projeto.

CAPÍTULO 4 - A FESTA NA CIDADE-MERCADORIA

A Festa enquanto prática social pode conter elementos que possibilitam a análise de alguns processos: a dinâmica do “tempo espetacular” na cidade turística; as práticas de apropriação espacial dos sujeitos hegemônicos e do trabalhador. A Festa pode promover a apropriação do espaço, do tempo, do desejo. Pretende-se aqui estabelecer a relação entre a Festa e a vida cotidiana do trabalhador na cidade uma vez que esta revela como o trabalhador, que também é sujeito da espacialidade da cidade, realiza a práxis ou como ele é cerceado de realizá-la; como ele, em algum momento, contrapõe a racionalidade de uma *ordem distante* que está tão próxima dele.

O cerne da questão é através da Festa (e dos lazeres, do lúdico) encontrar o uso e isto é muito significativo no contexto de uma cidade definida estrategicamente como “lugar de férias, de lazeres”, cujos agentes hegemônicos criam festas já com o formato de mercadoria; que se utilizam dos recursos da linguagem e da metalinguagem para ampliar o consumo dirigido: “aquele que concebe a cidade e a realidade urbana como sistema de signos está entregando-as implicitamente ao consumo como sendo objetos integralmente consumíveis: como valor de troca em estado puro.” (LEFEBVRE, 1991a, p. 63-64).

Nas obras *A vida cotidiana no mundo moderno* e em *O direito à cidade*, Lefebvre ressalta a Festa como um elemento transformador que possui um caráter revolucionário, portanto, insiste na restituição da Festa (1991, p. 43) pela possibilidade que essa prática social tem de se tornar um momento de negação da ordem imposta que possibilita ao trabalhador vivenciar o uso da cidade, um espaço que é produzido pela racionalidade onde as edificações – prédios, vias de circulação, espaços de lazer e de trabalho – não permitem a sua apropriação, mas a alienação.

Através da prática festiva é possível encontrar o uso, o irreduzível, os resíduos, ainda que no contexto da cidade que é um espaço onde impera a troca segundo a *ordem distante* – ordem da racionalidade capitalista – a Festa tenha sido cooptada pela lógica do capital e se tornou uma mercadoria, um espetáculo. “Recriar um estilo,

reanimar a festa, reunir os fragmentos dispersos da cultura numa metamorfose do cotidiano” (1991b, p. 45) eram ações necessárias a um novo projeto revolucionário como indicou Lefebvre:

O problema é restituir a festa transformando a vida quotidiana. A cidade foi um espaço ocupado ao mesmo tempo pelo trabalho produtivo, pelas obras, pelas festas. Que ela reencontre essa função para além das funções, na sociedade urbana metamorfoseada. (1991, p. 128).

Quando o cotidiano deixou de ser “‘sujeito’ (rico de subjetividade possível) para se tornar ‘objeto’ (objeto da organização social)” (1991, p. 68) a Festa e o Estilo simultaneamente degeneraram, no entanto, “a festa não desaparece inteiramente da cotidianidade: encontros, festins, festivais, embora sem encontrar sua amplitude antiga, são agradáveis miniaturas do que já foram.” (p. 43). O cotidiano tem uma historicidade:

Evidentemente sempre foi preciso alimentar-se, vestir-se, habitar, produzir objetos, reproduzir o que o consumo devora. No entanto, até o século XIX, até o capitalismo de concorrência, até o desdobramento desse ‘mundo da mercadoria’, não tinha chegado o reino da cotidianidade (...). (1991b, p. 45)

A reprodução das relações de produção capitalistas na *sociedade burocrática de consumo dirigido* acontece no *espaço* e no *cotidiano*. “... o espaço torna-se o lugar dessa reprodução, aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc.” (LEFEBVRE, 2008, p. 49... Espaço e Política...) e o cotidiano “torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada. (LEFEBVRE, 1991b, p. 82). No cotidiano constituído enquanto sistema baseado na produção-consumo-produção, o Desejo fica aprisionado, pois as necessidades são definidas e previstas. “Nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada (...)” (Ibidem). Mas, Lefebvre visualizava uma possibilidade de, através de ações estratégicas (“investimentos, assaltos, transformações”) se conquistar essa cotidianidade a fim de impedir que o “círculo vicioso e infernal se feche”. E, às vezes, o *irredutível* impede que ele se feche (Ibidem).

Em Porto Seguro há um grande apelo para a festa, pois esta é um atrativo importante para o turista. Apesar de ser divulgada para o turismo de “praia e sol” por ser uma cidade litorânea com paisagens exuberantes e balneários bem acessíveis, o lazer na praia amplia-se com a oferta de propostas de lazer e entretenimento, inclusive de festas diurnas e noturnas. Em quase toda a extensão da Orla Norte há barracas e clubes de praia que oferecem atrações e promovem festas o ano todo, mas que são produzidas para um público específico – os turistas. Assim o lazer se amplia na praia e extrapola os seus limites quando se realiza em outros espaços da cidade.

As propagandas sobre a cidade destacam a característica festiva do local como se o ambiente festivo fosse uma característica ontológica da cidade. Muitas festas são realizadas na cidade durante todo o ano, sobretudo na alta temporada – de dezembro até o final do carnaval em fevereiro ou março -, mas são produzidas para o público externo, o turista. Assim, é difícil encontrar eventos festivos na cidade que não sejam organizadas para atender a demanda externa. Até as festas religiosas são inseridas no calendário turístico oficial, embora, tanto em algumas festas religiosas quanto em outras realizadas em alguns locais da cidade¹ tenham sido identificadas algumas contra-racionalidades, isto é, algum sinal de resistência à racionalidade capitalista.

A maioria das festas que são realizadas na cidade é organizada pelo setor privado: são shows musicais open bar, luaus, festa à fantasia, bailes temáticos, réveillon e carnaval em espaço privado. Três grandes festas são organizadas pelo setor público e acontecem no espaço público, a Passarela do Descobrimento: Reveillon, Carnaval e São João Elétrico. São festas idealizadas, sobretudo, para atrair turistas. Os seus organizadores dão declarações em veículos de comunicação locais sobre estimativa de público externo e aquecimento das receitas do turismo. Lefebvre (1991a, p.129.) ao apontar o problema da restituição da festa, sinaliza que há tentativas “sem graça nem esplendor” de se recriar a Festa. Neste caso, nem houve essa tentativa, posto que a última festa criada em Porto Seguro, o São João Elétrico, foi pensada para aumentar o fluxo de turista na “baixa temporada” ainda que as festas juninas façam parte da cultura nordestina. Assim, o calendário das festas, a criação de novas festas, os discursos dos organizadores das festas – tanto do setor público quanto do

privado – evidenciam que a maioria das festas realizada na cidade são momentos do ordinário e não do extraordinário da cidade, são propostas mercadológicas que são consumidas, sobretudo, pelo turista.

O objetivo desse capítulo não é explicar cada evento festivo tampouco cada atividade lúdica que acontece na cidade, portanto, não entraremos em detalhes explicativos de cada evento citado. Os relatos de moradores antigos envolvidos com as festas em décadas antes do turismo e falas de moradores de tempos mais recentes, como os migrantes que habitam na periferia, trazem elementos importantes que revelam as possibilidades do uso da rua, da praça, da praia e indicam *transformações* e *permanências* na cidade que foi transformada em um lugar de férias e de festas.

Para fins didáticos adjetivaremos a Festa enquanto profana e religiosa mesmo sabendo que esses dois aspectos podem acontecer simultaneamente. A Festa com dimensão folclórica - ou seu inverso - em Porto Seguro é tão pífia que não pudemos identificá-la a ponto de trazermos um tópico sobre o assunto. Três entrevistados falaram sobre o folclore em alguns eventos festivos de rua e na Igreja que aconteciam até a década de 1980, mas com a turistificação este foi praticamente subsumido.

4. 1 A Festa Religiosa

Devido ao processo de colonização que resultou na fundação de Porto Seguro a festa religiosa firmou-se como um dos eventos festivos daquele espaço. A Festa da Padroeira Nossa Senhora da Pena consolidou-se como a principal do segmento religioso e acontece há séculos. Certamente no passado era um verdadeiro momento extraordinário da vida cotidiana dos moradores locais e de outros sujeitos que se deslocavam de vilas e povoados de espaços próximos como, também, de espaços mais distantes, como a cidade mineira Almenara.

Não dá para discorrer sobre os tempos pretéritos dessa festa sem considerar outra festa religiosa, a Festa de Nossa Senhora D'Ajuda que acontece desde meados do século XVI em Arraial D'Ajuda, em um dos santuários mais antigos do Brasil. Em

séculos anteriores tanto Porto Seguro quanto Arraial D'Ajuda eram pequenas vilas onde ocorriam essas duas festas em datas próximas. Dada as dificuldades de acessibilidade para as duas vilas, os romeiros costumavam participar das duas festas que se estendiam de meados de agosto ao início de setembro.

Com as mudanças ocorridas em Porto Seguro nas últimas décadas, conforme foi explicado nos capítulos anteriores houve modificações na relação imediata entre os dois eventos festivos. Ambas entraram no calendário turístico oficial do município e a Festa de Nossa Senhora da Pena cresceu em termos de estrutura e de público superando a principal que era a Festa de Nossa Senhora D'Ajuda, cuja importância maior desta última se dava pelo fato de acontecer num santuário e, portanto, promover grande romaria. Contudo, não se sabe até que ponto essas mudanças afetaram a relação dos antigos devotos com a festa e se esta relação se manteve na mesma perspectiva mesmo com as transformações ocorridas. Certo é que a imprensa local e a Prefeitura ao noticiarem essa festa não dão destaques à romaria e ao seu sentido religioso, mas à festa como atrativo turístico. Para além das ressignificações próprias de uma festa que acontece desde o século XVI, há um intuito claro em dar a essa festa uma conotação de espetáculo para a apreciação do turista.

A festa da padroeira de Porto Seguro hoje tem várias dimensões. Mas, pode-se constatar que ela continua sendo um momento extraordinário para a população. Não de forma homogênea, posto que na época da festa o fluxo de turista continua acontecendo mesmo que desvinculado dos sentidos do evento. Para o turista que visita a cidade na época da festa, ela é mais um atrativo ou um pouco mais que isto se considerar que alguns reverenciam o sentido religioso do evento por professarem a fé católica.

Tanto os moradores antigos quanto os migrantes e seus descendentes que habitam na periferia freqüentam essa festa. Contudo, há uma relação e interesse diferenciados. Os primeiros demonstram uma relação baseada na historicidade da festa – a tradição, a devoção, a identidade do cidadão portossegurense. Para o migrante a festa se revela como um momento extraordinário, também, mas tem outras conotações que não se relacionam com tradição e identidade. É um momento para: a diversão e encontro nas diversas barracas que assumem status de bares;

levar as crianças ao parque de diversão e às estações de brinquedos como pula-pula, piscina de bolas e outros; para o passeio em família, inclusive à noite; para a compra de vários itens como peças de vestuário, calçados, utensílios domésticos, acessórios em geral, dentre outros itens comercializados na “feira da festa” que se estabelece durante dez dias na Cidade Alta e onde é possível comprar essas mercadorias por preços acessíveis. Há trabalhadores da periferia da cidade que aguardam essa feira para realizarem a única compra anual de roupas de cama e vestuário.

A presença do trabalhador migrante nesta feira se dá por várias relações: o lazer em família, o consumo, o trabalho, a festa. Há um grupo de trabalhadores da periferia da cidade que também monta barraca para comercializar diversos produtos e há outros que atuam como vendedores ambulantes. As barracas de bebidas e de comidas, praticamente, ficam por conta de trabalhadores que habitam na periferia cidade. Seja se divertindo, comprando ou trabalhando, esses trabalhadores e suas famílias freqüentam a Cidade Alta, espaço que, raramente é freqüentado por eles em outros momentos, que está fora do seu trajeto para o trabalho e lazer, posto que é um cenário para apreciação turística e local de moradia de uma parca população remanescente do período pré-turismo – cerca de 137 habitantes segundo o IBGE (2010).

No espaço alegre da feira - com música, luz, cor, barulho, comidas e bebidas – o trabalhador encontra outros sujeitos cujos elementos identitários os aproximam; encontra outros trabalhadores em condições semelhantes às suas. Os migrantes se deparam com trabalhadores migrantes temporários – os feirantes de outras cidades – ou com trabalhadores que também habitam na periferia da cidade, mas que não se vêem com freqüência. É quando atualizam as notícias sobre trabalho, família, enquanto, às vezes, compartilham uma mesa de bar ou aguardam as suas crianças brincarem no pula-pula ou na piscina de bolas. Assim, a feira se torna um raro lugar de encontro espontâneo. E dessa conjunção de elementos e processos que resultam nessa feira, ainda que permeados por relações de consumo, acontece a festa mais espontânea da cidade freqüentada, principalmente, pelos trabalhadores da periferia.

A feira é festiva. A feira atrai, congrega, promove o encontro. Entre relações comerciais e de consumo, o trabalhador constrói meandros onde ocorre a sociabilidade. O trabalhador não está de férias, mas ele frequenta a feira em algum tempo livre, mesmo em dia de trabalho. Alguns misturam o tempo do trabalho com o lazer e a interação social. Naquele espaço-tempo onde a feira acontece, a Cidade Alta, outros conteúdos e relações se estabelecem temporariamente e as referências do local ficam em suspensão para esse coletivo – este espaço foi tombado pelo IPHAN em 1973 e é um Monumento Nacional; é onde acontece a festa mais tradicional da cidade; é palco de importantes eventos locais e nacionais. Uma contra-racionalidade se estabelece mesmo com a pujança da principal atividade – o comércio – que se sobressai tal qual o evento oficial, a festa religiosa.

A Festa da Padroeira tem a duração de dez dias e a sua programação oficial contempla as atividades religiosas que geralmente são realizadas com os devotos locais, romeiros, políticos e alguns turistas: missas, novenário, procissão. As atividades profanas – danças, músicas, uso de bebida alcoólica e de drogas ilícitas – acontecem no espaço da feira e são por conta do público bastante híbrido. Com o intuito de agregar a festa à atração de turistas, a Prefeitura promove shows gratuitos em datas posteriores ao encerramento da festa.

A feira da festa é um espaço que tem um caráter duplo: é associado e dissociado da festa. Segundo o nosso informante, a igreja “convive, mas não aceita.”. Há um embate entre a igreja local e os interessados no comércio, pois a primeira parte entende que os comerciantes deveriam participar da eucaristia para ter o direito de atuar como comerciante durante a festa da padroeira. Contudo, 90% dos barraqueiros são protestantes (D.I.). Por outro lado, a igreja admite a feira, até porque atualmente ela administra o sistema de locação das parcelas do solo onde as barracas são instaladas. E se a feira existe e resiste às opiniões contrárias, não há controle, também, sobre o lado profano da festa que ocorre no espaço da feira. Pode-se considerar que é outra festa e não a parte profana da festa sacra. Contudo, uma está totalmente associada à outra. A realização da feira está vinculada a festa sacra; não poderia ocorrer sem esta.

Os embates para a realização da festa não se dão só entre a realizadora -, a Paróquia -, e os comerciantes, mas com o poder público local – Executivo e

Legislativo - e acontecem por causa de interesses dispares dos envolvidos. Um dos motivos, na perspectiva da igreja, é a ausência de uma parceria mais significativa da poder público local. A Prefeitura assume “Só a limpeza e banheiros químicos” (D.I.) e as despesas com a festa ficam em torno de 80 a 90 mil reais. No dia 08 de setembro de 2016, por exemplo, a paróquia forneceu almoço e água mineral para aproximadamente 3.500 pessoas. A despesa fixa com estrutura (sonorização e toldos) foi de 50 mil reais. (D.I.), os gastos com o fornecimento de água pela Embasa foram de 6 mil reais. Os organizadores da festa entendem que a contrapartida da Prefeitura deveria ser maior uma vez que “É uma festa do município!”, “Uma festa nacional.” (D.I.).

Outro motivo significativo dos embates é o direito ao uso do solo de parte da Cidade Alta onde se estabelece a feira - que está totalmente associada à realização da festa. A exploração do solo era à revelia da igreja e esta lutou para dominar o direito de administrar e usufruir do seu uso no período da festa. Para tanto, fez-se um abaixo-assinado com dez mil assinaturas e conseguiu a concessão do uso da terra no período de 30 de agosto a 08 de setembro de cada ano. Os recursos gerados com o aluguel temporário de parcelas do solo tornam-se receita da Paróquia que os destina a projetos sociais da igreja. (D.I.). A exploração do solo da Cidade Alta pela igreja no período da festa da padroeira é administrada por uma comissão da paróquia que define o loteamento da terra e o preço de uso de cada lote durante os dez dias do evento.

Essa festa é realizada pela paróquia, mas entra no calendário turístico oficial da cidade e pela sua tradição e outros elementos como a potência do Catolicismo Romano na sociedade portossegurense, mistura-se à cultura local. Desse híbrido surgem questões de apropriação temporária e usos significativos: a própria festa, que extrapola o limite dos seus idealizadores, do seu público, no caso os católicos e demais devotos da padroeira; o espaço da Cidade Alta que durante dez dias torna-se um território específico para a festa de uma instituição religiosa que requereu e obteve o direito legal de administrar o seu uso; a feira que acontece mediante a locação de parcelas do solo para os feirantes; os feirantes que trabalham e habitam no local durante dez dias; os ambulantes que trabalham no local mais de 12h/dia; os trabalhadores, moradores da área periférica da cidade que freqüentam o espaço da

feira enquanto consumidores e sujeitos que vão se divertir com as atrações do local; turistas e habitantes de outros locais da cidade que participam de algumas atividades da festa religiosa e visitam a feira.

A festa cresceu nos últimos oito anos: aumentou o fluxo de participantes, aumentou o comércio e houve avivamento nos fiéis. (D.I.). Por outro lado, surgiram demandas estruturais que não podem ser sanadas, posto que o local onde a festa acontece é tombado pelo IPHAN desde 1973, é considerado Monumento Nacional, portanto, os organizadores não podem resolver problemas simples como a oferta de água para as barracas de alimentos e prover pontos de água suficientes para a higienização dos barraqueiros que acampam no local por dez dias.

O crescimento do comércio (feira) durante a festa está relacionado, também, a uma dinâmica desenvolvida por um tipo de comerciante – barraqueiro ou feirante – que trabalha de acordo o calendário das festas religiosas, especificamente de festas promovidas pela Igreja Católica. Os comerciantes da feira da Festa da Nossa Senhora da Pena participam de um circuito de barraqueiros que migram anualmente nas seguintes cidades: Bom Jesus da Lapa - BA, onde há um famoso santuário e uma relevante romaria no mês de agosto; Arraial D'Ajuda, quando de 6 a 15 de agosto acontece a festa da padroeira no mais antigo santuário da fé católica no Brasil; em setembro trabalham em Porto Seguro na referida festa; depois participam de uma feira durante outra festa religiosa em Itamaraju-BA. Boa parte deles também participa de feiras de festa religiosa em Goiás. Então, esses trabalhadores migram durante uns dois meses, de festa em festa, montando e desmontando barracas. São oriundos de várias cidades da Bahia – Feira de Santana, Vitória da Conquista, Bom Jesus da Lapa, Jequié e Salvador. (D.I.). Além dos feirantes de Porto Seguro (do Campinho e do Complexo Baianão), identificamos alguns de São Paulo e de Recife.

Os feirantes que atuam na feira da festa acampam no local. Por dez dias parte da Cidade Alta recebe esses moradores temporários que se alojam em barracas com sua família ou com sua equipe de trabalho. Até feirantes que são moradores da cidade também permanecem no local da feira por todo esse período, pois a feira se encerra após as 22 h ou até mais tarde, a depender do movimento – e essa dinâmica é da própria feira e não das atividades da festa religiosa. Assim, além de

garantir a proteção da barraca, o feirante local pode acompanhar melhor a dinâmica da feira que funciona durante o dia, também. As condições de instalação são precárias e inclui dormitório e preparo de alimento. Os grupos maiores – um feirante com a sua equipe de rapazes, por exemplo - possuem caminhões e barracas maiores. Há famílias – casal com crianças – que acampam ao lado de uma caminhonete e enquanto o marido cuida das vendas, a esposa cuida dos filhos e prepara o alimento.

Em 2016 foram cerca de trezentas barracas instaladas desde a entrada da Cidade Alta até proximidades da Igreja. E é na entrada que estão as barracas de bebidas alcoólicas – bem iluminadas e geralmente com música alta. É preciso passar pelo corredor das barracas para acessar o templo na parte central da Cidade Alta. A feira é local de passagem. Só os devotos e algum visitante ou turista completam o percurso. Parte do público é freqüentador da feira e das atrações que ela agrega: bares e parques infantis. As atividades religiosas não se fundem com as atividades do lado profano – a feira permeada pelos agitos. São dois espaços distintos, são dois momentos que não se conectam diretamente, contudo, a feira existe por causa da festa.

O romeiro era um elemento significativo da festa desde o século XVI. Hoje o seu papel na festa foi ressignificado. Havia um ritual marcante que era a chegada de romeiros à cidade montados em cavalos enfeitados. Havia o acampamento dos romeiros na Cidade. Hoje os acampados são os feirantes. Hoje são de 2 a 3 mil romeiros que alugam quintais para acampar ou alugam casas em grupo. Viajam de ônibus fretado e vem de Almenara – MG, conforme a tradição, Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Tocantins (D.I.). Nas últimas festas houve tentativas, da parte dos organizadores, de prover o local para o acampamento dos romeiros. Alugaram um lote e fizeram a provisão de sanitários, mas a estrutura foi saqueada então, optaram por alugar casas para acolhê-los. A romaria hoje é mais acentuada na Festa da Nossa Senhora D'Ajuda, em Arraial D'Ajuda, que acontece logo após a festa religiosa em questão.

Há outras festas religiosas em Porto Seguro que não são grandiosas como a festa da padroeira, em termos de fluxo, de duração e de destaque no calendário turístico oficial. Em 05 de outubro acontece a Festa de São Benedito que é o padroeiro da

Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada na Cidade Alta e edificada entre 1949-1951 por jesuítas. Esse evento além de ser considerado como uma festa religiosa tem uma conotação folclórica, pois é quando as Irmandades se reúnem e realizam a encenação do Cacumbi dos Escravos². Os membros dessas irmandades estão inseridos nas pastorais e só se reúnem no período da festa. A encenação do auto é uma prática folclórica da festa foi que retomada recentemente. (D.I.). Essa festa acontecia em 27 de dezembro quando recentemente a data da sua realização foi transferida para 05 de outubro.

Além de outras festas religiosas organizadas pela igreja católica da cidade, geralmente para celebrar “dias santos” – Corpus Christi, por exemplo - ou dia de algum santo – como a padroeira da cidade e outros como São Sebastião e Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, há várias festas realizadas pela comunidade evangélica local que é muito diversificada em termos de denominações, centrais administrativas e segmentos, contudo, predominam as denominações das linhas pentecostal e neopentecostal. Ocorrem durante todo o ano e são realizadas pelas congregações das inúmeras denominações evangélicas que existem na cidade. Alguns eventos festivos desse segmento religioso agregam várias denominações como o Congresso de Missões Semeadores que, na sua sétima edição em 2016, aconteceu no Espaço Alternativo, uma grande área ao lado do terminal rodoviário, em meados de setembro, dias após a festa de Nossa Senhora da Pena.

As festas dos cristãos evangélicos, apesar de aberta ao público em geral, ficam muito restrita aos religiosos do segmento. A dimensão da festa é estritamente religiosa e não se admite elementos profanos como danças, comidas, atividades recreativas. Contudo, em festas que não acontecem nos templos, mas em locais abertos – praças públicas, por exemplo – estão admitindo novos elementos como a comida que não faz parte da festa, diretamente, mas é vendida em barracas no local do evento e é consumida durante a celebração, o culto. Essa festa promove o encontro e até a diversão se considerar que muitos fieis, principalmente os jovens, divertem-se durante os shows de alguns cantores evangélicos.

4. 2 Festejo Juninos

Os festejos juninos são bem populares no Nordeste brasileiro e consiste em comemorações, todas realizadas no mês de junho, do dia de tres santos da Igreja Católica Romana: Santo Antonio, 13/06; São João, 24/06 e São Pedro, 29/06. Essas festas eram realizadas no espaço rural, inclusive nas vilas e povoados onde se situavam as paróquias. Com o processo de urbanização, a festa levada para a cidade e foi ressignificada. Alguns dos seus elementos hoje se dão no nível da representação da festa na roça como o “arraiá”. Outros elementos permanecem mesmo na cidade, ainda que tenha outros sentidos: a fogueira, por exemplo. Era uma festa de caráter mais intimista que agregava a família e amigos. Com forte apelo religioso pela figura do protagonista da festa, um santo católico, e atividades realizadas pela Igreja – rezas, novenas, missas, quermesse – a festa também tinha um lado recreativo com música e danças, destacando-se as quadrilhas.

Mas, a festa que se destaca em Porto Seguro desde 1970 até os dias atuais é o carnaval que, inclusive, foi ressignificado até atingir um formato mais mercadejável. O carnaval acontece no final da alta temporada e é um marco do encerramento deste ciclo. Após o carnaval toda dinâmica da cidade muda com a diminuição dos fluxos de turistas e encerramento de contratos de trabalhos temporários; a circulação, em todos os sentidos, é significativamente alterada. O desaquecimento da economia local concretizado, principalmente, pelo aumento do desemprego, é a característica da baixa estação. A sazonalidade é uma das características do turismo de Porto Seguro e afeta milhares de trabalhadores. Durante a baixa estação há picos de fluxos de turistas em alguns períodos: Semana Santa, período de férias estudantis no Sudeste (julho-agosto), Semana do Saco Cheio, por exemplo.

Numa tentativa de criar outro período do ano com atrativos para o turista, produziram uma festa junina aos moldes do mercado e assim surgiu o São João Elétrico, em 2015, uma festa considerada pelos seus idealizadores como “produto turístico”. É uma festa que acontece no espaço público, a Passarela do Descobrimento, cuja programação consiste em uma festa noturna com shows musicais de artistas com projeção na mídia, no momento, ainda que não sejam relacionados ao gênero musical que tradicionalmente é um elemento identitário dos festejos junino nordestinos: o forró. Os shows musicais são a atração principal, mas

há o Concurso de Quadrilha Junina Estudantil que acontece antes do horário dos shows e concurso de comidas típicas. Essa parte da programação da festa não é destacada com a mesma ênfase que a atração principal que atrai o turista: os grandes shows.

O São João Elétrico foi criado para atrair turistas do estado da Bahia e de outros estados do país. É uma festa grande em termos de quantidade de participantes, de estrutura e de gasto público. Em 2013, na sua primeira edição, estimava-se receber 320 mil participantes e os gastos públicos foram de R\$ 2,8 milhões³. Na sua primeira edição, em 2013, a festa teve desdobramentos com programações em quatro vilas do município: Trancoso, Caraíva, Arraial D'Ajuda e Vale Verde. Na festa das vilas há uma ênfase em elementos mais tradicionais com a participação de músicos regionais que trazem o baião, o xote, o xaxado. Na quinta edição (2017), reproduziram o mesmo formato na festa principal que acontece no Centro da cidade em dois ou três dias e engloba o dia oficial do São João, 24 de junho. O desdobramento do São João Elétrico foi ampliado para outros locais além dos já citados: Itaporanga e Vera Cruz. A festa principal e suas versões locais aconteceram neste ano num período de dezessete dias, entre 16 de junho e 02 de julho de acordo com o calendário que contemplou, além da festa no Centro da cidade, as festas em cinco núcleos urbanos dos demais distritos. A periferia da cidade foi contemplada com um desdobramento dessa festa, numa praça do Baianão, e teve uma programação musical diversificada incluindo funk. No Baianão, essa festa recebeu uma denominação oficiosa, é chamada "Pedrinho", pois é a última festa do calendário do São João Elétrico e contempla o Dia de São Pedro, 29 de junho. Também é uma alusão a uma grande festa, o "Pedrão", que acontece na mesma data em Eunápolis, cidade vizinha.

Os festejos juninos em Porto Seguro são realizados, também, em outros locais da cidade por iniciativa de comunidades de bairros, de paróquias ou por iniciativa de um empresário ou dono de bar da periferia. No Alto Mundaí a Quase-Paróquia Nossa Senhora da Saúde promove uma típica festa junina com quermesse, bingo, música em estilo mais tradicional como o chamado "forró pé de serra", fogos, comidas e brincadeiras típicas como "pescaria", dentre outras atrações, exceto o pau de sebo. A festa é de iniciativa da paróquia e tem se consolidado com uma opção de festa

junina tradicional. Atrai além dos paroquiais, os moradores locais e de outros bairros ou condomínios de classe média, pois é uma “festa familiar” onde idosos e crianças podem se divertir em segurança. É realizada na praça da igreja, um espaço arborizado e amplo que facilita a circulação das pessoas, a dança e a brincadeira com fogos realizadas por crianças.

Os moradores do condomínio Village também organizam o Arraiá do Village em moldes tradicionais, contudo, com uma estrutura menor: acontece na quadra do bairro e tem fogueira, decoração e comidas típicas, música ao vivo. Em ambas as festas o acesso é livre. O consumo de bebidas e comidas típicas é pago e esses itens são vendidos nas barraquinhas. Na festa promovida pela paróquia incentiva-se a compra da cartela do bingo que é realizado para fins beneficentes. O acesso ao Arraiá do Village se dá mediante o convite de algum morador, participante da festa. A festa realizada no Alto Mundaí é divulgada pela paróquia através de cartazes. Por ser promovida por uma instituição torna-se mais ampla, mais relativamente aberta. Atrai basicamente católicos de alguns locais da cidade, amigos de moradores e outras pessoas externas da comunidade que já conhecem a fama da festa

Essas festas não entram no calendário turístico da cidade. São iniciativas de grupos locais e servem para fortalecer laços dos moradores desses espaços habitacionais que geralmente são migrantes⁴ que se estabeleceram na cidade nos momentos da sua expansão a partir do final dos anos 1980, mas, também há outros que chegaram nos últimos anos, inclusive os professores da universidade federal que foi inaugurada em 2013. São principalmente mineiros, gaúchos, goianos, paulistas, cariocas e capixabas que atuam como profissionais liberais, empresários ou exercem cargos públicos, além de aposentados que optaram por morar na cidade para desfrutar a aposentadoria.

Na extensa periferia só ocorre o “Pedrinho”, a versão do São João Elétrico que ocorre na quadra do Buraco da Gia. Não é uma “festa familiar” com a presença de famílias com crianças. São dois ou três dias com shows musicais de grupos da própria periferia que apresentam estilos musicais que são preferências dos jovens locais: arrocha, funk, “pancadão” ou “quebradeira” como dizem. Algum dono de bar, no Baianão ou outro bairro periférico pode promover uma festinha no local que será freqüentada por moradores locais.

Comunidades de bairros de classe média conseguem reproduzir a festa junina com elementos tradicionais, conforme foi relatado. Os migrantes na periferia não conseguem sequer reproduzir essa festa nos moldes que aconteciam no seu local de origem, pequenas e médias cidades do Sul da Bahia, por exemplo. Nos citados bairros de classe média onde ocorrem essas festas há sistemas de segurança financiados pela comunidade local e um forte apoio da polícia. No Centro da cidade, durante os três dias do São João Elétrico, o policiamento é reforçado para garantir a segurança do público e a ação da polícia começa com a revista dos participantes no portão de acesso ao local da festa. Na periferia o uso da rua e da praça para a festa tem outras conotações por causa da violência urbana e a insegurança; não há sistema de vigilância privado nem viaturas da polícia dando suporte a festinhas de moradores da comunidade, certamente por causa da forte atuação das facções que dominam os bairros.

4. 3 A Festa Profana: o lúdico e o uso do espaço

Dona Maria Boneca, uma senhora octagenária, relembra com nostalgia o seu envolvimento com os folguedos que aconteciam na cidade onde ela nasceu e de onde nunca saiu. Diante do álbum de fotografias, cita o tema de várias fantasias dos foliões do Bloco Fantástico, fundado por ela em 1974: Balarinas em Folia (1977), Praianas em Folia (1979), Vedetes (1981), Unidos do Porto (1986), Pierrots de Cetim (1985). As fotos do carnaval de 1987 mostram uma grande mudança que indica o fim de um ciclo: os foliões com abadás. A partir daquele ano, pararam de usar fantasias produzidas em torno de um tema e passaram a adotar o abadá. A antiga foliã suspirou e disse não ter mais prazer com o carnaval, pois gostava da festa do “tempo das fantasias”. A atual administradora do bloco, uma jovem senhora, justificou “*Fica mais barato. Em Salvador é assim*”. Mesmo com o conflito de gerações que deu novos rumos ao bloco, esta agremiação de brincantes é conhecida por ser o mais antigo bloco de carnaval da cidade com participação ininterrupta nessa festa de rua. Resistiu às mudanças que aconteceram na cidade quando esta se consolidou como destino turístico, embora o bloco tenha sido ressignificado de acordo com os ventos mercantilizantes do carnaval de Salvador.

Em meados da década de 1970 ainda existiam os “cordões” que mais tarde deram origem aos blocos de carnaval. Assim, a agremiação quando fundada em 1974 foi denominada “Cordão Fantástico”. *“Era livre a saída. Saía da Casa da Lenha”*. (D.I.). Esta afirmação é simples, mas muito significativa, pois se refere a um tempo em que o carnaval era uma festa popular cujos protagonistas eram todos os envolvidos naquela atividade lúdica: o folião, o fundador de um cordão, os músicos e demais organizadores ou participantes. A “saída livre” de um local referencial indica que os processos de organização dessa “festa de rua” se davam de acordo ao fluxo natural dos acontecimentos, sem a interferência de burocratas de órgãos públicos e patrocinadores do setor privado que hoje definem calendários, horários, tempo da permanência na rua e outros detalhes que transformaram a festa em atividade programada.

A foliã e organizadora de cordão continua revisitando a memória e comenta sobre outras mulheres que naquela época organizavam cordões; a marcante rixa entre os cordões; os bailes de carnaval no clube. Recordar-se, também, de outros folguedos como o Terno de Reis que acontecia em 19 e 20 de janeiro; a Bicharada, um folguedo que acontecia em 5 e 6 de janeiro, do qual ela se recorda bem de alguns personagens: Mãe Catita, Boi-Duro, Jaguará; ressalta, também, o Baile Pastoril apresentado no Natal: *“Cada ano, um tema. Eram apresentações com corpo de baile, com um tema”* e cita alguns “Liberdade, Princesa, Quatro Partes do Mundo”. Informa que o Baile Pastoril não existe mais porque *“Antes faziam ‘vaquinha’. Hoje depende da Prefeitura”*.

“Meu São João [a imagem] saiu agora [8 de setembro de 2016] na Procissão de Nossa Senhora da Pena”, informou com alegria a nossa entrevistada ao adentrar o tema das festas juninas. Explicou como ela comemorava os dias de santos juninos – Santo Antonio, São João, São Pedro: *“Com novena na casa. Dia 30 [de cada mês de junho] encerra o ofício cantando o Bendito dos Três. Faz dois anos que não teve... [encerrou a fala com tristeza]”*. A mesma mulher que organizava o cordão de carnaval é a mesma pessoa religiosa que organizava novenas em sua casa nos meses de junho. Lidando com o sagrado e o profano, ela e outros protagonistas, promoviam o encontro e a sociabilidade numa pequena cidade costeira cujas

referências foram implodidas e se transformou em um objeto integralmente consumível.

O carnaval de Porto Seguro é uma festa que pode ser considerada uma *permanência* que não foi implodida, mas que se transformou num álibi para vender a cidade; é um elemento da cultura e identidade local que foi esvaziado para ser ressignificado de acordo a lógica do mundo da mercadoria. A festa já acontecia com cordões e marchinhas e de forma bem espontânea. Mas a cidade era pequena e considerada “modorrenta”. O então Secretário de Turismo, no final da década de 1970, incrementou o carnaval que passou a atrair um grande público. Segundo ele, os “grandes carnavais aconteceram de 1979 a 1983”. Na perspectiva de gestor público e incentivador do crescimento da cidade, ele ressalta:

As mudanças só começaram a aparecer mesmo e a olhos desarmados, no verão de 1978/79, quando nós assumimos pela segunda vez a secretaria de turismo e criamos uma programação, específica para o verão, que foi a primeira do Brasil, com festas nas praças públicas e de graça, até o carnaval: às sextas-feiras tínhamos o folclore da cidade mostrado nas ruas (...); aos sábados, sempre um artista de nível nacional cantando. (...). Aos domingos, esportes: corridas de meia maratona, sempre no final da tarde; (...) e festivais de *windsurf*, com prêmios de um terreno na cidade que estava se valorizando. (FONTANA, 2004, p. 12).

Se a intenção era fomentar a festa e a cultura a proposta se dissolveu ou ganhou outros contornos; se a intenção era promover a cidade como destino turístico, esse foi o embrião do processo.

Nesse período dos “grandes carnavais”, a festa foi ressignificada. Ao lado da espontaneidade dos cordões e blocos, surge a programação, a racionalidade, a espetacularização da festa, o interesse em mostrar a cultura, a identidade. A festa foi atraindo os externos. Quando a cidade foi consagrada, efetivamente, como um *lugar de férias*, de desfrutar o tempo do não-trabalho, o carnaval foi ressignificado novamente e as manifestações folclóricas desapareceram. Instalou-se definitivamente a mercantilização de tudo. A cidade transformou-se em um “objeto de consumo cultural para os turistas e para o estetismo, ávidos de espetáculo e do pitoresco”. (LEFEBVRE, 1991a, p.104)

Seguindo os passos da mercantilização e midiaticização do carnaval de Salvador, o carnaval de Porto Seguro transformou-se numa grande festa para atrair turistas. Os cordões viraram blocos e estes também foram modificados, subsumidos, submetidos à programação oficial do carnaval, aos modismos do carnaval da capital cujos blocos se tornaram imensas máquinas de dinheiro para os empresários do setor. Algumas características absorvidas: o trio elétrico, o uso do abadá pelos foliões de blocos, cordas para delimitar o território dos blocos durante o desfile nas ruas criando a cultura do “folião pipoca”, aquele brincante que não faz parte de blocos, portanto, participa da festa às margens das cordas destes.

A transformação do carnaval de Porto Seguro em espetáculo se dá com a centralização da festa na Passarela do Álcool. A festa consiste em grandes shows de artistas do ramo da música que são financiados pelo setor público (custos com a festa); há um grande investimento em: publicidade a fim de alcançar os turistas, em estrutura e segurança. Como um desdobramento do processo de mercantilização, uma empresa local especializada em entretenimento criou outro carnaval que é a extensão do oficial realizado em área pública. Surgiu o Carnaporto em 1997 que é a versão privada do carnaval, realizada entre muros, mas antes era realizada na praia, espaço público.

O Carnaporto seria uma micareta, mas não assume bem esses ares, pois não acontece tão fora de época, é uma extensão do carnaval oficial; o nome do evento é tão midiaticizado que o conceito da micareta fica subsumido.

No Rio de Janeiro as escolas de samba desceram para o asfalto; em Porto Seguro, finalmente o bloco da periferia desceu do platô para o Centro da cidade representando a única presença de agremiação dos migrantes na grande festa. Do total de vinte e seis blocos que saíram nos seis dias de carnaval (2016) apenas dois são da periferia - o Bloco Uôôôôaa e o Bamups -, precisamente do Baianão, bairro que concentra ¼ da população da cidade.

O desfile dos blocos com agenda oficial cria um circuito na festa que é chamado de *carnaval cultural*. Esse termo deixa claro o nível de espetacularização e fragmentação da festa e a afirmação da sua mercantilização ainda que a grande

festa seja considerada pública – os gastos e a publicidade confirmam que essa festa é mais um “produto” como dizem os que mercadejam cidades e cultura.

O carnaval cultural seria o momento mais espontâneo da festa em que predomina o lúdico e se encontra algum residual, embora haja mercantilização nesse fragmento do carnaval, pois os blocos geram lucros; os membros pagam taxas para participar e consomem produtos como os abadás e as bebidas. No geral os blocos se profissionalizaram, mas alguns ainda são agremiações de pessoas que querem “brincar o carnaval” – termo que está em desuso, pois o conteúdo da festa se esvaziou.

O carnaval cultural é o desfile dos blocos antigos e novos; do centro e agora da periferia; dos pescadores e dos universitários; é o tradicional junto às novas agremiações na rua, respectivamente o Bloco Fantástico e as tres novidades de 2016: o Bloco dos Pescadores, o Bloco Oôooooa que é do Baianão e o Suvaco do Cabral criado por migrantes cariocas que se estabeleceram na cidade, sobretudo, professores universitários. O carnaval cultural compreende, também, a folia que acontece nas vilas e povoados dos outros distritos do município: Arraial D’Ajuda, Trancoso, Caraíva, Pindorama. A presença desses blocos na rua pode representar certa pluralidade, característica do carnaval enquanto festa popular, mas perdeu-se parte da espontaneidade: as saídas e tempo de permanência na rua são normatizados, as cordas delimitam territórios dos brincantes associados aos blocos, o patrocínio da Prefeitura para alguns blocos, dentre outros.

A mediatização do carnaval de Porto Seguro é tão sobrepujante que desfocaliza a segregação e a exclusão que o espaço dessa festa produz. O trabalhador se alinha ao discurso da “festa para o turista” porque é garantia de emprego e de renda; é a possibilidade de trabalhar antes que comece a baixa temporada. O espaço da festa oficial aparentemente não é privatizado, pois não são vistos elementos como os blocos de trio com os seus territórios delimitados por cordas e cordeiros nem camarotes pagos, como no carnaval de Salvador; mas, é uma festa voltada para a venda da cidade e não para a participação popular. O possível conflito entre o público e o privado se dissolve na representação do que o momento dessa festa se torna para o trabalhador: o momento do trabalho.

Atualmente a Festa em Porto Seguro é uma questão de política econômica. O objetivo é o mesmo: transformar as festas em “produtos”, em álibis. Atualmente tres grandes eventos festivos de rua com grande participação popular são assim consideradas: Carnaval, São João Elétrico e o Réveillon. Ganharam o status de ter entrado no calendário turístico oficial. Há uma parcela da população que participa das festas, mas a maioria trabalha durante esses eventos. O participante massivo dessas festas é o sujeito externo, o que se desloca do seu espaço vivido para usufruir uma parcela do *tempo pseudocíclico* que pode ter sido comprada em várias parcelas no cartão de crédito. Na contramão desse processo surgem alguns arranjos, algumas estratégias da população local como os já citados São João nos bairros.

Ao mencionar o carnaval de Salvador quando o assunto é o carnaval de Porto Seguro se faz necessário apresentar alguns esclarecimentos: as escalas são diferentes – uma festa acontece na terceira maior capital do país e a outra festa em uma cidade de cerca de 80 mil habitantes. O carnaval é uma festa marcada pela pluralidade se se considerar a escala espaço-temporal e nesse sentido Dias (2001, p. 25) um estudioso do carnaval de Salvador, argumenta,

(...) pode-se afirmar que, no caso do Brasil, o carnaval, embora tenha características comuns, apresenta um número tão grande de diferenças que não se justificaria chamá-lo por uma genérica denominação de carnaval brasileiro. Os carnavais carioca, paulista, baiano e pernambucano, por exemplo, apresentam, na atualidade, mais diferenças do que semelhanças (...).

Contudo, as ressignificações do carnaval de Porto Seguro ocorreram no encalço da mercantilização e midiaticização do carnaval de Salvador num contexto de expansão da política do turismo no estado da Bahia. A presença do trio elétrico na rua, a axé music são elementos absorvidos da festa da capital do estado. Mesmo com as influências da festa de Salvador, o formato da festa em Porto Seguro, certamente por uma questão de escala, não contempla um elemento: o bloco de trio que é uma agremiação associada ao trio elétrico que marcou o crescimento exponencial dos negócios carnavalescos (DIAS, 2001, p. 101); são blocos criados e geridos por uma empresa do ramo do entretenimento que contrata artistas famosos quando não são eles os próprios donos do bloco de trio que além de desfilar no carnaval da capital

faz festas em muitas outras cidades da Bahia ou de outros estados. Por outro lado, o empresariado criou outra estratégia para Porto Seguro e seus turistas ávidos pela folia carnavalesca: a micareta. Geralmente essa festa denominada micareta acontece em cidades onde não há o carnaval na data oficial; é um tipo de carnaval fora de época.

4. 4 Outras festas

Em Porto Seguro, uma cidade com apenas 80 mil habitantes, há festas durante o ano todo. Festas com grande público e que são amplamente divulgadas por vários canais midiáticos – o Carnaval, o Carnaporto, o Réveillon, o São João Elétrico, o Outubro Folia. As festas promovidas pela comunidade local existem, mas a maioria é quase invisível posto que não são divulgadas na mídia e não entram no calendário oficial. As festas que não entram no grande circuito da mercadoria são pontuais, acontecem em vários locais diferentes, mas não unem os trabalhadores que estão na mesma condição social, posto que entre estes exista o conflito “nativo versus migrante” oriundo desde os anos 1990 com os polêmicos processos de surgimento do Baianão quando os migrantes foram denominados de “baderneiros” e foram responsáveis por taxas de crescimento demográfico⁵ superiores a 10% a.a. (IBGE, 2000) o que, em todo o extenso estado da Bahia, só ocorreu em Porto Seguro e provocou um crescimento muito rápido da cidade. Contudo, os empresários que se estabeleceram na cidade e atuaram no mercado imobiliário como nos setores de ACT também são migrantes só que sujeitos donos do capital que se tornaram agentes da expansão capitalista que provocou transformações na cidade.

Há um evento na periferia cujo público principal são os jovens. É um evento *underground*, com fortes ligações com pessoas envolvidas com o tráfico. Um *promoter* aluga uma casa e promove a festa cujo atrativo principal é o sexo hedonista. Há muitas bebidas, drogas ilícitas e música alta do tipo “pancadão”. Um jovem trabalhador explicou que “*É como se fosse um baile funk que acontece nas favelas do Rio de Janeiro, só que esses rocks acontecem em uma casa que é alugada para esse fim*”. Por ser um evento underground, não há divulgação explícita

e os jovens interessados ficam esperando um convite de alguém do circuito fechado dessas festas.

O 12 de outubro é um feriado nacional que atrai para Porto Seguro famílias, grupos de idosos e estudantes que vão à cidade para curtirem a *Semana do Saco Cheio*⁶. Neste feriado, em 2016, uma barraca na Praia de Taperapuan, freqüentada por indivíduos da classe média local e turistas, ofereceu opção de lazer especial para o Dia das Crianças. E em dois lugares da Cidade Baixa, alguns moradores organizaram festinhas que ficaram totalmente fora do circuito da cidade turística. Estas festas trouxeram à tona um pouco da tradição de décadas que perdurou na cidade à revelia da mercantilização predominante principalmente no que diz respeito aos lazes e as festas.

Nas cercanias do Atracadouro do Apaga Fogo, local de travessia das balsas, às margens do Rio Buranhém, há um reduto de uma população remanescente do período pré-turismo que forma uma comunidade no entorno do Centro da cidade, entre a Tarifa, o estaleiro e a atracadouro. Nesta borda da cidade, precisamente na Praça Dona Marta, aconteceu uma festa onde prevaleceram brincadeiras tradicionais como pau de sebo e quebra pote. Noutra praça, em espaço também limítrofe do Centro – Praça São Sebastião, bairro Campinho - aconteceu uma festa promovida por grupos de fieis da Igreja Católica. Havia brinquedos mais atuais como o pula-pula, mas aconteceram, também, brincadeiras tradicionais como corrida no saco. (FOTOGRAFIAS 5 e 6)

Fotografia 5: Adolescentes e a tradicional brincadeira “pau-de-sebo”.

Fonte: Acervo Baú do Xará, 2016.

Fotografia 6: Quebra-pote: brincantes na praça, Porto Seguro-BA, 2016.

Fonte: Acervo Baú do Xará, 2016.

Essas duas festas que foram realizadas na Cidade Baixa para comemorar o Dia da Criança atingiram um público de dois locais da cidade habitados, principalmente, por moradores antigos e seus descendentes. São festas para crianças da periferia, no caso, filhos de trabalhadores de renda baixa que residem no entorno do Centro, em espaços onde reside uma população remanescentes do período pré-turismo. Não agregam crianças do bairro do platô porque não há articulação alguma entre os

habitantes da Cidade Baixa com os moradores de bairros do platô, ainda que sejam semelhantes quanto à sua condição social. Além da relação identitária com a cidade e os bairros de partes mais antigas da cidade, há o agravante das facções rivais, pois cada uma tem seu território definido e os habitantes evitam circular nos dois espaços. Enquanto isto, a festa religiosa desse dia que justifica o feriado nacional - a comemoração do Dia da Padroeira do Brasil – não acontece com pompas tal qual a tradicional festa que acontece de 28 de agosto a 08 de setembro, a Festa de Nossa Senhora da Pena, anteriormente relatada.

Enquanto neste feriado nacional, na Cidade Baixa, pequenas festas acontecem através da iniciativa de alguns sujeitos da comunidade local, na extensa periferia praticamente não há festas. Em contrapartida, no circuito turístico são realizadas muitas festas, não só no dia 12 de Outubro, mas durante toda a semana, pois é um período em que a cidade recebe milhares de estudantes que viajam em excursões de empresas que vendem a idéia da *Semana do Saco Cheio*⁶. Nos *beach clubs* da Orla Norte são realizadas várias festas temáticas para esse público específico, festas diurnas e noturnas que chegam a ter a participação de cerca de cinco mil estudantes.

Há dois espaços que são muito atrativos para crianças e jovens tanto neste período do ano em que se festeja a Semana da Criança e a cidade recebe milhares de jovens como em épocas de férias escolares: o Parque Aquático e a Ilha dos Aquários. São dois complexos de lazer situados do outro lado do rio e cujo acesso é pago. O primeiro tem atrações diurnas; o segundo é um complexo de lazer com atrações para crianças e onde à noite acontecem vários shows musicais simultâneos voltados ao público jovem e adulto, além de atrações como show de capoeira. São espaços privados que recebem grupos de excursões, como os jovens estudantes que visitam a cidade durante a Semana do Saco Cheio ou outros tipos de turistas. Por serem voltados para turistas, as atrações desses espaços são repetitivas por longos períodos o que não desperta o interesse de moradores locais que podem pagar a taxa de acesso desses espaços. Mas, há crianças e jovens da periferia que se sentem atraídos pelas festas e atrativos desses dois espaços, mas não os acessam por questões de renda ou por não se sentirem à vontade em espaços formatados para turistas. Mas, mesmo assim, alguns jovens os acessam, geralmente em grupos.

Em feriados como o do dia 12 de outubro, por exemplo, tanto o parque quanto a ilha são atrativos muito interessantes em termos de programação para crianças, mas as da periferia raramente os acessam, pelos motivos já expostos. A tarifa de acesso custa R\$ 60 e R\$ 100 para a Ilha dos Aquários e o Parque Aquático, respectivamente. Os moradores locais, denominados genericamente de “nativos”, se levarem o comprovante de residência, conseguem desconto de 50% na taxa.

A presença massiva de turistas nestes espaços indica que esse lugar é do “outro” e o trabalhador migrante e seus filhos podem sentir-se deslocados mesmo conseguindo pagar a taxa de entrada com o desconto. Além disso, os preços de bebidas e alimentos são inflacionados e para esses itens não há desconto para o morador da cidade, então, se ele consegue acessar o local, poderá não conseguir consumir e isto, também, faz parte do momento. Os animadores de palco, os artistas e funcionários desses estabelecimentos focalizam a interação com os turistas e isto se dá de uma forma bem óbvia. Se o trabalhador não é cerceado claramente quanto ao acesso, é discriminado de forma velada através de práticas como o mau atendimento e a negação da participação igualitária das brincadeiras que geralmente são realizadas durante os shows musicais e outros espetáculos. Essas práticas acontecem, também, nos *beach clubs* e barracas da Orla Norte, bem como noutros espaços que vendem festas e propostas de lazer. A discriminação ao trabalhador que habita na cidade, geralmente é praticada por um trabalhador que também habita na periferia e está naquele espaço vendendo a sua força de trabalho ou pelos artistas locais que também são trabalhadores.

A festa enquanto mercadoria no contexto da cidade turística ganhou muitos contornos e produziu um nicho de mercado liderado na cidade por dois grupos especializados em entretenimento⁷. Propostas mais modestas surgem em alguns espaços e capturam elementos culturais como um gênero musical. Na Cidade Alta, em cada sábado de lua cheia, acontece uma festa denominada “Forró da Lua” num espaço rústico, na borda da falésia. É freqüentada por moradores locais que gostam de dançar forró nos moldes da roça, mas atrai turistas que buscam um circuito mais alternativo para além das festas vendidas pelas agências. É cobrada uma taxa para acessar o local da festa: o quintal de uma casa que é acessado por um beco na

lateral do imóvel. Essa festa está se ampliando e sendo realizada em outros locais como em barracas de praia.

Nas noites de domingo, acontecem bailes de lambada na Praça do Relógio, no Centro da Cidade. Não há cobrança de taxas, o evento acontece na praça ao ar livre e pode-se assistir em pé ou participar da dança. Mas, essa praça é ocupada por vários bares e é onde o consumo acontece. O evento *free* é realizado, segundo o organizador, com o intuito de divulgar a lambada, ritmo que nasceu e marcou a cidade na década de 1980 e que teve vida efêmera, pois perdeu espaço para outros ritmos como a axé music e atualmente o sertanejo universitário e similares. Do *boom* da lambada sobraram alguns remanescentes: dançarinos, uma casa noturna especializada no ritmo e um evento bienal, o Congresso Internacional da Lambada que acontece na Lambateria do Berg, na Orla Norte, um espaço que era uma lambateria e transformou-se em casa de temporada.

Nos anos 1980 até início de 1990, a lambada era tão expressiva na cidade que exportou dançarinos e professores do ritmo para vários países, sobretudo pelo impacto do fenômeno Kaoma⁸. Na cidade havia várias lambaterias que atraíam grande público. O movimento cultural em torno da lambada foi perdendo força com a consolidação dos *beach clubs* que direcionaram o consumo da axé music.

Para os idosos e os jovens habitantes da cidade há duas opções que fogem do circuito turístico: o Clube da Amizade, reduto tradicional, promove bailes e serestas. É um espaço freqüentado por moradores locais, sobretudo, da “terceira idade” que gostam de dança de salão. Os universitários⁹ estão criando uma cultura de festinhas e eventos universitários como saraus e festas temáticas que são realizadas num espaço privado, um sebo-café. Participam, também, das festas promovidas por um bloco de carnaval fundado por professores universitários, o Bloco Sovaco do Cabral.

Na cidade turística que vende, sobretudo, “cultura urbana” a festa pode se tornar um momento ordinário, portanto, repetitivo. É que os fluxos de turistas se renovam e o espetáculo, para os externos, será novidade, mas para os habitantes da cidade, um momento banal. Os momentos de uso da cidade através da festa são poucos diante da quantidade de eventos festivos realizados na cidade através de empresas que, durante o ano todo, produzem festas exclusivamente voltadas para o público

externo. Mas, essa cidade tem uma população muito heterogênea com grupos que não se conectam. Na tentativa de reterritorializar - os migrantes do platô, os que residem nos condomínios da Orla Norte, os que são temporários como os universitários - esses indivíduos vão produzindo estratégias para escapar da mesmice que encanta os turistas na sua visita efêmera, mas são ações pontuais e segregadas.

4.5 Lazeres

Os elementos de uma unidade superior, os fragmentos e aspectos da 'cultura', o educativo, o formativo e o informativo, podem ser reunidos. Onde tirar o princípio da reunião e de seu conteúdo? Do lúdico. (...). O esporte é lúdico, o teatro também, de modo mais participante que o cinema. As brincadeiras das crianças não devem ser desprezadas, nem as dos adolescentes. Parques de diversão, jogos coletivos de todas as espécies persistem nos interstícios da sociedade de consumo dirigida, nos buracos da sociedade séria que se pretende estruturada e sistemática, que se pretende tecnicista. (LEFEBVRE, 1991, p. 132)

No final da tarde de qualquer dia da semana, se o tempo estiver bom, escunas atracam no píer localizado na área central da cidade. Das embarcações saem os turistas; os que estão hospedados na Orla Norte ou em outros distritos seguem com os seus guias para os ônibus e as vans do traslado; outros seguem a pé para as pousadas e hotéis do Centro da cidade. Eles retornam de um dos passeios mais procurados: a visita ao Parque Marinho do Recife de Fora que na alta temporada custa R\$ 120,00 e consiste em uma viagem de escuna de 50 minutos para a apreciação, banho e mergulho de superfície na piscina natural de parte da terceira maior formação de recifes de corais do Brasil.

Enquanto ocorre o trânsito de turistas e dos trabalhadores envolvidos com a realização do passeio – guias turísticos, pessoal de apoio das agências que vendem o pacote do atrativo, os operadores das embarcações – crianças e adolescentes brincam à vontade nas águas marinhas do entorno. Elas usam o píer como trampolim para saltarem na água enquanto outros os assistem. Os que saltam e os que assistem fazem uma algazarra particular alheios àquela movimentação do píer

que se tornou ordinária desde que os passeios de escuna entraram na lista de atrações oferecidas pelas operadoras de turismo. Estes juvenis são moradores da cidade, principalmente do bairro Campinho. Geralmente são negros e filhos de trabalhadores que atuam no Centro da cidade como vendedores ambulantes e afins.

O píer também é o local freqüentado por alguns trabalhadores que praticam a pesca como lazer. São homens que habitam na periferia da cidade, no Baianão e outros bairros periféricos do platô, e se deslocam para a beira do mar, após o horário de trabalho ou em dias de folga, a fim de descontraírem com a prática da pesca de anzol.

O píer foi construído em 2000, momento da realização de várias obras na cidade para a festa dos 500 anos do Descobrimento, com o objetivo de ser o ancoradouro das escunas destinadas a passeios de turistas. Anteriormente no local existia uma praia e um entreposto para a venda de produtos da pesca, a Tarifa (FONTANA, 2004). Aquele equipamento instalado no Centro da cidade foi apropriado espontaneamente para outros usos. Os “outros” usuários do píer – pescadores, crianças e adolescentes – não utilizam aquele espaço como ponto de passagem, como os turistas, até porque, quase nenhum morador da cidade faz o passeio de escuna; utilizam o píer como um ponto referencial para a prática de lazeres espontâneos: o salto, o banho, a pesca. São habitantes vivenciando um momento de uso da cidade, transformando a finalidade de uma edificação em um uso coletivo não programado. O atracadouro de escunas, apropriado por crianças, adolescentes e trabalhadores adultos, torna-se um espaço lúdico que coexiste com espaços de trocas e de circulação. (LEFEBVRE, 1991).

No momento em que adolescentes e adultos usam o píer para o lúdico descomprometido e espontâneo enquanto “atividade livre que se exerce para si mesma” (LEFEBVRE, 1991b, p. 62) eles reinstalam o valor de uso, configuram novas práticas, realizam ações não programadas. São ações realizadas por indivíduos ou pequenos grupos, mas que revelam a potência da atividade criadora, do residual.

O mar e o rio que abraçam a cidade são dois elementos que podem propiciar lazeres espontâneos, pois favorece o encontro, a diversão, a sociabilidade, a

apropriação espacial por parte do trabalhador, o uso da cidade. Relatos de moradores antigos revelam diferenciadas e despretensiosas formas de apropriação das praias e do rio para fins de lazer: banho, pesca, piqueniques. Mas, com a consolidação da cidade como destino turístico, essa relação sofreu alterações e algumas práticas foram redefinidas ou extintas.

A relação do habitante da cidade com o rio e o mar é antiga e se relaciona com a mobilidade e com a pesca, esta última enquanto atividade econômica e não só para fins de lazer. Quanto à mobilidade, até a década de 1970, a circulação de pessoas e mercadorias se dava pelo mar e pelo rio. Eram tempos de navegação de cabotagem, da atuação da extinta Companhia de Navegação Baiana. Este cenário mudou quando foram inauguradas as rodovias BR 101 e 367, em 1973 que ligou Porto Seguro com a hinterlândia da região e com a Região Sudeste do país. A travessia do rio Buranhém, através de balsas, para possibilitar o acesso à Arraial D'Ajuda ainda perdura e põe muitos trabalhadores em contato diário com o rio. A atividade pesqueira em Porto Seguro é antiga, apesar de ainda rudimentar; abastece somente o mercado local com o pescado *in natura* ainda que o ambiente marinho local seja piscoso. Algumas empresas que agenciam passeios para turistas oferecem, também, saídas ao mar para a pesca de anzol, assessoradas por pescadores locais.

O lazer, assim como o trabalho, é uma dimensão da vida cotidiana e se o rio e o mar sempre estiverem relacionados à vida cotidiana do trabalhador dessa cidade costeira, o rio e o mar também eram espaços de lazer. As águas que cercam a cidade convidam para o lúdico – pesca, banho, passeios de canoa e de barco. Em tempos pretéritos, o lúdico pode ter se misturado ao labor ou era a recompensa deste, num momento onde não havia a nítida separação “quotidianidade-lazeres”. Lefebvre (1991a) traz a questão dos lazeres dentro da discussão maior sobre o *direito à cidade* e aponta o quão problemática é a superação das separações “quotidianidade-lazeres” ou “vida cotidiana-festa” posto que a vida cotidiana foi decupada em fragmentos: trabalho, transportes, vida privada, lazeres. (1991a, p.97) e o lazer é um dos fragmentos da vida cotidiana que é explorado de maneira racional; “no momento o lazer é antes de tudo e para todos, ou quase todos, a ruptura (momentânea) com o cotidiano” (1991b, p.62).

Até 1960 os poucos moradores da cidade só se divertiam na praia mais próxima – Praia do Cruzeiro. Mais tarde, alguns animados faziam piqueniques na Praia do Mundaí, mas para isso se planejavam e executavam a atividade em grupo, como relatou uma moradora antiga, organizadora de muitos piqueniques nesta praia. Nesta época não havia nenhum tipo de exploração da praia nos moldes que se vê hoje, com os *beach clubs* e barracas. Os piqueniques organizados por Maria Boneca na década de 1960 cederam lugar aos luaus e “festas de espuma” para jovens de outras cidades quando Porto Seguro transformou-se num “lugar de férias” segundo a lógica da *sociedade burocrática de consumo dirigido*.

Na atualidade, boa parte dos trabalhadores migrantes é oriunda de cidades da hinterlândia da Bahia, cujas paisagens são bem diferentes daquelas predominantes num ambiente costeiro como o de Porto Seguro que compreende falésias, extenso balneário, recifes, atracadouro natural, o que confere uma estética visual bem apreciada segundo os valores estéticos modernos. Mas, conforme explicitado nos capítulos anteriores, o trabalhador que habita na periferia da cidade, situa-se longe do mar, embora a Orla Norte seja o espaço de trabalho de grande parte desses sujeitos. Muitos trabalham diariamente nas praias como vendedores ambulantes ou exercendo várias atividades, de forma precarizada, nos clubes de praia, hotéis e pousadas – garçons, jardineiros, cozinheiros, camareiras, segurança. Neste caso, a praia enquanto principal espaço de lazer da cidade é o espaço de trabalho desses sujeitos.

As praias da Orla Norte são estratificadas: espaço dos “nativos”, dos “farofeiros” que podem ser moradores locais ou de municípios vizinhos como Eunápolis que não querem ou não podem pagar os preços exorbitantes dos itens vendidos nas barracas. Para os turistas há um indicativo claro: a Praia de Taperapuan onde a sua apropriação é mediada pelo consumo, pelo dinheiro, posto que toda a estrutura que há é privada e não é possível utilizá-la sem pagar. Esse extenso balneário é delimitado por três *beach clubs* que fazem uma apropriação particular da praia com a distribuição dos seus equipamentos: duchas, banheiros, espreguiçadeiras e guarda-sóis, mesas, decks, sonorização e outros. Em momentos de festas produzidas por esses clubes há uma privatização maior da praia e a circulação fica

comprometida. Há métodos para inibir, de forma velada, a circulação de usuários da praia.

A apropriação privada da praia enquanto bem público é assunto melindroso na cidade. Quando o conflito é suscitado, os empresários e demais interessados no assunto cooptam a opinião pública ao argumentarem que as empresas que se estabeleceram na praia – os clubes de praia e as demais barracas – empregam centenas de trabalhadores e a demissão destes, com a demolição das barracas, irá afetar diretamente esses sujeitos e suas famílias.

A colonização da praia por essas empresas aconteceu após a turistificação da cidade. O processo de ocupação se deu paulatinamente desde 1989 e tornou-se banal. Na efervescência do *boom* do turismo na cidade, a implantação desses equipamentos na orla estava atrelada a oferta de estrutura para o turista e a oferta de postos de trabalho para o migrante e demais trabalhadores que habitavam na cidade, portanto, esse processo não foi discutido e ponderado do ponto de vista da legislação, mas do ponto de vista do poder econômico e de articulação política de alguns empresários até que o imbróglio se iniciou com ações movidas pelo Ministério Público Federal (MPF) nos anos de 2006 e 2009. Em 13 de setembro de 2016, foi publicada a ordem judicial, baseada nas ações do MPF, que determinou a suspensão das atividades e derrubada das construções irregulares de duas barracas de praia – Axé Moi e Tôa Tôa, ambas com, respectivamente, 20 mil e 6 mil m² edificadas em área da União. Os sujeitos hegemônicos da cidade conseguiram reverter a situação. Por fim, em 13 de junho de 2017 de forma verticalizada foi promulgada a Lei Municipal 1374/17 que eleva ao status de Patrimônio Cultural Municipal as “Barracas de Praia existentes e devidamente legalizadas ao longo da Orla do Município de Porto Seguro”. Venceu o reino da mercadoria cujos ditames fomentam processos de privatização do espaço público.

A presença desses equipamentos em quase toda a extensão da orla norte da cidade define, de certa forma, o direcionamento dos lazeres neste espaço, pois praticamente acontecem de acordo às suas propostas: shows no interior dos três *beach clubs*, passeios de banana jet, luaus e alguns eventos temáticos como festas à fantasia, ceia de Natal e réveillon. Em meio a toda essa apropriação da praia mediada pelo consumo, os trabalhadores da periferia criam estratégias para usar

este espaço: acessam praias menos badaladas, as chamadas praias dos nativos, as que ficam fora do circuito de Taperapuan, e levam comidas, bebidas e brinquedos para as crianças. Com a estratificação da praia, surgiu um nicho de comércio de comidas e bebidas em barraquinhas à parte das grandes barracas; estas atendem os freqüentadores da praia que não vão utilizar a estrutura das barracas.

No final de ano há um grande apelo para o réveillon na praia. A Prefeitura Municipal promove uma festa em espaço público cujos destaques são shows musicais de artistas famosos e um show pirotécnico. Empresas privadas do ramo de turismo e entretenimento se articulam e promovem grandes festas em espaços particulares na orla direcionados, sobretudo, aos turistas. No dia 31 de dezembro, os empresários de várias barracas promovem festas que ocupam, também, a praia e incluem show pirotécnico. Há um ponto específico na orla que permite visualizar vários shows de queima de fogos, para onde fluem muitas pessoas que gostam desse tipo de atrativo. Contudo, o preço cobrado para usar a estrutura e serviços das barracas é alto. Alguns trabalhadores que não abrem mão dessa localização estratégica fazem a provisão de uma estrutura razoável – levam comidas e bebidas - e se posicionam no entorno das barracas bem estruturadas a fim de festejar a passagem do ano. Contudo, não há sanitários públicos na praia e a circulação neste espaço é inibida pela presença de seguranças das festas que são da iniciativa privada e que ocupam boa parte da praia.

Outros grupos de trabalhadores que residem na cidade vizinha, Eunápolis, fazem outra estratégia: pagam pelo uso do solo no entorno de uma barraca de uma praia pouco freqüentada e fazem um acampamento rústico onde permanecem por alguns dias com as suas famílias, com direito a utilizarem o sanitário da barraca que alugou um pedaço do seu espaço externo. Antes da turistificação, as praias mais próximas da cidade, como a Praia do Cruzeiro e a Praia de Mundaí, era locais de acampamento para as famílias e demais visitantes que vinham curtir o carnaval em Porto Seguro (FONTANA, 2004) que no final da década de 1970 e início de 1980 atraía muitos foliões, apesar de não haver meios de hospedagem para estes. Quando a cidade tornou-se um destino turístico nacional, o acampamento na Praia do Cruzeiro foi proibido. O uso do espaço passou a ser cerceado e a ser mediado

pelo mundo da mercadoria. Assim começou a privatização das praias através da presença das empresas que passaram a direcionar o seu uso.

5.4.1 Feijões e peixes: encontros na periferia e na praia

Falaremos sobre feijões e peixes; sobre a periferia e a praia, esta última considerada um dos mais significativos espaços de lazer e entretenimento da cidade em questão; sobre trabalhadores em busca do lúdico. Lefebvre (1991, p. 103-104) aponta as “necessidades individuais” relacionadas ao consumo e as “necessidades sociais”, isto é, as “necessidades antropológicas socialmente elaboradas” que segundo o autor “trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas”. A realização plena das necessidades sociais levariam a superação de cisões como a “divisão parcelar do trabalho”. Mesmo diante da homogeneização do consumo, é preciso criar, na contramão, resíduos, ainda que pontuais.

O trabalhador migrante habitando num novo espaço, inserido em formas de trabalho diferentes daquelas do seu local de origem, habitando numa periferia onde quase todos estão reconstruindo relações identitárias com a cidade, o bairro, os vizinhos, certamente sentiu e sente a necessidade do encontro, da sociabilidade. Da necessidade surge a criatividade e as propostas. Assim surgiu o Grupo do Feijão do Mercado do Povo como uma confraria que agrega trabalhadores da periferia para momentos de lazer.

Um migrante grapiúna foi a uma festa em outra cidade e quando voltou para a sua moradia no Baianão resolveu criar um evento baseado no que experienciou. Ele queria festa, encontro, amizades. Assim, em maio de 2012, comentou com os amigos no bar, e acabaram constituindo um grupo com quinze moradores daquela área do bairro que definiram um encontro semanal, aos domingos, quando um membro do grupo prepararia o feijão que seria compartilhado para todos. As reuniões seriam sempre no Bar do Zé Miguel, com todos “Reunindo e brincando.

Tudo simplisinho”. (D.I.). O grupo começou com quinze componentes e em 2016 contava com oitenta e três. Definiram regras básicas para a adesão: colaborar com o feijão e adquirir a camiseta padronizada.

O grupo consolidou-se de tal forma que expandiu as suas atividades para além da principal que é reunião no bar, aos domingos, com o pretexto de comer o feijão. Assim, participam de eventos no bairro como feijoadas beneficentes; a parceria do Grupo do Feijão do Mercado do Povo estende-se, também, ao novo bloco de carnaval que surgiu no Baianão, o Bloco Uôaaaaa. Este, sendo um coletivo que acabou de ser formado, tem solicitado o apoio do Grupo do Feijão para realizar alguns dos seus eventos como os “ensaios” pré-carnaval; também já foram convidado a participar de eventos beneficentes no Clube da Amizade, um clube do Centro da cidade, freqüentado pelo fundador do Grupo do Feijão do Mercado do Povo que ressalta com orgulho “O Grupo do Feijão é conhecido aqui em Porto Seguro!”. (D.I.)

Atualmente os encontros são quinzenais e as reuniões de planejamento ocorrem no Bar do Getúlio, no Mercado do Povo, Baianão. Os seus membros, majoritariamente, são migrantes grapiúnas que residem no Baianão, inclusive o seu fundador; mas há alguns membros que são nascidos na cidade e que saíram de áreas mais antigas da Cidade Baixa para residirem no Baianão; há também alguns políticos, precisamente vereadores do bairro. Como a maioria dos membros é católico romano, faz parte do ritual uma “corrente de oração” antes de servir o feijão. Já contaram com a presença de padres da paróquia local nas reuniões. Há cobranças, por parte de alguns membros, para que a confraria ganhe status de associação e se torne um instrumento político, o que é negado por seu fundador que discorda dessa intenção e, por enquanto, o Grupo do Feijão segue se misturando e colaborando com outros pequenos eventos da vizinhança, às vezes só com parte dos seus membros, não necessariamente com todo o coletivo. Assim, se um membro do grupo resolve fazer, num domingo, um “Mocotó” ou uma “Fatada” – comidas típicas de alguns locais do Leste da Bahia -, isto pode se transformar numa festinha que começa ao meio-dia e se estende até a noite. O que poderia ser apenas um almoço doméstico extrapola os limites do domicílio e acontece na rua com familiares, amigos, música, dança, em tom festivo.

Como o grupo cresceu, agregou membros que pensam num crescimento voltado para a institucionalização e outros fins, como o político. O crescimento, também, provocou redefinições como os encontros quinzenais ao invés de semanais; a elaboração do feijão não mais se dá por um membro do grupo, mas contrata-se alguém para preparar os 15 ou 20 kg de feijão para cada encontro.

Os aniversários do grupo são realizados com festa. À medida que o coletivo foi se ampliando, a festa foi exigindo mais planejamento e mais atrativos. Atualmente contratam banda e músicos locais e pedem patrocínio aos comerciantes do bairro. Os encontros, tanto em dias de comemorações como em datas corriqueiras da reunião do grupo, se ampliam com a presença de convidados e outras pessoas que não fazem parte do grupo. A regra é compartilhar o feijão com os membros oficiais, depois compartilhar com quem comparecer. Afinal, os encontros acontecem num bar.

Estes simples eventos que ocorrem, principalmente no Baianão, geralmente são bem espontâneos e são realizados em locais dominados pelo tráfico. De forma geral, alguns eventos beneficentes ou festivos são promovidos ou apoiados pelo tráfico, outros não. De uma forma ou de outra, promove a alegria e a sociabilidade, une os trabalhadores na periferia que se reconhecem enquanto sujeitos submetidos a relações e contextos sociais idênticos. São eventos festivos nos quais os trabalhadores se sentem à vontade, pois estão no seu espaço e com semelhantes.

A Feijoada na Porta de Casa é um evento que acontece num bairro próximo ao Baianão, precisamente no bairro Mirante (Mapa tal op. Cit. p. tal.). É um evento definido como beneficente, mas que adquire status de evento festivo pela forma como acontece. No Baianão são realizados eventos semelhantes, mas não levam o mesmo nome, apesar de ter as mesmas características: o pretexto é uma feijoada, cujo prato é vendido no local por um preço acessível, cerca de R\$ 10,00, e a renda é revertida para um beneficiário que é divulgado e comparece ao evento, também, se tiver condições físicas. Os ingredientes da feijoada são arrecadados na comunidade local; contam, também, com a participação de comerciantes que, em contrapartida, tem os nomes divulgados em *banners*. Por fim, fazem o maior número de parceria com a comunidade local a fim de ampliar a arrecadação, a finalidade maior. Paralelo às estratégias da arrecadação organiza-se a parte recreativa: sonorização, palco,

músicos locais, bingos, sorteios de brindes. A beneficência acontece e a festa, também.

O Grupo do Feijão e o coletivo da Feijoada na Porta de Casa promovem eventos na periferia, contudo, ambos têm interesses distintos que, no final, se convergem e se assemelham em alguns aspectos como promoverem o encontro de trabalhadores e a festa na periferia. O primeiro tem o objetivo claro de reunir vizinhos amigos, promover o encontro; o segundo agrega vizinhos, mas tem foco na beneficência e estabelece conexões com grupos políticos da cidade. Contudo, ambos provocam e promovem encontros festivos com comida, música e diversão.

Enquanto alguns trabalhadores criam estratégias para realizar festas e momentos de lazer no próprio bairro, outros buscam outros espaços além da periferia para praticar atividades de lazer. Outro migrante grapiúna relatou os seus lazeres na cidade antes de se tornar evangélico. Morador da cidade desde 1993, sempre gostou de se divertir por isso freqüentava casas noturnas para dançar, como um galpão que havia no bairro Campinho que era um *point* de seresta. “*Gostava de folia, lambateria, principalmente a Reggae Night*”. (D.I.). Além de freqüentar casas de dança, ressaltou a sua relação com o mar e a praia que era mediada pela pesca. Trabalhava muito, chegou a trabalhar quatro meses seguidos sem ter um dia de folga, mas sempre praticou o lazer e um deles era a “pesca de arrastão” (*Preciso explicar...*) quando se reunia com um grupo de amigos e participavam da “puxada de rede” em algumas praias da área costeira da cidade e municípios vizinhos: Ponta Grande, Belmonte, Coroa Vermelha. O produto da pesca era socializado com todos, mas ele ressaltou que às vezes nem consumia o pescado. O seu interesse era o momento de lazer com os amigos, encontros sempre ocorridos com o consumo de bebida alcoólica. Faz seis anos que ele parou de participar dessas folias porque passou a freqüentar uma igreja evangélica e conseguiu para de consumir bebidas alcoólicas.

A pesca de arrastão ou puxada de rede é praticada em Porto Seguro desde tempos remotos e sempre foi permeada pela conotação de brincadeira dada por alguns assistentes do ritual, embora para muitos pescadores fosse, sobretudo, o seu trabalho. Há relatos de 1978 de moradores locais que praticavam essa atividade nas praias da cidade (FONTANA, 2017). Ainda hoje essa pesca é praticada na praia

mais acessada pelos turistas – Praia de Taperapuan. Na hora do arrastão, os pescadores e auxiliares são abordados por turistas que vão à praia nas primeiras horas da manhã e a puxada de rede vira um espetáculo que é filmado, fotografado e até vivenciado por alguns que ajudam a puxar a rede.

Os relatos de trabalhadores entrevistados para fins dessa pesquisa assim como as observações e vivências realizadas durante o campo, suscitaram algumas questões sobre a relação da religião com o trabalhador e seu lazer. A religião¹⁰ na periferia agrega e desagrega: por um lado favorece a sociabilidade do migrante e possibilita a criação de redes ao conectar “irmãos de igreja” que retomam os laços que tinham quando moravam no lugar de onde migraram; promove o encontro, pois há reuniões semanais, os cultos, e outros eventos; possibilita o apoio, de certa forma até psicológico, ao anunciar recém-chegados à cidade, anunciar nomes de pessoas enfermas e velórios e incentivar a presença dos membros nessas ocasiões. Por outro lado, promove o isolamento do trabalhador, membro da entidade, com relação a grupos dos quais ele pertencia antes de se filiar a uma denominação, uma vez que não é permitido freqüentar festas profanas, bares, participar de confrarias como o citado “Grupo do Feijão”. Se não há uma proibição explícita, há um desencorajamento e uma condenação constante às práticas que não são aprovadas pelo grupo religioso. Membros do Grupo do Feijão do Mercado do Povo, por exemplo, saíram desse coletivo ao se filiarem em igrejas evangélicas¹¹; o citado trabalhador cujos lazes eram a pesca e a dança em casas noturnas da cidade parou de realizar essas atividades, pois se converteu numa igreja ortodoxa que não admite o uso de bebidas alcoólicas e de lazes com pessoas que não são da mesma religião. Três trabalhadores jovens que foram entrevistados durante a pesquisa também informaram que não participam de nenhuma festa ou algum tipo de lazer na cidade que não sejam organizados pela igreja as quais pertencem.

Mesmo com toda a força da homogeneização, resíduos se manifestam nas forças diferenciais apontando para o devir, para a realização de um “espaço-tempo diferencial” (LEFEBVRE, Revolução Urbana). As estratégias práticas identificadas em Porto Seguro são pontuais, não são articuladas, mas indicam que há ruídos no “silêncio dos usadores” (LEFEBVRE, 2000).

Notas

¹ Festa de São Pedro, padroeira dos pescadores, que ainda fica restrita aos pescadores e suas famílias com exceção de algum participante externo. Festa Junina do Alto Mundaí e do Village (condomínios de classe média); festa do Dia das Crianças realizadas em espaços da Cidade Baixa (bairro Campinho e às margens do Rio Buranhém) por sujeitos de comunidades locais ou pela iniciativa de paroquiais, como a Festa das Crianças na praça da Igreja São Sebastião; festas no Baianão, promovidas por moradores do bairro, inclusive o “Pedrinho”, festa de São Pedro que acontece na Praça Buraco da Gia e é bem diferente da festa dos pescadores. Estas festas serão abordadas ainda neste capítulo.

² O Cacumbi, Ticumbi ou Catumbi é uma variação das Congadas, um folguedo considerado de origem africana. Estudiosos do folclore brasileiro tais como Câmara Cascudo e Mario de Andrade atribuem essa manifestação à cultura afro-brasileira e são discordados por Alceu Maynard Araújo que “não atribui a origem da congada à África ou aos afro-brasileiros, mas aos eruditos catequistas europeus que teriam se aproveitado de práticas africanas.” (CIRINO, 2012, p. 31). Segundo Cirino (p. 31), “cada um dos autores (...) expressam uma variedade de termos que envolvem uma definição e desdobramentos em torno da origem: dança dramática de origem africana (Mário de Andrade); folguedo de formação afro-brasileira (Câmara Cascudo); folguedo popular banto (Alfredo João Rabaçal); e bailado popular dos eruditos catequistas.” Há controvérsias e vários estudos de antropólogos e historiadores sobre o assunto. Contudo, independente das variações de denominação o auto é encenado em homenagem a padroeiros dos afrodescendentes – Nossa Senhora do Rosário e São Benedito. Considerando que no período inicial da colonização não houve a presença de africanos em Porto Seguro tal como nas outras Capitânicas Hereditárias e que houve presença considerável de jesuítas no local e que inclusive construíram a igreja onde a festa acontece, parece que o entendimento do Alceu Maynard Araújo é pertinente.

³ Segundo o Tribunal de Contas do Município (TCM).

⁴ Dados oficiais sobre essa categoria de migrante já foram apresentados no capítulo IV.

⁵ Esse ritmo de crescimento se deu com a chegada de contingentes de migrantes. Na escala municipal, Porto Seguro apresenta a segunda maior taxa geométrica de crescimento anual da população do estado da Bahia (11,94 a.a., entre 1991 e 2000), logo após o vizinho município de Santa Cruz de Cabrália (15,49 a.a.), cujo crescimento é também associado ao turismo, bastante integrado, por sinal, a Porto Seguro, para o que contribuiu a pequena distância (23 km) e o asfaltamento da rodovia BR 367. (PEREIRA, 2005).

⁶ “A semana do saco cheio é conhecida por causa do recesso escolar em que instituições de ensino paralisam as atividades entre os dias do feriado nacional de Nossa Senhora Aparecida (12 de outubro) e o Dia dos Professores (15 de outubro).(...) O início do costume de emendar os feriados de Nossa Senhora Aparecida e do Dia do Professor no Brasil vem da Semana da Batata na Alemanha. A tradição veio de diversos colégios de origem alemã, ao dar uma semana de recesso no mês de outubro aos alunos. Segundo o costume, as crianças precisavam parar de estudar por uma semana para ajudar seus pais na colheita de batata. Posteriormente, outros colégios no Brasil adotaram a prática e por volta de 1982 a ideia foi acolhida por estudantes universitários, cansados do ritmo de estudo, que decidiram unir os dias entre os feriados”. http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/edu-estudante/ensino_educacaobasica/2012/10/10/ensino_educacaobasica_interna,327535/calendarios-diferentes-marcam-semana-do-saco-cheio-em-brasilia.shtml

⁷ Kaoma: grupo musical francês criado em 1989. Surgiu da iniciativa de empresários franceses que visitaram Porto Seguro em 1988 e viram o sucesso da lambada. O Kaoma popularizou o ritmo e a partir da França disseminou a lambada em países europeus. No Brasil, através desse grupo, a lambada – ritmo de influência caribenha - extrapolou os limites de Porto Seguro. <http://www.virgula.com.br/tvecinema/documentario-sobre-lambada-conta-historia-do-genero-e-paradeiro-de-integrantes-do-kaoma/>

⁸ Refiro-me a estudantes da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB, fundada em 2013. A única instituição pública de ensino superior do município.

⁹ O Grupo Hills é um conjunto de empresas que atua na área de turismo e entretenimento. Engloba o Complexo de Lazer Axé Moi (beach club), Arena Axé Moi (espaço de shows), Agência Hills Tour, Evidence Rent a car, Porto Turismo, e os eventos Carnaporto, Reveillon Axé Moi, Outubro Folia entre outros.

¹⁰ Refiro-me ao Cristianismo, precisamente ao segmento adotado pelas igrejas cristãs evangélicas pentecostais e neopetencostais do Brasil. As igrejas se estruturam como entidades onde é adotado um cristianismo bastante ortodoxo; veementemente proíbem o uso de bebidas alcoólicas, tabaco e participações em atividades profanas – festas, por exemplo.

¹¹ 35% da população de Porto Seguro se declara evangélica segundo dados do Censo do IBGE, 2010.

CONCLUSÃO

O cotidiano dos trabalhadores de Porto Seguro revela como o trabalho e o lazer são dimensões bem separadas no contexto da vida desses indivíduos, pois esta cidade que é anunciada como lugar de férias e de lazer é o espaço onde esse trabalhador é submetido a privação da vida urbana e é a mão-de-obra necessária para atuar no tempo do não-trabalho do outro. A maioria dos trabalhadores desce do platô ou das bordas da Cidade Baixa para atuarem nos espaços de lazer e entretenimento, a praia, inclusive, não como brincante; circulam e vivenciam ambientes de lazer, mas não para usufruir de atividades relacionadas a isto, mas como trabalhador.

Com relação a pesquisa de campo destaco o fato de entrado em meandros não previstos, mas que foram os mais significativos para esse trabalho: a convivência com as famílias de trabalhadores da periferia da cidade que se constituiu uma representação dos migrantes por trazerem muitos elementos do processo migratório – trabalhadores que migraram desde o início do Baianão e se envolveram na luta por trabalho e moradia; que tiveram filhos em Porto Seguro ou que já trouxeram filhos pequenos que hoje são adultos e formam outros núcleos familiares; que estão inseridos, através de alguns de seus membros, em dois representativos segmentos da periferia da cidade: o meio evangélico e o comércio de drogas;

As relações estabelecidas com essas famílias me aproximaram e ajudaram a esclarecer questões sobre a relação da periferia com os espaços do turismo, a Orla Norte, por exemplo, mediadas pelo trabalho. Foi também no processo de imersão na cidade que percebi como a análise da Festa em Porto Seguro poderia revelar tantos elementos da relação do trabalhador com a cidade e com outros trabalhadores.

Nesta cidade, espaço-mercadoria, dominada por ações homogeneizantes para o consumo dirigido, o irredutível está nas brincadeiras que, por iniciativa de alguns moradores antigos, acontecem ainda que de forma pontual como em datas como o 12 de outubro, Dia das Crianças – uma data significativa em que a cidade recebe grande quantidade de jovens escolares na Semana do Saco Cheio. Enquanto crianças e jovens vivenciam o lúdico nas bordas da cidade com brincadeiras tradicionais como pau-de-sebo, quebra-potes e outras, no outro lado da cidade, na

Orla Norte, jovens escolares em coletivos imensos que chegam a cinco mil pessoas, brincam de “Banho de Espuma” em um *beach club*. Todos são sujeitos brincantes, mas a brincadeira dos turistas é mediada pelo dinheiro; o seu lazer na cidade é consumo dirigido.

Há um nexos que une a pesca de arrastão praticada pelo grupo de amigos do migrante e pelo grupo de pescadores nos anos 1960, conforme relatado no capítulo três: o uso e a apropriação da praia para o trabalho e o lazer, um uso necessário mas não direcionado ou programado por uma racionalidade imposta. Contudo, para os trabalhadores da citada década, o arrastão era momento de trabalho que se misturava ao lúdico; para o grupo de migrantes, a pesca é momento de lazer, é uma recreação no tempo livre do trabalho.

Ao desenvolver, no plano individual ou coletivo, algumas estratégias e práticas espaciais, o trabalhador produz alguns contrapontos e rompe momentaneamente com as forças homogeneizantes o que lhe permite apropriar-se temporariamente de alguns espaços e fazer alguns usos da cidade.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petropolis, RJ: Vozes, 2000.
- BAHIA. Bahiatursa. *Pesquisa de Demanda Turística*: Porto Seguro: janeiro e julho de 2002. Disponível em <<http://www.bahiatursa.ba.gov.br>>. Acesso em: jun. 2004.
- BAHIA. Secretaria de Turismo da Bahia – SETUR. Disponível em <<http://www.setur.ba.gov.br/indicadores/>>. Acesso em jun. 2012.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *Anuário Estatístico da Embratur-2004*. Instituto Brasileiro de Turismo/Diretoria de Estudos e Pesquisas, Brasília: 2004. v. 31, xxx p. Disponível em: <<http://www.embratur.gov.br>>. Acesso em: dez. 2004.
- CAMARGO, L.O.L. *O que é lazer*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CANCELA, Francisco. De projeto a processo colonial: índios, colonos e autoridades régias na colonização da antiga Capitania de Porto Seguro (1763-1808). 2012.337f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia.
- _____. (Org.). *História da Capitania de Porto Seguro: novos estudos sobre a Bahia Colonial, Sécs. XVI – XIX*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- CARLOS, A.F.A. *A Condição Espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, A.F.A. Da “organização” a “produção” do espaço no movimento do espaço geográfico. In: CARLOS, A.F.A.; SOUZA, M.L.; SPOSITO, M.E.B. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. (p. 53-74).
- CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. (p. 173-186). (Coleção Caminhos da Geografia).
- CARLOS, A. F. A. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. C. de L. (Org.). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 62-74.
- CARLOS, A. F. A. O consumo do espaço. In: CARLOS, A.F.A. (Org.). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 173-186. (Coleção Caminhos da Geografia).
- CIDADES: Revista científica/Grupo Estudos Urbanos. Vol. 1, n. 41. Presidente Prudente, 2004.
- CONDER. Projeto Manguezal: Remanejamento de famílias. Salvador, BA, 2000.
- DANTAS, M. E.; MEDINA, A. I. de M. Geomorfologia. Projeto Porto Seguro/Santa Cruz Cabralia. Salvador: CPRM: SUREG/SA, 2000. (*Os dois capítulos do vasto estudo da CPRM sobre Porto Seguro e Cabralia... Aspectos físicos, geologia, geomorfologia...*)
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FILHO, Marcos José Souza. Frei Marcos José Souza Filho. Entrevista [out. 2016]. Entrevistadora: Aleselma Pereira. 1 arquivo.... (70 min). Pesquisa de campo.

FONTANA, Romeu. Porto Seguro: memória fotográfica. Belo Horizonte: Lastro Editora, 2004.

GAUDEMAR, J-P. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

HEIDEMANN, D. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação. In: SPM – Serviço Pastoral dos Migrantes. Migrações: discriminação e alternativas. São Paulo: Paulinas, 2004. (p. 25 – 40).

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em <[http://: www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Lisboa: Antígona, 2008.

LEFEBVRE, H. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. In: MARTINS, J. S.; FORACCHI, M.(Orgs.) *Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia*. Rio de Janeiro: LTC, 2012. [1977].

_____. O direito à cidade. São Paulo: Moraes, 1991a.

_____. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991b [1968].

_____. *A Produção do Espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sergio Martins. (No prelo). [1974].

_____. La presencia y la ausencia. Contribución a la teoría de las representaciones. Trad. Óscar Barahona y Uxo Doyhamboure. México: FCE, 2006. [1980].

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano. 2.ed., São Paulo: Contexto, 2014.

_____. A sociabilidade do homem simples. São Paulo: Contexto, 2008.

_____. Não há terras para plantar neste verão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

_____. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2002. (*Obs: capítulo Migrações internas no mundo contemporâneo*)

MIRA, Elson Cedro. Mudança Institucional e Reconversão Produtiva no Sul da Bahia. Ilhéus, BA: Editus, 2015.

MEDINA, A.I.M. & DANTAS, M.E. Projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabralia. Geomorfologia & Avaliação da vulnerabilidade à erosão. Programa Informações para Gestão Territorial – GATE/CPRM. Salvador, Bahia: CPRM/SUREG/SA, 2000.

MENDONÇA, E.; GARRIDO, I.; VASCONCELOS, S. *Turismo e desenvolvimento: O caso da Costa do Descobrimento*. Salvador: Omar, G., 2000.

MORAES, Antonio Carlos Robert Moraes. Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec; Edusp, 1999.

OMEGNA, Nelson. A Cidade Colonial. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1961.

PEREIRA, A. S. Migrantes em Porto Seguro-Bahia: atraídos e excluídos em um contexto de dinâmica urbana turística. Salvador-BA: UFBA, 2005 (Dissertação de Mestrado).

PRETI, Dino (Org.). Projeto NURC/SP – Núcleo USP: Análise de textos orais. 7.ed. São Paulo: Humanitas, 2010.

Projeto Porto Seguro-Santa Cruz Cabralia: geomorfologia, avaliação da vulnerabilidade à erosão e diagnóstico geoambiental. (Orgs.) MEDINA, Antonio Ivo de Menezes; DANTAS, Marcelo Eduardo; BASTOS, Maria Luiza Lacerda; SHINZATO, Edgar. Salvador: CPRM/SUREG/SA, 2000.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RODRIGUES, A. B. *Turismo e espaço: Rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

RODRIGUES, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A.F.A.; CRUZ, R.C.A. *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 56-62.

SASSEN, Saskia & ROOST, Frank. A cidade: local estratégico para a indústria global do entretenimento. Espaços e debates: aliança e competição entre as cidades. São Paulo: NERU/USP, n. 41, p. 66-74, 2001.

SECRETARIA DO TURISMO DA BAHIA (Setur). Estratégia Turística da Bahia: O Terceiro Salto: 2007/2016. Salvador, 2011. Disponível em <<http://www.setur.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=26>>. Acesso em: 8 março de 2015.

SILVA, Maria da Glória Lanci da Silva. Cidades Turísticas: identidades e cenários de lazer. São Paulo: Aleph, 2004.

SILVA, S. B. de M. Geografia, turismo e crescimento: o exemplo do estado da Bahia. In: RODRIGUES A. B. (Org.). *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996 a. p. 122-143.

SILVA, S. B. de M. Metropolização e raízes da periferização turística. *Revista Turismo em Análise*. São Paulo, v.7, n.2, p.1-103, nov. de 1996 b.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. 14. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

STANDING, Guy. O Precariado: a nova classe perigosa. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

TRAVESSIA. Revista do Migrante. Anos XVI e XX, n^{os} 47 e 59. Publicação do CEM, 2003 e 2007.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da violência: Os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari; Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2015 (Versão corrigida).

Disponível em:

http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso em: 05. fev. 2017.